

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “Júlio de Mesquita Filho”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
Curso de Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas

Relações Públicas e Cidadania: Uma Contribuição do *Le Monde Diplomatique*

Taís Dias Capelini

Bauru
2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “Júlio de Mesquita Filho”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
Curso de Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas

TAÍS DIAS CAPELINI

Relações Públicas e Cidadania: Uma Contribuição do *Le Monde Diplomatique*

Projeto Experimental apresentado pela aluna Taís Dias Capelini de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, sob orientação acadêmica do professor doutor Maximiliano Martin Vicente, atendendo a resolução 002/84 do Conselho Federal de educação para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas.

Bauru
2012

Banca Examinadora

Professor Doutor Maximiliano Martin Vicente
Departamento de Ciências Humanas da FAAC
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

Professor Doutor Jefferson Oliveira Goulart
Departamento de Ciências Humanas da FAAC
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

Professor Doutor Danilo Rothberg
Departamento de Ciências Humanas da FAAC
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer aqui ao meu orientador Max, que durante todo desenvolvimento desta pesquisa, sempre demonstrou paciência diante de todos os percalços. Pelo incentivo de sempre, pelas conversas politizadas e por aquelas descomprometidas, que sem dúvida contribuíram para minha formação acadêmica e humana.

Agradeço também aos que fizeram observações valiosas em congressos e encontros de comunicação onde abordagens deste trabalho foram apresentadas e/ou publicadas.

Devo mencionar especialmente o apoio financeiro da FAPESP que possibilitou que me dedicasse integralmente à pesquisa e realização do atual trabalho. À UNESP que devo as facilidades materiais e um frutífero intercâmbio entre professores e colegas.

RESUMO

As relações públicas podem construir uma informação e uma formulação da realidade, a partir da mídia, sem ser influenciado pelos grandes meios de comunicação de massa? Qual a relevância dessa maneira de se informar na conjuntura atual para o profissional de relações-públicas e como ele pode atuar em prol das causas sociais? O presente texto busca estabelecer parâmetros de atuação para os profissionais de relações públicas preocupados com as transformações sociais no mundo contemporâneo. Para chegar a tal objetivo estruturamos nossa análise a partir temáticas capazes de dar uma resposta à inquietação inicial. Realizamos a reconstituição da trajetória recente dos movimentos sociais no Brasil, procuramos esclarecer o conceito polissêmico de cidadania e direitos humanos, relacionando-os com a comunicação, assim como rever a trajetória das relações públicas na contemporaneidade levantando algumas hipóteses que contemplem novas perspectivas para a profissão. Dessa maneira, pretende-se mostrar a existência de um campo de atuação dialógica para os profissionais de comunicação abalizados pelo engajamento da transformação social.

Palavras-chave: Relações Públicas, Movimentos Sociais, Cidadania, Direitos Humanos, *Le Monde Diplomatique*.

SUMÁRIO

1- Introdução	05
2. Comunicação	08
2.1 Relações Públicas: caráter político.....	08
2.2 Relações Públicas e Jornalismo: um diálogo necessário.....	17
3. Le Monde Diplomatique.....	27
3.1 Contextualização	27
3.1.2 Matérias escolhidas	32
4. Temas	34
4.1 Cidadania	34
4.2 Direitos Humanos	47
4.3 Movimentos Sociais.....	60
5. Metodologia	68
5.1 Análise Quantitativa	70
5.2 Análise Qualitativa	77
6. Conclusão.....	90
7. Referências	94

Introdução

Atualmente, é notório que no Brasil - bem como em grande parte dos países do mundo - a opinião pública é manipulada, através dos mais diversos tipos de mídias, as quais geralmente se encontram associadas a uma elite dominante. Apesar disso, percebe-se que, nos últimos anos, diversas formas de mobilização popular têm agido de forma contestadora, atuando no sentido contrário desses discursos majoritários.

No cenário brasileiro, uma vasta parcela da sociedade, parece que vêm compreendo melhor o processo de globalização que atingiu o país e que deixou grande parte da população excluída, em diferentes graus, dos âmbitos político, social, econômico e cultural. As mais diversas reações da sociedade emergem como modos de resistência a um projeto político dominante que não contempla satisfatoriamente o povo.

Apesar da importância da contestação social, nos anos 90 houve um declínio do interesse pelo estudo desses movimentos em geral, e mais especificamente pelos populares. Contrariamente a isso, no presente trabalho, ressalta-se a importância dessa temática bem como outras a ela diretamente relacionadas, como as referentes à cidadania e aos direitos humanos. Acreditamos ser imprescindível para quaisquer profissionais de comunicação, comprometidos com os preceitos éticos, dar visibilidade a essas questões. Por isso, partimos de uma concepção integrada da comunicação. Procuramos fomentar o diálogo entre as relações públicas e o jornalismo, de modo que essas áreas possam desempenhar, de fato, sua função social.

O objeto de estudo escolhido foi o jornal *Le Monde Diplomatique*, periódico mensal que preza pela autonomia e independência informativa – fugindo dos discursos hegemônicos e dos “lugares comuns” da grande mídia. Com base nessa publicação, analisaremos as matérias relacionadas com cidadania, direitos humanos e movimentos sociais e como o jornal se posiciona diante das mesmas, buscando encontrar parâmetros que colaborem com a construção de uma visão crítica para os profissionais de comunicação engajados no processo de transformação social.

Para chegar a tal objetivo estruturamos nossa pesquisa a partir da revisão da trajetória das relações públicas e da importância dessa área dialogar com o jornalismo (capítulo 1); contextualização do *Le Monde Diplomatique* e escolha das matérias (capítulo 2); conceituação dos temas “cidadania”, “direitos humanos” e “movimentos sociais” (capítulo 3); análise das matérias escolhidas (capítulo 4).

No primeiro capítulo faremos uma retrospectiva do surgimento das relações públicas e como essa área sofreu transformações ao longo do tempo que permitiram a construção e solidificação de um caráter político voltado para questões sociais. Além disso, trataremos da importância do enfoque multidisciplinar para tratar as problemáticas contemporâneas, dando destaque para as áreas de jornalismo e relações públicas. Os autores cujas reflexões são utilizadas neste momento da pesquisa são Cecília Peruzzo, Margarida Kunsch, Roberto Porto Simões, John Thompson, Mauro Wolf, Nelson Traquina, entre outros.

Em seguida, apresentaremos alguns dados históricos e editoriais que tratam como o *Le Monde Diplomatique* apareceu no Brasil e de que maneira esse jornal fornece acesso a informações divergentes daquelas oferecidas pelos meios de comunicação de massa mais tradicionais. Esses dados são baseados, sobretudo, nos depoimentos de Ignácio Ramonet e Silvio Caccia Bava.

O terceiro capítulo trata-se de uma tentativa de conceituação dos temas referentes à “cidadania”, “direitos humanos” e “movimentos sociais”. Falamos em tentativa tendo em vista a grande complexidade e a falta de consensos a respeito dos mesmos. Lembrando, ainda, que esses temas tangenciam-se uns com os outros, não possuindo “fronteiras” delimitadas que permita a construção de acepções definitivas para cada um deles. No que toca ao tema da cidadania, os principais autores estudados são James Pinsky, Marilena Chauí, José Murilo Carvalho, Nelson G. Canclini, Zigmunt Bauman. Quanto aos direitos humanos destacamos João Ricardo Dornelles, Emir Sader, Norberto Bobbio, Eric Hobsbawm. Por fim, os que embasaram o estudo sobre movimentos sociais foram, sobretudo, Maria da Glória Gohn, Samira Kauchakje, Alan Touraine, Manuel Castells.

No último capítulo cumprimos o papel de analisar as matérias publicadas entre os meses de junho e novembro de 2010 e categorizadas de acordo com os temas propostos. O tempo escolhido, 2010, se justifica por ser o período eleitoral no Brasil momento no qual os temas sociais sempre se destacam. A intenção é, justamente, verificar como o *Le Monde Diplomatique* se posicionou em relação a esses temas e observar como seu posicionamento pode ajudar na formulação de uma visão mais ampla sobre as problemáticas atuais.

Concluída essa análise, com o respaldo teórico dos demais capítulos dessa dissertação, atingiremos nosso objetivo inicial ao responder duas grandes perguntas: As relações públicas podem construir uma informação e uma formulação da realidade, a

partir da mídia, sem ser influenciado pelos grandes meios de comunicação de massa? Qual a relevância dessa maneira de se informar na conjuntura atual para o profissional de relações-públicas e como ele pode atuar em prol das causas sociais?

2. Comunicação

2.1 Relações Públicas: caráter político

"São tão fortes as coisas,
mas eu não sou coisas,
e me revolto"
(Carlos Drummond de Andrade)

A comunicação pode representar, ao atuar como um suporte de propagação de ideias, uma ruptura com as tendências globalizantes e excludentes do mercado, propiciando o exercício da cidadania a partir de ações que vão desde a possibilidade de tomada de consciência do indivíduo, até a inclusão ou representação deste em diferentes instancias comunicacionais (VICENTE, 2009). Diante disso, considerando a área de relações públicas intrínseca à comunicação social, resulta anacrônico pensar – como ocorre majoritariamente - num profissional de relações-públicas envolvido apenas em atividades relacionadas com a integração dos públicos de uma organização, num processo nem sempre favorável aos menos privilegiados.

O desenvolvimento da atividade de relações públicas aparece no início do século XX e começa a estruturar-se após a Primeira Guerra Mundial, época em que os meios de comunicação começam a questionar a atuação das grandes indústrias mediante seu posicionamento junto ao conflito (PERUZZO, 1986). Foi em meio às contradições e lutas de classes dessa época que surgiu a atividade de relações públicas, que neste primeiro momento, era utilizada como mais um elemento em favor da consolidação do modo de produção capitalista.

O primeiro registro que se tem da atividade de relações públicas está associada ao estadunidense Ivy Lee. Este profissional desenvolveu um trabalho voltado para a melhoria da imagem do industrial mais impopular dos Estados Unidos: John D. Rockefeller Júnior. Rockefeller era herdeiro da Standard Oil, companhia de produção, transporte, refino e venda de petróleo do mundo, que era classificada como a primeira e maior empresa multinacional da época. Para reverter a imagem negativa de Rockefeller junto à opinião pública, Lee desenvolveu ações que visavam associar a imagem da

empresa com o governo e a sociedade, utilizando de medidas de caráter filantrópico. (KUNSH, 1997).

Dessa forma, percebemos que a iniciativa teve como objetivo tornar a opinião pública favorável ao empresário e reduzir a pressão social sobre a organização. Ou seja, tratou-se de uma maneira de “mascarar” os conflitos entre a empresa e àqueles que questionavam a atuação da mesma, ao invés de objetivar atender, de fato, as demandas sociais e modificar a estrutura de conflito associadas, principalmente, às condições de trabalho que a empresa impunha.

No Brasil, a primeira organização a criar um departamento de relações públicas foi a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S/A, em 1924. No entanto, as relações públicas se consolidaram na área da administração pública, sobretudo, efetivando-se através de serviços de informações, publicidade e propaganda de diversos órgãos governamentais. (KUNSCH, 1997). Na década de 40, durante o governo de Getúlio Vargas, a comunicação tinha função estratégica de promover este governo, tendo em vista a conquista da opinião pública a fim de dar continuidade ao poder vigente. Essa perspectiva evidencia-se notadamente através de instituições como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado por decreto presidencial, em 1939.

Na década de 60, com o mesmo objetivo de promover o governo, as relações públicas estiveram, muitas vezes, associadas ao regime militar e a tentativa de camuflar as violências e censura que marcaram o período. Esse modelo de atuação contribuiu consideravelmente para que a profissão fosse encarada como uma atividade de subserviência ao capital e a sua hegemonia ideológica. Segundo Peruzzo:

Se as relações públicas são utilizadas pelos donos ou representantes do capital é porque elas servem para tal fim. As relações públicas não podem ser concebidas como desenraçadas da história, auto-suficientes em si mesmas, neutras. Elas têm comprometimento histórico, que no capitalismo é com o capital. (PERUZZO, 1986, P.94)

Sabemos que a comunicação é um processo que depende das interações humanas e por isso, não é cabível falarmos em neutralidade e/ou imparcialidade da área. No que toca a questão das relações públicas, estudiosos como Simões (2002) e Peruzzo (1986) chamam a atenção para o espaço de conflito de interesses e de relações de poder que permeiam as comunicações. A dialética do processo comunicativo impossibilita que quaisquer ações nesse meio sejam isentas de representações subjetivas, visto que

predominam as visões parciais da realidade. É nesse sentido que chamam atenção para a lógica histórica da profissão que foi pensada para mediar conflitos entre sociedade, empresas e governos afim de anular a participação social e favorecer o capital e as lógicas de mercado.

Portanto, o contexto histórico que se desenvolveu para as relações públicas marcou fundamentalmente o conceito dessa área no Brasil. A importância desse fato está no comprometimento da prática de relações públicas no país, a qual, desde seus primórdios, não foi pensada em todo seu potencial, importância e amplitude. Sendo associada à manutenção do *status quo* e à atitudes descomprometidas com as questões democráticas, sendo também considerada como instrumento de apologia e defesa de interesses das classes dominantes e de alienação da maioria da sociedade.

Atualmente, mesmo sendo uma atividade que tenha alcançado importantes avanços, as relações públicas ainda carecem do devido reconhecimento da sociedade quanto à complexidade e à abrangência de suas ações. A falta de legitimidade compromete a atividade profissional, que ainda carrega o estigma de ser uma atividade subserviente ao poder. Segundo Fábio França, uma das razões para justificar a pouca visibilidade dessa atividade iniciada em 1914, no Brasil, está relacionada à falta de discussão a respeito das próprias relações públicas. Para o mesmo autor,

“(...) amplia-se o debate quando se criticam as relações públicas como atividade que ainda não foi capaz de constituir e defender *um corpo consolidado de doutrina* a sustentá-la e a lhe dar *status* de a diferenciá-la das habilitações midiáticas da comunicação social, oferecendo-lhe maior peso no contexto administrativo e estratégico das organizações.” (FRANCA, 2003, P.131-132)

No presente trabalho, partimos da hipótese que o papel do relações-públicas deve ir muito além dos limites organizacionais para voltar-se para aquele que deve ser o foco maior de sua atuação: o ser humano e a luta pelos seus direitos para o exercício da cidadania. Procuramos transcender as visões retrógradas e limitadas que, infelizmente, são dominantes, voltando-nos para as novas perspectivas que vêm surgindo para essa área, principalmente no que diz respeito ao seu caráter emancipatório.

Diante dessa ótica, as relações públicas emergem como um importante aliado frente à conquista da cidadania, intervindo no contexto não para legitimá-lo, mas assumindo postura transformadora. Como já ressaltou Cecília Peruzzo:

[em] até mais ou menos dez anos relações públicas eram concebidas teoricamente e praticadas majoritariamente como instrumento a serviço do capital, dos governos e da hegemonia das classes dominantes. Mas, a sociedade é dinâmica e, acompanhando as mudanças que vêm ocorrendo no interior da sociedade brasileira, às relações públicas também chegou a vez de se deixarem mudar. Hoje, teórica e praticamente, é possível falar de relações públicas populares, ou comunitárias, orgânicas às classes subalternas. Ou seja, de um trabalho de relações públicas comprometido com os interesses dos segmentos sociais subalternos organizados, ou num sentido mais amplo com o interesse público. (PERUZZO, 1993. P.125)

Trata-se do surgimento de um campo para relações públicas que se aproxima das temáticas da cidadania, direitos humanos e movimentos sociais. Essa área, chamada genericamente de “relações públicas comunitárias”, começou a ser desenvolvida no início da década de 1980, atrelada ao ressurgimento dos movimentos sociais e outras formas de organização da sociedade civil. Está diretamente vinculada à inconformidade com as situações opressões que a sociedade vivenciou e continua vivenciando. Sua pedra de toque implica na percepção crítica da realidade - e das suas distorções sociais, políticas, econômicas e culturais - a fim de problematizá-la e buscar contribuir com a superação dessas desigualdades através da comunicação.

Nas palavras de VIEIRA:

[as relações públicas comunitárias] buscam um método de motivação para a mudança de mentalidade, no sentido de humanizar relações de trabalho, minimizar diferenças sociais, transformando a própria sociedade. Constituem-se não apenas numa necessidade do modo de produção capitalista, como também de instituições como sindicatos, universidades, escolas, hospitais, associações (...) (VIEIRA, 2002, p.20).

Para tanto, a atuação do profissional de relações-públicas envolve a concepção da sociedade sob a ótica da dialética e pelo entendimento do próprio profissional como sujeito da história que pode desenvolver um novo paradigma de atuação que contempla, sobretudo, o desenvolvimento humano e o bem-estar social. Ou seja, cabe ao profissional de relações-públicas reavaliar o enfoque teórico e metodológico que marcou sua atuação para colocar em prática uma nova postura, se impondo como sujeito histórico à serviço da sociedade. Segundo SIMÕES (2002), os relações-públicas podem atuar politicamente, desenvolvendo estratégias para dialogar com os atores sociais da “micropolítica”, que envolve interação entre grupos que

compõe a sociedade, com vistas a contribuir para uma evolução da “macropolítica”, cuja relação vincula-se ao Estado e sociedade como um todo.

Sendo assim, esses anseios de transformação e justiça – às vezes compreendidos como utopia – podem ganhar definições mais sólidas através do estímulo ao questionamento a respeito das possibilidades existentes para que a repetição da desigualdade e da discriminação converta-se no gozo dos direitos humanos e das práticas democráticas. Para isso, faz-se necessário a realização de análises profundas dos espaços públicos e dos mecanismos possíveis para o reconhecimento e valoração das múltiplas vozes presentes em cada sociedade. Não significa, entretanto, representar as vozes dos grupos que muitas vezes são silenciados, mas identificar e entender as questões que envolvem suas demandas cotidianas, as quais podem significar direitos que são sumariamente ignorados e/ou violados.

Adotar o ponto de vista desses grupos pode ser uma etapa de descoberta, que possibilite a construção de informações e formulação de hipóteses que desafiem os saberes constituídos, buscando chamar atenção para as causas que, muitas vezes, não são levadas em consideração pelo conhecimento hegemônico. Entretanto, para que seja possível imaginar uma transformação da realidade, é imprescindível que busquemos construir uma visão totalizante (e não fragmentária) da mesma. Torna-se fundamental, sobretudo, compreender as contradições e conflitos que abrangem sociedade, Estado e mercado e a maneira como cada uma dessas instâncias atuam consigo mesmas ou com as demais.

Cabe ressaltar que pensar o relações-públicas como um “salvador” é demasiado ilusório. Assim como, é errôneo pensá-lo como um profissional que exerce uma função meramente assistencialista. O relações-públicas deve sim promover a cidadania, utilizando funções estratégicas para dar visibilidade às causas populares a partir dos anseios e das demandas da população. Atitude extremamente complexa, que por isso, deve buscar uma ação dialógica entre importantes áreas do saber, como as demais áreas da comunicação social, abrangendo ainda conceitos que permeiam, dentre outras, as áreas das ciências sociais, história, filosofia, política e psicologia. É imperativo que tenhamos em mente que as ações e as transformações produzidas sob a ótica dos valores fundamentais da cultura democrática, não podem ser dever exclusivo de uma área ou profissão específica, pois são tarefas de todos aqueles que estão envolvidos – direta ou indiretamente - com essas problemáticas.

Há ainda que se destacar, que alguns outros aspectos da profissão talvez necessitem ser revistos, como a questão do Terceiro Setor. Apesar de importantes ações desenvolvidas por instituições do Terceiro Setor, faz-se necessário repensar em alguns pontos considerados nevrálgicos para o desenvolvimento da cidadania. Sabendo-se que, cada vez mais, há uma espécie de preocupação generalizada com a responsabilidade social e com o aperfeiçoamento do discurso da área; ao mesmo tempo, há também o perigo de algumas entidades privadas se tornarem árbitras do que tem valor social ou não. Ou seja, essas instituições passam a decidir quais projetos sociais ou quais setores da população merecem receber investimentos, em detrimento de outros. Além disso, existem ainda muitos discursos que são apenas superficiais, visando atender a interesses meramente mercadológicos através do chamado “marketing social”.

Diante do exposto, podemos delinear algumas ações específicas da área de relações públicas, as quais - através da conjugação de conhecimentos técnicos e de uma sólida base humanística - tornam possível o desempenho de sua função social. Para isso, é preciso lembrar que muito embora a transformação social só seja viável a nível macroestrutural, é na microestrutura que os laços de dependência se dissolvem. Ou seja, mesmo que não ocorra uma ruptura com o sistema, é na dimensão das inter-relações sociais que existe a possibilidade para que se inicie um processo de conscientização que objetive uma mudança gradativa e consistente da realidade.

Portanto, no que toca a essas dimensões microestruturais, os relações-públicas podem atuar na 1) gestão da comunicação (institucional, interna, externa e integrada) de grupos e/ou organizações sociais, a fim de potencializar suas ações; 2) comunicação institucional, objetivando conquistar a melhoria dos serviços prestados para a sociedade; 3) comunicação massiva/dirigida tendo em vista dar visibilidade para atividades socioculturais e/ou práticas cidadãs; 4) auditoria; 5) pesquisa social/monitoramento do ambiente; 6) construção de diagnósticos; 7) planejamento (estratégico, tácito, operacional) e desenvolvimento de planos de ação, projetos, e programas globais e/ou específicos; 8) implementação de programas de responsabilidade social e cidadania empresarial, sem ter como objetivo apenas interesses mercadológicos (como exposto acima), 9) função administrativa, estratégica, mediadora, política (KUNSCH, 2003: 10) assessoria de comunicação.

Em suma, os instrumentos de relações públicas, geralmente utilizados à favor do *status quo*, podem ser utilizados com o objetivo de reduzir as distancias entre grupos sociais- de acordo com as necessidades diagnosticadas e das perspectivas que se

almejem alcançar -, mantendo sempre enfoque crítico com vistas à afirmação de direitos e da cidadania. Nesse sentido, o vasto espaço no qual o conceito de comunicação se insere engloba não apenas o relacionamento entre instituições (privadas ou públicas) e sociedade, mas uma vasta disposição de agentes sociais, a saber: executivo, legislativo, judiciário, governo, partidos, entidades representativas, movimentos sociais, ONGs, imprensa, empresas, cidadão (DUARTE, 2000). Assim, as atividades de relações públicas podem ser utilizadas como instrumentos de democratização, desde que leve em conta a importância e as interconexões de todos esses atores sociais.

Quanto às ações mais estruturantes, em um nível mais “macro”, um campo frutífero é o das políticas públicas¹. Considerando que uma política pública se formula a partir de um diagnóstico de uma realidade, tendo como meta a solução dos problemas identificados e o desenvolvimento do setor sobre o qual se deseja atuar. Para ser conseqüente, uma política pública deve ser embasada no planejamento das etapas que permitirão que a intervenção seja eficaz, no sentido de alterar o quadro atual e deve prever meios de avaliar seus resultados de forma a permitir a correção de rumos e de se atualizar permanentemente. Por isso, é válido lembrar que política pública não pode ser confundida com ocorrências aleatórias, motivadas por pressões específicas ou conjunturais ou ainda com ações isoladas, carregadas de boas intenções, mas que não têm resultado à longo prazo.

Diante disso, podemos perceber que a formulação de políticas públicas, como instrumento governamental, constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real SOUZA (2006).

Segundo Celina Souza

(...) países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, (...), em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. Respostas a este desafio não são fáceis nem claras ou consensuais. Elas dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública. (SOUZA, 2006, P.20-21)

¹ Mais dados sobre políticas públicas se encontram em Faria (2003, 2005); Melo (1998); Souza (2003, 2006); Reis (2003)

A autora também afirma que:

(...) As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. (SOUZA, 2006, P.25)

Diante disso, embora ainda não haja muitos estudos a respeito, acreditamos que, com os conhecimentos adquiridos pela área de relações públicas, esses profissionais são aptos a desenvolver, formular, implementar, gerir e avaliar as políticas públicas. Além disso, esses profissionais podem agregar as técnicas da profissão com uma visão de planejamento emancipatória. Ou seja, visando planejar de forma estratégica, valorizando a cultura, o envolvimento das pessoas e tendo como parâmetro princípios da cidadania, a qual é possibilitada por meio da conscientização da população sobre seus direitos e deveres e da precisão da participação das mesmas no processo de decisão e elaboração das próprias políticas públicas.

De acordo com KUNSCH:

O planejamento é um instrumento para a eficácia das atividades de relações públicas porque evita a improvisação, oferece maiores possibilidades para a consecução dos objetivos e o cumprimento da missão organizacional, permite racionalizar os recursos necessários e dá uma orientação básica, capaz de permitir a avaliação de resultados. (KUNSCH, 2003, P. 316)

Além disso, a autora destaca outras finalidades que são inerentes ao processo de planejar e implementar ações de relações públicas, como: avaliar as potencialidades, limitações, oportunidades e ameaças do ambiente e as implicações e consequências; identificar as prioridades das ações em função das necessidades dos públicos; contribuir para que a missão e visão sejam cumpridas se alcancem os objetivos gerais propostos (KUNSCH, 2003).

Além do que já foi dito, levando em consideração a possibilidade de atuação das relações públicas no âmbito das políticas públicas, podemos destacar algumas ações específicas, a saber: 1) atuação em canais institucionais, nos quais as relações-públicas podem servir como mediador entre Estado e sociedade, atuando em conselhos setoriais, orçamento participativo, plano diretor, dentre outros; 2) organização e participação de fóruns, colaborando com o debate e discussões sobre propostas para implementação

e/ou melhoria de políticas públicas; 3) organização de seminários e conferências que visem ampliar o debate e conscientizar a população sobre determinado assunto de interesse público; 4) mobilização e articulação de grupos para capacitação dos mesmos para incidir nas políticas públicas, 5) pesquisa para levantamento de dados e planejamento de execução das políticas públicas, buscando uma visão totalizante e integradas dos segmentos sociais envolvidos no projeto; 6) mensuração avaliação dos resultados obtidos durante toda a execução do projeto, com intuito de evitar distorções e perda de foco das ações, bem como desenvolver um material consistente com metas atingidas e possíveis alterações para melhor eficácia do projeto.

Além dessas atividades, destacadas de maneira geral, outras podem ser realizadas de acordo com o contexto específico de atuação. De qualquer maneira, percebemos que as possibilidades de participação do profissional de relações-públicas no processo de elaboração e implantação das políticas públicas são amplas. Sabendo que se trata de um campo complexo, no qual inúmeros conflitos de ideias e interesses podem estar envolvidos, os relações-públicas podem atuar como mediadores dos diferentes atores sociais, buscando desenvolver maneiras de integração entre os mesmos. Além disso, um ponto nevrálgico é buscar a da consolidação da participação cidadã nas políticas públicas, tendo como pressupostos os conceitos de empoderamento e emancipação social.

Em outros termos, trata-se de desenvolver políticas públicas para que as pessoas envolvidas (especialmente àquelas que se voltam o foco da ação) tenham autonomia e sejam protagonistas naquilo em que estão envolvidos. É fundamental que tenham conhecimento de seus direitos e deveres para que possam assumir uma postura crítica na busca pela cidadania. Deve-se levar em conta a necessidade do cidadão ter conhecimento das informações que lhe cabem – inclusive as que não busca diretamente, mas que lhe diz respeito –, bem como ter a capacidade de expressar seus posicionamentos, e que os mesmos sejam respeitados. Em suma, é preciso que todos os envolvidos entendam as regras do jogo político ao qual estão submetidos para que possam participar efetivamente do mesmo.

Diante de tudo o que foi dito nas páginas anteriores, vemos que a área de relações públicas encontra-se em constante evolução e as possibilidades de atuação são cada vez maiores, englobando desde perspectivas micro quanto macropolíticas. Contudo, isso não significa que as relações públicas constituem uma ciência capaz de formular uma explicação sistemática do mundo, mas cabe considerar que as relações

públicas podem significar uma atuação crítica e consciente, capaz de diagnosticar e propor estratégias eficazes que, a partir da comunicação e por meio de uma postura de diálogo e compreensão, possa refletir na emancipação dos atores sociais e na garantia dos valores humanos, da cidadania e do interesse coletivo.

2.2 Relações Públicas e Jornalismo: um diálogo necessário

Nesse capítulo não vamos nos ater a reconstituir cronologicamente o surgimento do jornalismo e das teorias da comunicação. Aqui, buscamos entender algumas relações dos meios de comunicação com a sociedade, bem como os mecanismos de construção das notícias nos meios jornalísticos e suas implicações sociais. Ademais, da mesma forma como foi realizado no capítulo anterior no tocante a área de relações públicas, procuramos ressaltar que o jornalismo também pode desempenhar sua função social em defesa da cidadania, dos direitos humanos e dos movimentos sociais, temas centrais do atual trabalho.

Esses temas representam um desafio para a sociedade que, numa época de fragmentação social acentuada pelo neoliberalismo, busca por uma redefinição de um novo panorama social que acompanhe as transformações políticas estruturais e as inovações econômicas e tecnológicas. Sedimentou-se uma nova ordem, definida principalmente em termos econômicos, que levou à progressiva libertação da economia de seus tradicionais embaraços políticos, éticos e culturais. Por sua vez, essa nova ordem veio a dominar a totalidade da vida humana sob uma lógica implacável e contínua de reprodução da mesma (BAUMAN, 2001).

Dentre as consequências desse cenário emergem os interesses mercadológicos em detrimento das questões públicas. Nas últimas décadas, houve um acúmulo de conhecimento singular na história da humanidade, o que representou avanços expressivos para inúmeras áreas do saber, incluindo-se a área da comunicação. Segundo THOMPSON:

Desde as mais antigas formas de comunicação gestual e de uso da linguagem até os mais recentes desenvolvimentos na tecnologia computacional, a produção, armazenamento e circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social. Mas com o desenvolvimento de uma variedade de instituições de comunicação a partir do século XV até nossos dias, os processos de produção, armazenamento e circulação têm passado por significativas transformações. Estes processos foram alcançados por uma série de

desenvolvimentos institucionais que são característicos da era moderna. Em virtude destes desenvolvimentos, as formas simbólicas foram produzidas e reproduzidas em escala sempre em expansão; tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado; ficaram acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço. De uma forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e intercâmbio simbólicos no mundo moderno. THOMPSON, 1998, P.19

Contudo, esses avanços não foram alcançados da mesma forma em termos sociais. É o que afirma Paulo Freire:

Esse discurso (da globalização) procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia da sua malvadez intrínseca. (FREIRE, 1997,p.248)

A prática do discurso neoliberal - atribuído, sobretudo, às determinadas elites ou às pressões de grandes monopólios de comunicação - visa, acima de tudo, o desenvolvimento e a legitimação da sociedade capitalista acompanhado pelo avanço do pensamento ideológico destinado a enfatizar as praticas individuais. Assim, a consolidação dos meios de comunicação de massa trouxe à tona críticas quanto à produção industrial e a mercantilização da informação, bem como a limitação do direito à comunicação². Segundo MATTELART :

A ideologia da Comunicação moderna – e seu dogma da transparência e da igualdade – é baseada em questões de direito abstrato. A suposta igualdade perante a lei é prejudicada pelas desigualdades econômicas e culturais no contexto das relações de poder (MATTELART, 2003,p.35).

Seguindo o pensamento do autor, percebemos que as desigualdades sociais afetam o direito à informação³, visto que as pessoas com maior poder aquisitivo podem

² Para além das divergências quanto ao uso e as implicações da expressão “comunicação de massa”, neste trabalho, vamos entendê-la como um processo de produção de mensagens que atinge uma pluralidade de destinatários, situados em circunstâncias temporais e espaciais diferentes das encontradas no contexto original de produção. Trata-se, portanto, de um conteúdo veiculado pela mídia para uma grande quantidade de pessoas, o que não significa que todas o assimilem de uma mesma maneira. (Thompson, 1998, p. 30-31).

³ Direito à informação está inserido no que se entende por “direito à comunicação”, que refere-se a um conjunto de direitos relacionados à regulamentação jurídica da comunicação. Dentre esses direitos que compreendem o direito à comunicação estão relacionados, entre outros, o direito à liberdade de expressão, a regulamentação quanto à pluralidade e diversidade nos meios de comunicação, a liberdade de imprensa, o direito de informação, o direito à informação, a liberdade de opinião, os direitos relacionados à propriedade intelectual (NAPOLITANO, 2009).

pagar por meios noticiosos analíticos, enquanto aos demais ficam restritos o acesso à TV aberta e ao rádio. Ou seja, para se obter informações deve-se pagar por elas, a informação torna-se, portanto mercadoria com segmentações e especificidades para cada tipo de consumidor. É por isso que se afirma que “*no Brasil, os direitos humanos e os direitos sociais ainda não encontraram na imprensa, e na mídia em geral, espaços tão dedicados como os que são concedidos aos direitos do consumidor*” (SILVA, in MOTTA, 2002, p. 65).

É imperativo lembrar-nos que o direito à informação constitui-se um direito civil que está estritamente ligado ao usufruto dos demais direitos, tendo sua pedra de toque nos direitos relativos à esfera pública, como a liberdade de opinião e de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de reunião e de associação. Logo, o acesso às informações públicas é necessário para que possa exercer os direitos de acesso ao poder político. Diante dessa perspectiva os meios de comunicação, públicos ou privados, tem um compromisso social de desempenhar sua função pública de acesso aos direitos à informação (GENTILI, 2005).

Nesse contexto, a informação obtém papel fundamental, firmando-se como um fator relevante na elaboração e aplicação de conhecimentos tanto para a sociedade como para qualquer área do saber. Diante disso, são de suma importância os questionamentos a respeito do papel da comunicação na execução da cidadania, à medida que possibilita ao indivíduo compreender as mudanças ocorridas na sociedade; dá voz àqueles que se veem excluídos da lógica dominante; além de propiciar meios de ação tanto individuais quanto coletivos. Portanto, na contemporaneidade, ter acesso à informação passa a ser um aspecto imprescindível na consolidação da cidadania, impulsionando as pessoas a se considerarem sujeitos dos seus direitos.

No entanto, ao estabelecer um novo espaço de mediação social, os meios de comunicação também podem excluir e marginalizar parte da sociedade do processo comunicacional, então, podemos entender o processo de comunicação como uma prática de poder. O poder pode ser entendido como um fenômeno social que se expressa de diversas formas: política, econômica, coercitiva, simbólica. Esta última, significando a capacidade de agir e intervir no curso dos acontecimentos, para alcançar seus objetivos e interesses; bem como influenciar as ações de outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas (Thompson, 1998).

Nesse sentido, a mídia - tendo um papel proeminente na produção em larga escala e difusão generalizada de formas simbólicas no espaço e no tempo - fornece importantes bases para acumulação de informação, além de propiciar meios pelos quais os conteúdos simbólicos são produzidos e distribuídos pelo mundo social. Além disso, pela sua notória capacidade de definição da agenda pública, Miguel (2003) identifica os meios de comunicação como forma de representação política.

Essa capacidade dos meios de definir os assuntos de interesse público é chamado de agendamento ou *agenda setting*. TRAQUINA (2000), citando McCombs e Shaw (1997:15), define a ideia básica dessa teoria da seguinte maneira:

“A capacidade dos *media* em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos mass media”(TRAQUINA,2000, P. 14)

Embora o poder dos meios de agendar os temas deva ser relativizado não se pode deixar de lado sua relevância⁴. Para ilustrá-la, os autores destacam o papel dos meios na definição dos conteúdos políticos em períodos eleitorais. Nesses momentos, os temas abordados ficam restritos ao que os meios divulgam (agenda midiática) e as informações apresentadas e/ou discutidas são de suma importância para a definição do voto do eleitor. Sobre isso, TRAQUINA (2000), mais uma vez tomando como referência McCombs e Shaw (1997:15), delega que “*a arte da política numa democracia é, num grau considerável, a arte de determinar que dimensões das questões são mais importantes para o público ou se podem salientar de forma a conseguir apoio do público*”. (P.14)

Agendamento constitui, portanto, uma competência dos meios de comunicação em estabelecer prioridades e hierarquizar temas de relevância para a sociedade. É por isso que COHEN (1963) apud TRAQUINA (2000) afirma que “*a imprensa pode, na maior parte das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar*”.

⁴ De maneira geral, podemos destacar três níveis de influência que interferem no poder de agendamento dos meios, a saber: primeiro, as fontes externas de notícias como o governo, porta-vozes, campanhas políticas; segundo, o agendamento recíproco entre os meios de comunicação; terceiro, as normas sociais e tradições do jornalismo. (McCombs apud SOARES (2009).

É preciso destacar que o agendamento é movido, entre outros fatores, pelo critério da noticiabilidade⁵. Sendo assim, em virtude da valorização econômica, as formas simbólicas têm sofrido um processo de mercantilização e os meios de comunicação de massa representam, na maior parte das vezes, as questões que envolvem os interesses das classes médias (consumidora) e do mercado, em detrimento das maiorias, especialmente os marginalizados, que não tem seus interesses e/ou demandas representados na mesma intensidade. Assim, o jornalismo praticado conforme os critérios de noticiabilidade atende os interesses de uma pequena parcela da população que pode pagar pelas notícias e ignora ou sub-representa as questões sociais que atingem a maior parte da população.

Conforme essa lógica, prevalecem os temas que envolvem questões econômicas do que abordam as problemáticas sociais. As coberturas sobre questões políticas institucionais (relacionados às candidaturas e eleições e aos poderes Executivos, Legislativo e Judiciário) também são privilegiadas, enquanto as temáticas não institucionalizadas (como os movimentos sociais) recebem pouca atenção (MIGUEL, 2001). As questões sociais, muitas vezes, são ignoradas pelos meios de comunicação, ou são apenas tangenciadas em circunstâncias pontuais extremas, como manifestações, acidentes, calamidades, ocupações, etc. Ou seja, os assuntos que envolvem as classes menos favorecidas economicamente só são noticiados quando apresentam um impacto sobre a opinião pública, tornando-se mais vendáveis, e por isso, apresentando-se como “valor-notícia”.

De acordo com WOLF (1987)

Os valores-notícia constituem uma lista de critérios e atuam de forma complementar durante a seleção de um acontecimento. As relações e combinações entre esses diferentes critérios indicam se o acontecimento deve ou não tornar-se notícia, já que quanto mais elementos que possam atrair a atenção do público estiverem presentes no fato, mais interesse ele despertará. Além de participarem da escolha do que é notícia, os valores-notícia também se espalham ao longo do processo de produção. Os valores-notícia utilizam-se de duas maneiras. São critérios de seleção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até a redação. Em segundo lugar, funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser

⁵ A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem a existência pública de notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é «excluído» por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional. (WOLF, 1987, p.88)

omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público. Os valores-notícia são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redatoriais. (WOLF, 1987, P.97)

Assim, entendendo a notícia como resultado de um processo de construção, seleção, hierarquização e elaboração dos acontecimentos; o valor-notícia pode ser compreendido como requisito para que um fato se torne notícia, sendo definido a partir de temas que possam interessar a diferentes perfis de leitores, servindo como elemento norteador para o jornalista, durante o processo de elaboração da notícia.

A partir dessa definição, é importante ressaltar que as notícias somente apresentam a *aparência* dos fenômenos acontecidos na realidade social, visto que a seleção da informação e suas implicações na construção da realidade estão submetidas aos valores e interesses dos jornalistas e das redações. Segundo MARCONDES FILHO (1989), a construção da realidade proposta pelo jornalismo não é tão fiel aos acontecimentos reais. A existência da seleção de fatos segue interesses editoriais - quantidade de acontecimentos, o custo da produção noticiosa e a manutenção ideológica, política e econômica de grupos dominantes – pode levar a construção de uma realidade artificial:

(...) o tratamento que sofre a notícia antes de chegar ao receptor é o principal modo de se operar a chamada ‘manipulação’ jornalística. Entre a ocorrência de um fato social relevante, o acontecimento ‘objetivo’ e a sua apresentação ao público surgem diversas formas de intervenção que alteram sensivelmente o caráter e, principalmente, o efeito dessas notícias. É nessa altura que se opera a adaptação ideológica, estruturação da informação com fins de valorização e de interesse de classe. (MARCONDES FILHO, 1989, p.39)

Dentre essas formas de tratamento da notícia, podemos destacar o “**enquadramento**”. O enquadramento refere-se aos dispositivos escolhidos para “apresentar” uma notícia, que compreendem os critérios de seleção, ênfase e interpretação do que será abordado. GITLIN (1980 apud TRAQUINA, 2000) escreve:

“os enquadramentos mediáticos são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação e ainda de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos (*symbol-handlers*) organizam rotineiramente o discurso, quer verbal, quer visual”. (TRAQUINA, 2000, P. 28-29)

McCombs e Shaw (1993) apud Traquina (2000) fazendo um balanço das teorias do agendamento e do enquadramento ressaltam que:

“(...) novas investigações, explorando as consequências do *agenda-setting* e do enquadramento dos media, sugerem que os media não só nos dizem *em que pensar*, mas também *como pensar nisso*, e consequentemente *o que pensar*”. (TRAQUINA, 2000, P. 31)

Diante disso, mesmo considerando o papel ativo do receptor, podemos ter uma noção da importância do processo de construção das notícias. Entretanto, apesar de toda relevância desse processo, TRAQUINA (2000) chama atenção para o fato de que os enquadramentos são quase totalmente implícitos não aparecendo ao público como construções sociais. Logo, notamos que o enquadramento pode estar ligado às questões de poder social e político, vinculando-se a algum tipo de ideologia e serem assimilados pelos leitores/receptores como verdades “acabadas”, ao invés de encará-las como interpretações de um profissional. Carragee & Roefs (2004 apud SOARES, 2009) afirmam que :

(...) os enquadramentos das elites são geralmente favorecidos, devido a seus recursos econômicos, à centralização da coleta de notícias em instituições e à tendência dos repórteres a atribuir maior credibilidade a fontes oficiais do que aos seus desafiadores (SOARES, 2009, p.34)

Assim, percebemos que através do enquadramento pode-se haver um favorecimento do *status quo*, pelo qual se reafirma os valores das classes dominantes e se subjugam ou criminalizam as ocorrências vinculadas às classes populares. Um exemplo ilustrativo é a tendência a focalizar e enfatizar as ações violentas das manifestações públicas ao invés de abordar suas posições e seus anseios.

Outro fator que está intrinsecamente vinculado a esse processo é a **descontextualização** da realidade, que prejudica o entendimento e a compreensão do receptor diante dos assuntos abordados. Também pode constituir um elemento de manipulação ao associar-se às visões fragmentadas (omitindo e/ou simplificando alguns fatos) com o intuito de fazer com que o receptor construa uma visão distorcida ou mesmo antagônica sobre determinado assunto original (ABRAMO, 2003).

Assim, além desses fatores abordados nas páginas anteriores, outros podem ser destacados quanto ao processo de construção da notícia, são eles: a) *Ação pessoal*: as notícias resultam das intenções e valores pessoais de quem a produz, embora outras forças sejam relevantes; b) *Ação social*: as notícias são fruto das dinâmicas e dos

constrangimentos do sistema social; ou seja, estão relacionadas à interações sociais que transcendem uma única pessoa. Podem ter uma dimensão interna (força sócio-organizacional, que está vinculada aos constrangimentos advindos das organizações noticiosas) ou externa (força social extra-organizacional, que significa todos os constrangimentos que influenciam a produção da notícia a partir do meio externo); c) *Ação ideológica*: as notícias são configuradas a partir de um sistema ideológico (relacionado a ideias e valores) que dão coesão aos grupos sociais, em função de interesses, conscientes ou não; d) *Ação cultural*: o processo de produção das notícias é influenciado pelo sistema sociocultural em que se insere; e) *Ação de meio físico*: as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos que são usados na sua fabricação; f) *Ação histórica*: as notícias são parte de um processo histórico, durante o qual interagem as outras cinco forças (SOUSA, 1999).

De acordo com Sousa (1999), todas essas forças são “interdependentes, integradas, interactuantes” e reforçam a visão de que as notícias são frutos de um processo de múltiplas interações, onde devemos considerar a constante interação e comunicação dos indivíduos, instituições, culturas e outras forças sociais. Também corrobora o conceito de que os meios de comunicação têm a capacidade de dar uma significação aos discursos, fatos e ideias; bem como pode fragmentar, desconstruir e reorganizar e (re) construí-los em uma nova unidade, embora o sentido último dependa do receptor das mensagens.

Diante de todo o exposto, é inegável o papel ativo dos meios de comunicação na construção da realidade social. Por isso é que, como profissionais da comunicação social, os jornalistas devem assumir algumas responsabilidades diante das exigências cada vez maiores para aqueles que se comprometem com os valores democráticos. É preciso fomentar o questionamento e a reflexão sobre a própria profissão e sobre as implicações de suas práticas.

No capítulo anterior esboçamos algumas funções de relações públicas para a garantia desses valores. No que toca a área do jornalismo também podemos destacar algumas funções estratégicas com vistas à garantia da cidadania e dos direitos humanos, as quais: a) *Controle do Estado*, vigiando as ações dos poderes estatais, especialmente no que tange ao cumprimento dos princípios constitucionais e na implementação das políticas públicas; b) *Denúncias e investigação*, dando visibilidade as demandas e problemas enfrentados pela sociedade; c) *Agendamento do debate*, buscando ressaltar assuntos de interesse geral e não apenas de certas minorias; d) *Contextualização*,

fornecendo uma reflexão contextualizada, e abrangendo todas as partes envolvidas nos assuntos que pretende abordar, para evitar distorções e visões fragmentárias.

Além disso, critérios como de noticiabilidade e valor-notícia devem estar voltados para os valores sociais e não econômicos, pelo qual os produtos simbólicos são transformados em mercadoria. Da mesma forma, os leitores/receptores não devem ser encarados como meros consumidores, mas como atores da vida democrática e, por isso, cidadãos.

Essas funções, bem como outras não explicitadas aqui, ganham contornos especiais quando se pensa no cumprimento da função social da comunicação. É imperativo lembrar-nos que a promoção, proteção e combate à violação dos direitos humanos e da cidadania dependem de uma atuação ética da imprensa. Por isso, o jornalismo não deve ser encarado apenas como um meio de fornecimento de notícias, mas como uma atividade que pode e deve contribuir com os valores sociais.

É importante ressaltar que a realidade brasileira - marcada por uma desigualdade social profunda e pela violação dos direitos humanos mais básicos - constitui um campo frutífero de atuação para os profissionais de comunicação que pretendem agir em prol desses direitos e da cidadania. No entanto, aqueles profissionais que desejam realizar estudos em prol do social devem atuar a partir das intersecções de diversas áreas. É preciso construir um conhecimento descentrado da própria perspectiva, compreendendo as múltiplas possibilidades de atuação conjuntas. O grande desafio consiste em se fazer valer o interesse público nas rádios e na televisão, nas tecnologias de ponta, na investigação científica e na inovação estética que estão circulando nos meios de comunicação de massa e na internet.

Por isso, também surgem novas necessidades de organização e de disseminação do conhecimento, de transparência comunicacional e de difusão da informação. Faz-se necessário expandir os conceitos e práticas pluri, inter e transdisciplinares para que a comunicação assuma um papel de propiciadora de discussão pública, tendo em vista suas implicações sobre o interesse geral. Dessa forma, partindo do pressuposto que a informação é a base para a atuação e o desenvolvimento de quaisquer atividades alicerçadas na área de comunicação, este trabalho pretende fugir dos embates a respeito dos limites entre as áreas de relações públicas e jornalismo, que acreditamos ser complementares. Buscamos uma ação dialógica entre essas duas áreas, cujos aspectos convergentes são identificados no que se refere às necessidades de informação para o adequado exercício profissional.

Tendo em vista que as ações e as transformações produzidas sob a ótica dos valores fundamentais da cultura democrática, não podem ser dever exclusivo de uma área ou profissão específica, são tarefas de todos os profissionais envolvidos com o debate na atualidade. Tais valores devem orientar também as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária em busca da construção de uma consciência crítica. Vale ressaltar que o pensamento crítico é uma das características dos estudos de comunicação em nosso continente. Contribuir com os processos comunicativos das novas formas de cidadania pressupõe consciência política e social para interpretar e compreender a sociedade contemporânea (KUNSCH, 2007).

Por isso, acreditamos que é preciso somar e compartilhar os conhecimentos e experiências geradas por acadêmicos e profissionais oriundos dos campos do jornalismo e relações públicas, bem como nas demais subáreas da comunicação social, a fim de desenvolver, sem desprezar suas especificidades, uma atuação sinérgica e integrada dessas áreas para o benefício da sociedade e a consolidação da cidadania.

Maria José da Costa Oliveira e Graça Caldas (2004) delegam que

A complexidade do mundo moderno formado por teias de relações políticas, econômicas e sociais, estabelecidas no espaço público, dá uma nova dimensão às áreas de Comunicação. Nesse cenário da Sociedade do Conhecimento (...) espera-se dos profissionais de comunicação (...) mais do que uma disputa por espaço de trabalho, mas o exercício competente da área, numa perspectiva de Comunicação Integrada, mais recentemente ampliada a outras esferas. P.65.

A visão de muitos profissionais, limitada à conquista de seu espaço de atuação no mercado, compromete, sobremaneira, a atuação da área de Comunicação em prejuízo de sua eficácia. A instituição do paradigma da Comunicação Integrada decorre da necessidade de os profissionais de cada subárea reconhecerem o seu papel no processo de construção da cidadania, com a promoção do ser humano e da educação que leve à transformação social, papel que os profissionais da área não podem omitir, independentemente do setor em que atuem.(COSTA OLIVEIRA E GRAÇAS, 2004,P.67)

Portanto acreditamos que - levando em consideração a responsabilidade e o compromisso social da mídia na propagação de informação sem almejar a manipulação ou fazer juízo de valor do público - tem valor estratégico o uso da comunicação a fim de dar visibilidade às causas sociais, fazendo emergir a noção de interesse comum proporcionando novas visões da realidade, fato esse que cremos ser vital para a atuação ética dos profissionais de jornalismo e relações públicas.

3. Le Monde Diplomatique

3.1 Contextualização

“Carregando um entendimento ‘especial’, Le Monde Diplomatique é, através da sua análise aprofundada e pontos de vista envolvidos, um jornal de referência para todos aqueles que querem entender, mas também mudar o mundo” (Le Monde Diplomatique)

O *Le Monde Diplomatique*, também conhecido como *Diplô*, foi lançado na França em 1954, como um suplemento mensal do jornal *Le Monde*⁶. Ao longo da sua existência, conquistou grande respeitabilidade no meio acadêmico e jornalístico pela profundidade e independência de suas informações. Com o passar do tempo, ganhou autonomia até ser, na atualidade, uma empresa subsidiária do grupo *Le Monde*.

O desejo de sustentar sua independência procurou ser mantida por meio de uma estrutura diferenciada, se comparado com outros jornais de caráter mais comerciais. Como informa o site na versão brasileira:

“Em 1996, foi criada uma sociedade anônima Le Monde Diplomatique SA, que tem como acionistas o próprio Le Monde, a equipe que faz o *Diplô*, representada pela Associação Gunter Holzmann, e- aqui está a principal novidade—a associação Les Amis du Monde Diplomatique, representada por mais de 10 mil leitores. Nesta sociedade tripartite, os jornalistas e os leitores detêm 46,7 dos votos, o que garante sua autonomia (pela lei francesa, o direito de veto, numa sociedade anônima, pode ser garantido por quem detenha 33,34%)”⁷.

Os leitores e assinantes do *Diplô*, por meio da *Associação dos Amigos do Le Monde Diplomatique*, têm uma participação de 24% do capital acionário do jornal e os jornalistas detêm 25% das ações, por meio da *Association Günter Holzmann* – nome em referência ao ex-militante antinazista que doou os recursos necessários à operação. Esses 49% são bem mais do que o suficiente para formar uma “minoridade de bloqueio”, que, segundo a legislação francesa, sede oficial desse jornal, é de 33,34%. Assim,

⁶ Considerado desde a sua fundação (dezembro de 1944, depois da entrada dos aliados em Paris e antes do fim da Segunda Guerra Mundial), o mais influente jornal da França.

⁷ Pensamento Crítico & Alternativas. Disponível em: www.diplo.com.br. Acessado em: 20 de junho de 2010.

nenhuma decisão estratégica pode ser tomada sem o apoio dos leitores e da redação. Embora o grupo *Le Monde* seja o acionista majoritário, não intervém na linha editorial do *Le Monde Diplomatique*, pelo menos até o presente momento.

Em consequência dessa estrutura, o Diplô afirma ter conseguido uma situação nitidamente diferenciada, pois aliou à liberdade de redação a incorporação dos leitores na sua direção, oferecendo-lhes a opção de refletir, de questionar e de avaliar criticamente o significado de cada fato numa época em que a informação se transformou em mercadoria, tal como sustenta este jornal ⁸.

Atualmente, o *Diplô* desdobra-se em sessenta e uma edições internacionais, entre edições impressas e on-line. O total de 32 versões on-line foi atingida só no final de outubro de 2006. A maior parte dessas edições on-line corresponde a uma versão eletrônica da edição impressa. No Brasil, o *Le Monde Diplomatique* apareceu na internet em dezembro de 1999. Na sua trajetória mais recente o Diplô passou a congrega intelectuais, jornalistas e militantes dos mais diversos movimentos sociais contrários às propostas neoliberais⁹.

Com independência político-econômica, autonomia editorial e densidade analítica, *Le Monde Diplomatique Brasil* é uma publicação apartidária, pluralista e democrática, que busca ocupar um espaço que não foi até agora devidamente contemplado pelo jornalismo brasileiro. Para orientar sua linha de atuação, o jornal criou um Conselho Editorial de renomados jornalistas e especialistas de diferentes áreas, buscando expressar múltiplos olhares sobre a conjuntura, estabelecer o contraditório, explicitar as diferenças e concordâncias em torno de uma agenda que procura aprofundar a democracia e a equidade no Brasil e no mundo.¹⁰

Embora manifeste o desejo de ser lido pelo maior número de pessoas, o próprio site do jornal mostra a intenção de atingir públicos específicos (sindicatos, Ongs, igrejas, universidades e partidos progressistas) ligados a projetos políticos contra a globalização. Inicialmente a edição brasileira apenas traduzia os textos publicados no original francês, mas deixou claro o desejo de abrir espaços para profissionais de comunicação e intelectuais brasileiros especialistas em temas importantes da realidade

⁸ Este é um dos pilares da crítica do Diplô com relação à situação da imprensa na atualidade como poderemos observar mais adiante no transcorrer do relatório.

⁹ Entre outros colaboram: Ignácio Ramonet, Noam Chomsky, o subcomandante Marcos, François Chesnais, Ivan Illich, Samir Amin, Adauto Novaes, Aziz Ab'Saber, Sebastião Salgado e Heródoto Barbeiro.

¹⁰ Informações extraídas do próprio site do *Le Monde Diplomatique*: http://www.diplomatique.org.br/quem_somos.php?PHPSESSID=3aa7b133cc2243005f03248ec99e1c09. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

brasileira¹¹. Silvio Caccia Bava¹², através do editorial *online*, deixa claro o posicionamento dos membros do conselho deste jornal:

Um novo olhar sobre o mundo. Um novo olhar sobre o Brasil. Com esse slogan nos pusemos a campo, assumindo um compromisso público de trazer múltiplos e qualificados olhares sobre as questões mais importantes da conjuntura nacional e internacional. Evidentemente, demos uma atenção especial ao que se passa na América Latina. E buscamos a contribuição de intelectuais engajados na construção de “**um outro mundo possível**”, de caminhos que nos apontem utopias e o desenho de uma nova sociedade que supere os impasses atuais.

Democracia e desenvolvimento. Estes dois pilares da organização social são a nossa referência. Para onde pender a democracia, irá o desenvolvimento. E a cidadania adquire cada vez mais peso na balança da democracia. (...) É esta disputa sobre os sentidos da democracia e do desenvolvimento que atrai nossa atenção¹³.

O quadro apresentado anteriormente, sem dúvida bastante original para os meios de comunicação impressos, nos faz pensar se existe relação entre a decantada autonomia e a independência e originalidade da informação veiculada na *Web* e no meio impresso todos os meses quando o *Le Monde Diplomatique* pode ser acionado. Sabemos que a qualidade da informação tal como vem evoluindo os meios de comunicação de massa corresponde a um dos valores mais raros no cenário atual.

Por essa razão nos parece importante mostrar como um dos seus diretores entende a problemática da informação nos dias atuais. De maneira bastante detalhada, Ignácio Ramonet, no lançamento da edição espanhola on-line do *Diplô*, apresentou as idéias e a concepção de jornalismo praticado por esse jornal. Logo na apresentação da edição espanhola Ramonet expressa um posicionamento taxativo: a imprensa está em crise. Tal afirmação aparece depois que esse jornalista realiza uma abordagem detalhada das transformações operadas recentemente na concepção do que se entende por jornalismo. Para Ramonet, quatro fatores teriam corroborado na descaracterização da informação, função primordial na profissão jornalística.

¹¹ *Le Monde Diplomatique* circula hoje em 31 países e é publicado em 17 idiomas. No Brasil, *Le Monde Diplomatique* surgiu em versão impressa em 2007 por iniciativa do Instituto Polis e de uma série de apoiadores que viam no original francês uma publicação fundamental para estimular o pensamento crítico, a reflexão e o debate de temas prementes da sociedade. A edição eletrônica teve início em 1999 e a partir de 2010 é editada também pelo Instituto Polis.

¹² BAVA, Silvio. *Le Monde diplomatique* IN:.

¹³ Informações extraídas de http://www.diplomatique.org.br/quem_somos.php?PHPSESSID=3aa7b133cc2243005f03248ec99e1c09. Acesso 11 de jun. de 2010.

O **primeiro** está relacionado com a idéia de informação. Antes da tal crise jornalística por informação entendia-se a descrição precisa e documentada do fato a ser publicado. Além disso, o jornal precisava subsidiar o leitor com dados suficientes para que este compreendesse seu significado mais profundo. Perguntas-chaves como: quem fez o quê, com que meios, onde, por quê, e quais as conseqüências deveriam ficar totalmente esclarecidas para o leitor. Para Ramonet, o advento da televisão, e sua supremacia como meio de comunicação, implicou num duro golpe naquela concepção antiga de informação. A razão dessa transformação reside no fato de poder assistir ao vivo, em tempo real, praticamente a tudo o que acontece. Com isso a reflexão e as explicações passaram para um segundo lugar ou, simplesmente, se abandonaram. Para estar informado é necessário ver o acontecimento, não entender seu significado. Em suma, nem a figura do jornalista seria mais necessária.

Outro ponto abordado por Ramonet refere-se à tirania do tempo presente vivenciado na atualidade. A televisão torna-se, novamente, o alvo das críticas desse autor. Aceitando como verdadeiro o item anterior podemos concluir que o tempo presente está determinado pela imagem. Efetivamente, na hora de selecionar os fatos para serem publicados, imperam os que possuem imagens e, conseqüentemente, o resto das notícias ficam num segundo lugar quando não são ignoradas. A televisão, num mundo de clara predominância visual, estaria ditando as regras ao jornalismo impresso. As notícias que não aparecem na TV perdem sua importância, mesmo que algumas sejam mais relevantes que àquelas vistas e aceitas pelo público como verdadeiras. Desta forma, a imagem determina a informação na atualidade.

O **terceiro** fator a ser considerado refere-se ao tempo da informação, a sua instantaneidade. Para Ramonet, a informação hoje se resume ao que pode ser comunicado ao vivo, em tempo real. Quando um fato chega ao leitor, normalmente é considerado ultrapassado e o potencial de avaliação e reflexão que poderia provocar encontra já um público “informado”. Conseqüentemente, o jornalismo teve que mudar sua forma de noticiar e informar, pois a televisão minou seu alvo. De alguma maneira, a entrada de fotos coloridas nos jornais e a transformação visual da primeira página, valorizando as manchetes e as notícias breves, representam uma tentativa de adequação a essa predominância do público das imagens¹⁴. Com isso, o espaço anteriormente

¹⁴ Esse processo chegou até o Le Monde, grupo majoritário que financia o Diplô. Em janeiro de 2002, o Le Monde reformulou seu projeto gráfico inserindo fotos coloridas nas suas páginas adotando outras alterações que o tornaram um jornal igual aos seus concorrentes. Ainda decidiu colocar na bolsa parte de

destinado à exposição de opiniões e análises no jornal impresso cedeu para as imagens e as notícias resumidas.

O **quarto** fator apresentado por Ramonet diz respeito à veracidade da informação. Na atualidade um fato é verdadeiro, não por aplicar-se critérios objetivos, rigorosos ou porque as fontes tenham sido devidamente verificadas. A veracidade se impõe pela repetição constante e permanente de dados nem sempre confirmados. Como estamos num momento de alta competitividade, a mesma notícia veiculada pela televisão, pelo rádio e pelo jornal, torna-se verdadeira. Se a isto aliamos a deficiência dos meios de comunicação em avaliar as estruturas, caímos no simplismo e na superficialidade e perdemos na distinção do que é verdadeiro e importante do falso e superficial.

A soma desses dados constitui o que Ramonet citava como crise dos meios de comunicação. Prevaleceria a repetição, a imitação, o plágio e a formatação padronizada dos meios de comunicação. Informação e comunicação tendem a ser equivalentes, quando em outros momentos possuíam características bem diferenciadas. Ramonet denomina essa situação de “censura democrática”, ou seja, o poder do sistema de manipular os meios fornecendo-lhes as mesmas versões e imagens. Aparentemente aceita-se o sistema democrático como o mais válido e representativo, mas a capacidade da crítica fica diluída dentro dos limites “verdadeiros” estabelecidos por esse sistema. O excesso de democracia geraria a apatia, recaindo parte da culpa também no público, preso por essa rede de facilidades provenientes das novas tecnologias e da ausência da crítica.

Os quatro itens apresentados anteriormente implicam na opção por um tipo de jornalismo denominado de Jornalismo de opinião¹⁵. Tal tipo de jornalismo se caracteriza por ser diferente quando apresenta a notícia. Por notícia, no jornalismo comercial, pode ser entendido o relato de um fato, já o artigo de opinião expressa a análise desse fato. O *Le Monde Diplomatique* segue claramente o modelo interpretativo para estudar os fatos acontecidos pelo mundo.

De maneira bastante incisiva, o *Le Monde Diplomatique*, em todos seus números desenvolve análises críticas, que ganham significado profundo por ser um dos principais

suas ações no sentido de captar recurso para saldar as altas dívidas do jornal. Isso chegou a por em dúvida a decantada autonomia do *Le Monde Diplomatique*, mas até a presente data os acionistas anônimos não interferiram na linha editorial do Diplô.

¹⁵ SUAREZ, Luisa s. Artículos de opinión y ensayismo. IN: www.ucm.es/info. Acessado em 20 de julho de 2010.

jornais contrários á globalização e ao neoliberalismo. Entretanto, a crítica exercida desde seus artigos merece ser estudada detalhadamente. A rigor, não existe uma relação direta entre publicar uma notícia contra um determinado *status quo* e identificação plena e total com o sistema contrário àquele criticado. Neste sentido, o projeto procura enfatizar e priorizar não apenas a seleção e a classificação das notícias publicadas no seu site. Pretende avaliar criticamente como esse veículo apresenta as críticas ao pensamento vigente. Neste sentido, nossa preocupação, neste projeto, não reside na compreensão da forma usada pelo Diplô para apresentar as matérias. Ao contrario, procura priorizar o estudo do conteúdo das publicações, desde sua abordagem, até nos conteúdos considerados como informação, em suma, na qualidade da notícia trazida para os leitores.

3.1,2 Matérias escolhidas

O presente projeto procura enfatizar e priorizar não apenas a seleção e a classificação das notícias publicadas relacionadas com cidadania, direitos humanos e movimentos sociais. Pretende avaliar criticamente como esse veículo apresenta as matérias e como elas podem ser aproveitadas pelo relações-públicas tanto para atuar diante desses temas como para contribuir para a conceituação crítica de sua profissão.

Além disso, o objetivo deste projeto converge perfeitamente ao que Silvio Caccia Bava¹⁶ também afirmou no editorial disponível no site:

Neste momento particular da história do Brasil e da América Latina, onde as recentes mobilizações sociais e eleições trazem à superfície movimentos mais de fundo em nossa sociedade e novas agendas, *Le Monde Diplomatique Brasil* quer dar mais visibilidade e estimular o debate de múltiplas manifestações da sociedade civil nacional e mundial que aposta em mudanças sociais profundas na perspectiva da democratização, na promoção da equidade, na erradicação da pobreza.

Cabe, então, verificar como as notícias veiculadas pelo *Le Monde Diplomatique* interferem no processo comunicacional onde a complexidade e jogo de forças para influenciar nos rumos da sociedade são tão intrincados. A qualidade da informação, ou melhor, a multiplicidade de informações, em tese, serviria para manter e sustentar a

¹⁶ BAVA, Silvio. O Le Monde Diplomatique . IN: <http://diplomatie.uol.com.br/editorial.php?edicao=13&PHPSESSID=2992afb2cd65c8594faad2ff286459fc> Acesso Junho 2010.

multiplicidade de versões na comunicação. O conteúdo do Diplô será abordado dentro desses princípios, ou seja, como um veículo de comunicação que dialoga com o presente denunciando as forças determinadoras da sustentação social, econômica e política mundial, ponto esse relevante para a atuação do profissional de relações-públicas.

Ao escolher as categorias de análise, a saber “cidadania”, “direitos humanos” e “movimentos sociais”, partimos do pressuposto que é fundamental pensarmos como se encontra a discussão desses temas diante dos percalços do contexto atual das comunicações e de um modelo econômico que privilegia as relações econômicas em detrimento das questões sócias. É válido ressaltar que cada um desses temas não possuem fronteiras bem definidas, seus limites são permeáveis e geralmente há convergência entre eles. Se não coincidem na sua definição conceitual, geralmente tangenciam-se é o que vemos, por exemplo, quando a questão da cidadania torna-se o tema central de muitos movimentos sociais, pelos quais incitam a sociedade a examinar suas questões, abrindo a discussão, em busca do entendimento e da legitimidade de suas reivindicações de direitos. De qualquer maneira, tentaremos aprofundar e conceituar cada um desses temas nos capítulos que se seguem.

4.TEMAS

4.1 Cidadania

Sou crítico do estado porque quero
democratizá-lo radicalmente,
submetê-lo ao controle da
sociedade, da cidadania. Não quero
o Estado no planalto e sim na
planície. Não quero o presidente,
mas o cidadão." (Betinho, 1994)

A cidadania emerge como um dos temas mais polêmicos da atualidade. O avanço das manifestações democráticas vivenciados recentemente colaborou para a incorporação da palavra cidadania em um sem-número de discursos públicos. Entretanto, essa quase onipresença não é sinônimo de consenso. Além disso, é importante ressaltar que as interpretações atribuídas a esse conceito não são imparciais e podem estar imbuídas de significações negativas que levem a situações contrárias a consolidação da democracia. O atual trabalho partirá do pressuposto que o conceito de cidadania envolve: a) historicidade e contextos específicos b) conquista de direitos; e c) participação social.

A **natureza histórica** da cidadania perpassou longos períodos e nem sempre esteve atrelada à inclusão de direitos. A noção de cidadania é oriunda da Antiguidade, sendo originalmente concebida como instrumento de distinção e/ou discriminação entre as classes dominantes e dominadas. A limitação das fronteiras das cidades-estados antigas significava a exclusão do “outro”, que poderia significar tanto estrangeiros, como os próprios habitantes do território. Nas cidades-estados mais famosas, como Atenas, Esparta e Roma, muitos habitantes participavam da sociedade através de seu trabalho e recursos, mas não se enquadravam no corpo dos cidadãos. Tratava-se de um ambiente altamente “competitivo, fragmentário e guerreiro.” (GUARINELLO, in PISNKY, 2003).

De modo geral, nessas cidades-estados apenas os homens proprietários de terra eram considerados cidadãos, ficando excluídos escravos, mulheres, estrangeiros e pessoas de menor renda (camponeses, artesãos e comerciantes). A aristocracia dominante de Atenas (eupátridas), Esparta (esparciatas) e Roma (patrícios) correspondiam à classe guerreira e aos proprietários rurais que detinham o monopólio dos cargos públicos e religiosos. Diante desse contexto, não faltaram conflitos por parte das classes subalternas em busca de integração, ampliação de direitos, participação nas

decisões políticas e na distribuição ou redistribuição dos recursos comunitários advindos das guerras. Essas sublevações resultaram na quebra do exclusivismo aristocrático e na abertura do espaço público para camadas mais amplas da população. (FUNARI, in PINSKY e PINSKY, 2003).

Por outro lado, a cidadania propriamente dita pode ser considerada fruto das revoluções burguesas. Jaime Pinsky, na introdução do livro “A História da Cidadania”, afirma que:

A cidadania instaura-se a partir dos processos de lutas que culminaram na Declaração dos Direitos Humanos, dos Estados Unidos da América do Norte, e na Revolução Francesa. Esses dois eventos romperam o princípio de legitimidade que vigia até então, baseado nos deveres dos súditos, e passaram a estruturá-lo a partir dos direitos do cidadão. Desse momento em diante todos os tipos de luta foram travados para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania e o mundo ocidental o estendesse para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias. Nesse sentido pode-se afirmar que, na sua acepção mais ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia. (PINSKY, 2003, p. 67)

Dessa forma, a cidadania assume um papel de destaque quando se trata das relações entre o Estado e a sociedade, em outras palavras, de governantes e governados. A partir do século XVIII, com as revoluções americana (1776) e francesa (1789) alcançou-se uma nova conjuntura na qual a sociedade cobra e desenvolve um rol de responsabilidades e direitos por parte do Estado. Ou seja, rompe-se a lógica dos benefícios restritos apenas aos governantes em prejuízo dos governados. Emerge o cidadão (portador de direitos) em face ao súdito (submisso).

Vale ressaltar, portanto, que a noção de cidadania contemporânea está vinculada ao que denominamos “Estado-nação”. Sendo assim, a luta pela ampliação de direitos e pela construção da cidadania está estritamente ligada com a relação entre uma sociedade e um Estado e a identificação desta com a nação. Atualmente, ao contrário das versões antigas, discriminatórias, predomina a luta por uma “cidadania para todos” (SINGER, in PINSKY e PINSKY, 2003), abarcando um sentido cada vez mais inclusivo.

De modo geral, essa luta pela cidadania corresponde à **conquista de direitos**, significando os direitos civis, que englobam os direitos à liberdade, igualdade, propriedade e, sobretudo, à vida; os direitos políticos, pelos quais é possível eleger e ser

eleito; e por fim, os direitos sociais, que asseguram o direito ao trabalho, à saúde, à educação, etc. É importante destacar que o exercício de alguns desses direitos não corresponde à conquista de outros. Um exemplo significativo é o fato de que o exercício dos direitos civis (liberdade de pensamento) e políticos (poder de voto, participação), não satisfazem o gozo dos direitos sociais (educação, emprego). Por outro lado, os direitos sociais, podem existir sem que haja os direitos civis e políticos. No entanto, na ausência desses direitos, pode esvaziar o conteúdo dos direitos sociais, dando-lhes um caráter arbitrário. (CARVALHO, 2008, P.9/10).

Assim, fica claro que a cidadania é composta por múltiplas dimensões, as quais nem todas estão presentes. As conquistas desses direitos e, por conseguinte, da cidadania, faz parte de um processo histórico, que deve levar em consideração o tempo e o espaço em que se desenvolveram. Por isso, não se pode conceber uma mesma trajetória para a evolução da cidadania em todos os Estados-Nação (PINSKY, 2003).

No entanto, a diferença conceitual da cidadania não se limita a esfera de comparação entre dois ou mais Estados-nação. Mesmo dentro de um mesmo país o conceito de cidadania pode assumir um caráter diverso. É importante lembrar que a acentuada miséria e desigualdade, somadas à exclusão social imposta aos escravos e aos índios, bem como a concessão tardia dos direitos sociais e políticos a outras minorias, como as mulheres, são alguns exemplos ilustrativos de impasses para a consolidação da cidadania no Brasil. Ademais, não é possível esquecer-nos dos anos de regime militar autoritário implantado no país, que significou um enorme golpe aos direitos sociais e políticos da época e que reprimiu de forma violenta a participação social.

Como exemplo da evolução do conceito de cidadania entre Estados-nação, José Murilo de Carvalho (2008) traça um paralelo interessante entre o processo evolutivo da cidadania no Brasil com o modelo definido por Marshall com relação à Inglaterra. Lá, a conquista dos direitos iniciou-se com os direitos civis, os quais colaboraram para a construção de um sistema Judiciário independente do Executivo. A consolidação desses direitos e o exercício das liberdades atreladas a essa esfera fez com que se expandissem os direitos políticos, solidificados pelos partidos e pelo Legislativo. Com esses dois âmbitos bem definidos os direitos sociais foram postos em prática pelo Executivo em virtude da ação do Congresso.

No Brasil, essa lógica foi invertida. Ou seja, aqui, a base dos direitos está relacionada à esfera dos direitos sociais, os quais foram implantados, inicialmente, por Getúlio Vargas em um período (1937-1945) de supressão dos direitos políticos e

redução dos direitos civis. Mais tarde, a expansão dos direitos políticos - sobretudo no que tange a expansão do direito ao voto – aconteceu em outro momento ditatorial, onde os órgãos de representação foram deslegitimados. Por fim, os direitos civis podem ser usufruídos por parcelas da sociedade, mas continuam inacessíveis à maioria da população.

Esse exemplo é fundamental para entendermos que, como dito anteriormente, a cidadania percorre múltiplos caminhos, em virtude da territorialidade e do contexto histórico em que é delineada. Por isso, é imperativo ressaltar que as diferentes trajetórias afetam fundamentalmente o exercício da cidadania.

Ao contrário do que acontece na Inglaterra, a inversão da ordem da conquista de direitos no Brasil trouxe inúmeras consequências para a realidade nacional. A excessiva valorização do Executivo em detrimento aos outros poderes (Legislativo e Judiciário) está intrinsecamente ligada à implantação dos direitos sociais (base dos direitos no Brasil) em uma época de grande concentração de poderes no Executivo (ditadura) e suspensão do Legislativo (função meramente simbólica). Além disso, a exaltação do Executivo de um lado; significou a desvalorização do Legislativo e de seus titulares (deputados e senadores), por outro. É significativo que no Brasil nunca tenha havido reação da população aos fechamentos do Congresso Nacional.

Essa mesma situação também gerou um reforço a tradição patrimonialista que está fortemente vinculada à cultura política brasileira¹⁷. O patrimonialismo político brasileiro associa o Estado como uma esfera acima da sociedade, com o qual é preciso construir uma relação direta de negociação, subjugando a importância da representação (é o que CARVALHO(2008) denomina como cultura da “Estadania”). Essa lógica, por sua vez, acarreta no fortalecimento do corporativismo. Ou seja, há a ideia da necessidade de negociação de cada categoria da sociedade com o governo para garantir usufruto dos direitos sociais. Assim, a sociedade busca se organizar para garantir os direitos “fornecidos” pelo Estado. Em outras palavras, os direitos não são vistos como “de todos”, mas como “privilégios” daqueles que conseguem negociar com os governantes. A exaltação do Executivo traz ainda como consequência a crença, por grande parte dos brasileiros, na figura de um “messias” político, um “protetor” que agiria sozinho em benefício da sociedade. Isso não significa que não havia reivindicações populares, mas a conquista dos direitos era visto como uma concessão de

¹⁷ Sobre a tradição patrimonialista que está enraizada à cultura brasileira ver HOLANDA(1995), CHAUI (1994) e FAORO (1993)

líderes políticos populistas, como Getúlio Vargas (“pai dos pobres”), Jânio Quadros (“vassourinha”) e Collor (“caçador de marajás”), dentre outros. Vale ressaltar que com o populismo as conquistas não eram universais, mas tuteladas e limitadas pelo próprio Estado.

A esse respeito, Carvalho (2008) faz as seguintes considerações:

Para muitos, o remédio estaria nas reformas políticas (eleitoral, partidária, forma de governo). (...) Essas reformas e outros experimentos poderiam eventualmente reduzir o problema central da ineficiência do sistema representativo. Mas para isso, a frágil democracia brasileira precisa de tempo. (...) É possível que, apesar da desvantagem da inversão da ordem de direitos, o exercício continuado da democracia política, embora imperfeita, permita aos poucos ampliar o gozo dos direitos civis, o que, por sua vez, poderia reforçar os direitos políticos, criando um círculo virtuoso no qual a cultura política também se modificaria. (CARVALHO, 2008, P.224)

Assim, como “exercício continuado da democracia política” podemos entender a busca permanente pela conquista de novos direitos. Em outros termos, partindo dos direitos já adquiridos a sociedade progride para um movimento de ampliação das demandas e lutas pelo alargamento dos direitos, assim, vão reinventando a cidadania e solidificando valores democráticos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 significou o início de lutas pelos direitos à paz, ao meio ambiente, à comunicação. Mais tarde, emergiram a defesa do patrimônio genético, do avanço tecnológico, do direito à democracia, à informação e ao pluralismo social (gênero, idade, condições físicas), cujas diferenças peculiares não admitem tratamento e proteção iguais às dos demais (BOBBIO, 2004).

Nota-se, portanto, que a sociedade moderna tem se tornado mais complexa, e a divisão clássica dos direitos do cidadão em civis, políticos e sociais não suprem a amplitude do conceito. Conquistar uma cidadania plena em uma sociedade altamente desigual e segregadora, na qual o acesso aos bens econômicos está concentrado numa minoria da população, enquanto milhões de pessoas encontram-se excluídas do usufruto dos direitos mais fundamentais, torna-se um enorme desafio. Por isso, a ampliação e os avanços da cidadania estão intrinsecamente relacionados com as reivindicações, as lutas e as manifestações sociais (PINSKY, 2003).

Através da **participação popular** constrói-se e é construída a cidadania, num processo contínuo que só traz ganhos para a consolidação da democracia. Sem essa participação algumas demandas básicas de determinada parcela da população pode ser

suprimida, beneficiando mais determinados grupos do que outros, criando um contexto ainda mais segregador.

Atualmente, percebemos que, se por um lado os movimentos sociais tornaram-se menos combatentes (ver mais detalhes no capítulo seguinte), por outro, vemos uma ampliação dos espaços de participação social nas instituições políticas. No Brasil, assim como em outras democracias, essas instituições têm propiciado uma maior participação (AVRITZER 2004, 2008, SINGER 2010 e DAGNINO 2004) dos cidadãos nas deliberações governamentais. Como exemplo, podemos destacar os orçamentos participativos, os conselhos de políticas e os planos diretores municipais.

Além disso, outros mecanismos de participação social estão associados aos meios digitais¹⁸. Embora ainda seja um instrumento de participação incipiente no Brasil, a chamada “democracia digital” já alcança contornos mais sólidos em outros países do mundo, onde a internet está mais consolidada como meio de acesso à informação e decisão pública. Através desse meio, pode-se, por exemplo, realizar consultas públicas e fóruns de discussões *online* a respeito de projetos de leis e diretrizes de políticas públicas voltadas para públicos específicos (ROTHBERG, 2010).

Feitas todas essas pontuações, podemos analisar positivamente a democracia brasileira. Em 500 anos de história, apesar de todos os percalços e do curto período de experiência democrática (aproximadamente 42 anos), houve no Brasil um alargamento da democracia e da consolidação da cidadania. Há fatores que colaboram para que esses ganhos sejam permanentes, como a convicção de diferentes correntes ideológicas, tanto nacionais quanto internacionais, nos princípios democráticos.

Por outro lado, entretanto, sabemos que o cenário internacional sob a égide da globalização traz dificuldades para a instituição do Estado-nação, sobretudo no que diz respeito à garantia de direitos e à noção de identidade. Além disso, a lógica do pensamento liberal, pautado na visão do mercado auto-regulador, faz com que o cidadão se afaste cada vez mais dos problemas coletivos e das preocupações políticas, sendo encarado antes de tudo como consumidor.

Diante dessas mudanças, países como o Brasil se veem frente a uma ironia. Tendo corrido atrás de uma noção e uma prática de cidadania gerados no ocidente e tendo conseguido alguns êxitos em sua busca, veem-se diante de um cenário internacional que desafia essa noção e essa prática. Gera-se um sentimento de perplexidade e frustração (CARVALHO, 2008. P.226).

¹⁸ AS obras nas quais extraímos nossas afirmações são as seguintes: GOMES 2005; SILVA 2005; BEZERRA 2008; ROTHBERG 2008 e MARQUES 2006.

Como o tema da cidadania é extremamente complexo, não há como esgotá-lo, mas é preciso fazer considerações importantes para o entendimento de suas implicações na realidade moderna. Por isso, é imperativo ressaltar que outro âmbito da luta pela conquista de direitos que ganhou destaque nas últimas décadas foi relativo ao direito ao consumo, a qual acarretou na associação, cada vez mais frequente, entre cidadãos e consumidores. Segundo CARVALHO

(...) o direito ao consumo, era a cidadania pregada pelos novos liberais. Se o direito de comprar um telefone celular, um tênis, um relógio da moda consegue silenciar ou prevenir entre os excluídos a militância política, o tradicional direito político, as perspectivas de avanço democrático se veem diminuídas. (CARVALHO, 2008,P.228)

Apesar da existência de alguns consensos, há diferentes maneiras de analisar a atividade de consumo. BAUMAN (2008) é um crítico categórico da exaltação do direito ao consumo. Segundo o autor, a reconstrução das relações sociais à semelhança das relações de consumo fez emergir o que se pode chamar de “sociedade de consumidores”. Como o consumo é fundamentalmente um ato solitário, essa sociedade é caracterizada pelo enfraquecimento e/ou fragmentação dos vínculos humanos, o que acarreta no individualismo e na neutralização da responsabilidade pelo “outro”. Nas palavras do autor:

Numa sociedade de consumidores, *todo mundo* precisa ser, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação (ou seja, ver e tratar o consumo como vocação). Nessa sociedade, o consumo visto e tratado como vocação é *ao mesmo tempo* um direito e um dever humano universal que não conhece exceção. (BAUMAN, 2008,P.73)

Ou seja, prevalece o direito de consumir em detrimento dos demais direitos fundamentais. Dito de outra forma, “o direito ao consumo é visto como direito *humano* primordial que fundamenta todos os direitos do *cidadão*” (P.83). O autor ainda acrescenta que os direitos do cidadão são baseados na capacidade do consumidor que se apresenta como mais eficiente, visto que aqueles que não se apresentam de forma satisfatória são classificados como “consumidores falhos”, por vezes denominados como “subclasse” P.85.

O autor salienta também que nessa “sociedade de consumidores” a soberania do Estado está, cada vez mais, sendo solapada dando margem à ascensão do mercado consumidor como papel de novo soberano. Bauman argumenta mostrando que se a função do soberano é “*estabelecer limites entre incluídos e excluídos, assim como o*

direito de reabilitar e readmitir estes últimos”, então o Estado já não tem mais esse poder. Essas funções são desempenhadas essencialmente pelos poderes impessoais do mercado, no qual o cidadão não é referência nem árbitro das propriedades políticas. O autor aponta esta característica como a principal causa da erosão da soberania do Estado.

Para Bauman, esse novo soberano não aceita contestação. Não há como acessá-lo para fazer valer as demandas sociais e o Estado torna-se um executor da soberania do mercado:

Para evitar os protestos que podem seguir-se aos veredictos do mercado, os políticos testaram a fórmula da NEA (“Não Existe Alternativa”) – um diagnóstico que quase se concretiza por si mesmo, uma hipótese que praticamente confirma a si mesma. Quanto mais se repete a fórmula, mais profunda é a renúncia da soberania do Estado em relação aos mercados consumidores de produtos, enquanto a soberania dos mercados vai ficando mais ousada e obstinada. (BAUMAN, 2008, P.86)

Sobre o significado do Estado na “sociedade dos consumidores”, marcado pela lógica neoliberal, Bauman complementa:

(...) todas as cicatrizes particulares e os sucessivos turnos de modernização tornaram a mão invisível [do mercado] ainda mais invisível, sempre colocando-a em maior segurança, além do alcance dos instrumentos disponíveis de intervenção política, popular e democrática. (...) Uma baixa colateral mais saliente de tal ação governamental foi (...) o próprio domínio da política, um tanto enfraquecido e debilitado pela “terceirização” e “privatização” de um número crescente de funções antes dirigidas e administradas por ele, em favor de forças do mercado explicitamente não-políticas. (BAUMAN, 2008, P. 182)

Sendo assim, essa lógica apontada pelo autor acarretou na decomposição da coesão social e na fragmentação dos vínculos entre sociedade e Estado, prevalecendo os interesses do mercado e das políticas neoliberais. Na “sociedade dos consumidores” os indivíduos não se submetem mais à totalidade (por exemplo, todos lutando pela pátria), ao contrário, estes reúnem-se apenas em momentos pontuais de festividade e convívio (por exemplo, durante a Copa do Mundo, Carnaval). Os grupos tendem a romper-se ou tornarem-se frágeis. E o pior, segundo o autor, a “*sociedade líquido-moderna de consumidores não apresenta quase nenhuma dissidência, resistência ou revolta, graças ao expediente de apresentar o novo compromisso (o de escolher) como sendo a liberdade de escolha (...)*”. P.99 Ademais, sem poder usufruir de seus direitos sociais,

um número cada vez maior de indivíduos passa a subestimar ou não dar atenção aos direitos políticos¹⁹.

Essa conjuntura seria então responsável pela atual falta de compromisso social e apatia política, dando espaço para o crescimento do que o autor define como “ativismo de consumo”:

Para os aplausos de alguns entusiastas das novas tendências, o vácuo deixado atrás de si por cidadãos que se retiram em massa dos campos de batalha política da atualidade para reencarnarem como consumidores é preenchido por um “ativismo de consumo” aparentemente apartidário e um tanto apolítico. (...) O problema, porém, é que esse tipo de substituição não amplia as fileiras dos homens e mulheres “socialmente interessados”, envolvidos e engajados em assuntos públicos (...). (BAUMAN, 2008, P.184)

Bauman afirma que o crescimento do ativismo de consumo está relacionado ao declínio das formas tradicionais de participação política e duvida que esse tipo de ativismo possa trazer um engajamento social sob nova forma, podendo mostrar-se tão efetivo quanto às formas anteriores. Para ele, o ativismo de consumo significa um desencanto com a política tradicional e uma busca cada vez maior pelo mercado. As pessoas abandonam a noção de coletivismo e sociedade democrática para recorrerem ao mercado, pois acreditam que “*não existe alternativa*”.

É notório o fato de que, na lógica econômica atual, a necessidade de suprir um sem-número de demandas (estudos, trabalho, “capacitação”, informação), muitas vezes, faz com que o interesse pela política ocupe um dos últimos lugares na lista de preocupações individuais. As pessoas geralmente apresentam mais interesse por noticiários de televisivos e manchetes de jornais do que ir votar no candidato que lhe é oferecido.

Por outro lado, apesar de CANCLINI (2006) ser um pesquisador mais voltado para a área cultural, comparar suas concepções acerca do consumo com as de Bauman nos proporciona um debate frutuoso. CANCLINI (2006), diferentemente de BAUMAN (2008), acredita que o “*consumo serve para pensar*” e refuta a ideia de que as sociedades estejam reduzidas a conjuntos atomizados de consumidores. Afirma que é preciso desconstruir as concepções que julgam os comportamentos dos consumidores

¹⁹ Bauman utiliza a metáfora da “liquidez” para definir o estágio presente da era moderna. O autor constrói um paralelo entre a modernidade “sólida”, na qual as tradições, instituições e os direitos costumeiros persistem; e a modernidade “líquida”, na qual as relações são fluídas, inconstantes, mutáveis e não fixam no espaço nem no tempo. Na modernidade líquida as relações humanas encontra-se, cada vez mais, privatizada e individualizada. A velocidade do movimento e o avanço tecnológico tornaram o poder extraterritorial. Segundo o autor, guerra hoje, significa não mais a conquista de um novo território, mas a destruição das muralhas que impediam o fluxo dos novos e fluidos poderes globais.

como predominantemente irracionais, supérfluos, impulsivos e submetidos ao mercado e as campanhas publicitárias. Canclini também rejeita a concepção da cidadania vinculada a uma questão política pela qual muitas vezes se acredita que as pessoas votam e participam das questões públicas apenas em função de suas posições individuais. Segundo o autor:

(...) esta concepção é insuficiente para explicar as atuais transformações na articulação daquilo que todos temos de cidadãos e de consumidores. A junção entre estes termos se altera em todo o mundo devido a mudanças econômicas, tecnológicas e culturais, pelas quais as identidades se organizam cada vez menos em torno de símbolos nacionais e passam a formar-se a partir do que propõem, por exemplo, Hollywood, Televisa e MTV. Para muitos homens e mulheres, sobretudo jovens, as perguntas próprias aos cidadãos, sobre como obtermos informação e quem representa nossos interesses, são respondidas antes pelo consumo privado de bens e meios de comunicação do que pelas regras abstratas da democracia ou pela participação em organizações políticas desacreditadas. Este processo pode ser entendido como perda e despolitização em relação aos ideais da democracia liberal ou iluminista. Mas também pode-se pensar, como observam James Holston e Arjun Appadurai, que a noção política de cidadania se expande ao incluir direitos de habitação, saúde, educação e a apropriação de outros bens em processos de consumo. É neste sentido que proponho reconceitualizar o consumo, não como simples cenário de gastos inúteis e impulsos irracionais, mas como espaço que serve para pensar, e no qual se organiza grande parte da racionalidade econômica, sociopolítica e psicológica nas sociedades. (CANCLINI, 2006, P. 13/14)

As análises do autor convergem com a visão do declínio das nações como entidades comprometidas com o social (“*o novo modelo de sociedade impulsionou o desaparecimento de muitas funções do Estado e/ou a incorporação delas por corporações privadas*”) e da reorganização das funções dos atores políticos tradicionais (“*a participação social é organizada mais através do consumo do que mediante ao exercício da cidadania*”). No entanto, suas abordagens propõem essa nova conceituação do consumo (que “*serve para pensar*”) partindo da hipótese de que “*quando selecionamos os bens e nos apropriamos deles, definimos o que consideramos publicamente valioso, bem como os modos de nos integrarmos e nos distinguirmos na sociedade, de combinarmos o pragmático e o aprazível*”. (P. 36-37)

Além disso, segundo o autor, o consumo também é visto como uma maneira de expressar o sentido de pertencimento a um grupo e/ou comunidade (pelas formas semelhantes de organização e satisfação das necessidades), bem como uma forma de

ordenar politicamente cada sociedade, transformando os desejos em demandas e em atos socialmente regulados. (P.65)

Parecendo dialogar quase diretamente com Bauman (2008), quando faz referencia à instância sólida que se evapora, CANCLINI (2006), apoiado em DOUGLAS & ISHERWOOD (2004) afirma que:

(...) Comprar objetos, pendurá-los ou distribuídos pela casa, assinar-lhes um lugar em uma ordem, atribuir-lhes funções na comunicação com os outros, são os recursos para se pensar o próprio corpo, a instável ordem social e as interações incertas com os demais. Consumir é tornar inteligível um mundo onde o sólido se evapora. Por isso, além de serem úteis para a expansão do mercado e a reprodução da força de trabalho, para nos distinguirmos dos demais e nos comunicarmos com eles, como afirmam Douglas e Isherwood, “as mercadorias servem para pensar”. (CANCLINI, 2006, P.65)

Por isso, o autor critica algumas correntes de pensamento pós-modernas que relacionam o consumo com dispersão social e com a crise da racionalidade. Citando Appadurai, o autor afirma que o consumo não é algo “*privado, atomizado e passivo*”, mas sim “*eminente social, correlativo e ativo*”, embora subordinado a um certo controle político das elites. CANCLINI (2006) enfatiza que a sociedade necessita pensar e ordenar suas demandas e desejos, não podendo conviver com incerteza e “*irrupção errática dos desejos*” (P.64-66). No entanto, o autor faz algumas ressalvas quanto a esse ato reflexivo que afirma estar intrínseco ao consumo:

Se o consumo tornou-se um lugar onde frequentemente é difícil pensar, é pela liberação do seu cenário ao jogo pretensamente livre, ou seja, feroz, das forças do mercado. Para que se possa articular o consumo com um exercício refletido da cidadania, é necessário que se reúnam ao menos estes requisitos: a) uma oferta vasta e diversificada de bens e mensagens representativos da variedade internacional dos mercados, de acesso fácil e equitativo para as maiorias; b) informação multidirecional e confiável a respeito da qualidade dos produtos, cujo controle seja efetivamente exercido por parte dos consumidores, capazes de refutar as pretensões e seduções da propaganda; c) participação democrática dos principais setores da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica, jurídica e política em que se organizam os consumos: (...). (CANCLINI, 2006, P. 70)

CANCLINI (2006) considera que essas ações têm caráter político e são meios pelos quais os consumidores podem ascender à condição de cidadãos. Em outros termos, implica no entendimento do mercado como parte de interações socioculturais complexas e não como mero espaço de troca de produtos. A partir dessas concepções, portanto, torna-se viável entender o consumo como um ato que proporciona satisfações

físicas e simbólicas, como um canal de compartilhamento de valores e troca de mensagens/significações. Ou seja, segundo o autor, trata-se de um ato coletivo e não um ato individual isolado.

Quanto ao significado do Estado-nação na sociedade contemporânea, o autor afirma que:

Uma nação, por exemplo, a esta altura é pouco definida pelos limites territoriais ou por sua história política. Sobrevive melhor como uma comunidade hermética de consumidores, cujos hábitos tradicionais levam-nos a se relacionar de um modo peculiar com os objetos e a informação circulante nas redes internacionais. Ao mesmo tempo encontramos comunidades internacionais de consumidores (...) que dão sentido de pertencimento quando se diluem as lealdades nacionais. (CANCLINI, 2006, P.67)

Em outros termos, de acordo com o autor, as sociedades se relacionam cada vez mais com grupos religiosos, conglomerados esportivos, solidariedades geracionais e círculos de consumidores de comunicação de massa do que com instâncias mais totalizantes como a nação ou as classes sociais. Sendo assim, essas sociedades manifestam-se majoritariamente como “*comunidades herméticas*” de consumidores (sobretudo simbólicos que se relacionam com a construção da identidade) em face às comunidades nacionais.

Canclini, por outro lado, critica o modelo neoliberal, pelo qual as privatizações conduziram a “*descapitalização nacional, subconsumo das maiorias, desemprego e empobrecimento da oferta cultural*” (P.72). Para ele, as privatizações não corresponderam às melhorias dos serviços que se apropriaram. No entanto, não cabe restringir o debate em torno da oposição entre Estado e mercado, trata-se em procurar reconfigurar o papel do Estado e da sociedade civil, buscando repensar ao mesmo tempo as políticas e as formas de participação e o que significa ser cidadãos e consumidores.

Só através da reconquista criativa dos espaços públicos, do interesse pelo público, o consumo poderá ser um lugar de valor cognitivo, útil para pensar e agir significativa e renovadoramente na vida social. Vincular o consumo com a cidadania requer ensaiar um reposicionamento do mercado na sociedade, tentar a reconquista imaginativa dos espaços públicos, do interesse pelo público. Assim o consumo se mostrará como um lugar de valor cognitivo, útil para pensar e atuar, significativa e renovadoramente, na vida social. 72

Não é possível generalizar as consequências sobre a cidadania resultantes desta participação crescente mediante o consumo. As críticas apocalípticas ao consumismo continuam indicando que a organização individualista dos consumos tende a nos fazer

desconectar, como cidadãos, das condições comuns, da desigualdade e da solidariedade coletiva. Em parte, isto é correto, mas a expansão das comunicações e do consumo também pode gerar associações de consumidores e lutas sociais, ainda que em grupos marginais, melhor informadas sobre as condições nacionais e internacionais. (CANCLINI, 2006, P.224/225)

Diante desse contexto, Canclini sugere que o Estado deve atuar como um arbítrio que possa suprir as necessidades sociais de informação, consumo, inovações e que essas não estejam subordinadas apenas à rentabilidade comercial. Afirma, portanto, que é preciso “*superar os vícios do intervencionismo estatal e a frívola homogeneização do mercado*” para dar espaço ao surgimento de múltiplas iniciativas da sociedade civil, como os “*os movimentos sociais, grupos artísticos, rádios, televisões independentes, sindicatos, agrupamentos étnicos, associações de consumidores e telespectadores*”. Complementa alegando que “*o exercício da cidadania de formas responsáveis de cidadania, adequadas às transformações dos cenários socioculturais e às formas atuais de consumo e integração transnacional, requer estas mudanças nas políticas de comunicação e cultura*”. (P.190)

Para o autor, a comunicação “*tornou patente como vinha mudando desde o século passado o desenvolvimento do público e o exercício da cidadania*”, visto que a partir de consolidação dos meios de comunicação, a maneira de obter informações e entender o espaço de vida, bem como de conceber e exercer os direitos, alteraram-se substancialmente. As pessoas buscam cada vez mais esses meios para requerer o que as instituições tradicionais (burocracias estatais, partidárias e sindicais) não conseguem satisfazer: serviços, justiça, reparações ou simples atenção. P.38-39

Dessa maneira, não é objetivo desse trabalho obter um posicionamento definitivo sobre as problemáticas levantadas nas páginas anteriores. Contudo, concordamos que a comunicação é imprescindível para que os valores democráticos sejam disseminados e que se desenvolvam e consolidem as lutas pela cidadania. A comunicação possui mecanismos que permitem intervir significativamente nos processos de integração de uma sociedade. Por isso, acreditamos que é fundamental que coordenem as ações entre Estado, mercado e sociedade.

O Estado deve responsabilizar-se por investimentos que ampliem o acesso à informação de qualidade e compartilhe conhecimento dos diferentes setores comunicacionais de cada sociedade como jornais, rádio, televisão, cinema e sistemas eletrônicos. Cabe ao Estado, também, regulamentar as comunicações, tendo em vista

que a grande imprensa forma hoje corporações que têm o poder de colocar ou não assuntos de interesse público na pauta das discussões sociais e enquadrá-las segundo seus interesses privados. Além disso, a supersaturação de informações elimina a memória das notícias dos dias anteriores, assim, assuntos de interesse público dificilmente permanecem em pauta nas discussões. Prevalece, muitas vezes, o que BAUMAN (2008) chamou de “*infoternimento*”, ou seja, a informação esvaziada, usada apenas para “entreter” e não com vistas a informar de maneira crítica.

Sobre esse assunto, KEANE (1998) apud SOARES (2008) delega que:

A publicidade encoraja a mudança da diversidade da informação em direção ao entretenimento, age a favor dos anunciantes e contra os cidadãos, privilegia a fala corporativa. O mercado de comunicação restringe a liberdade de comunicação, gerando barreiras à entrada, monopólio e restrições à escolha. O consumidor venceu o cidadão: os indivíduos são tratados como consumidores liderados pelo mercado e não como cidadãos ativos com direitos e obrigações (KEANE, 1998, P. 89).

Por isso, refutamos a ideia que encara os receptores da comunicação como meros consumidores, apolíticos e avessos às questões públicas. Ao contrário, acreditamos ser imprescindível concebê-los como sujeitos ativos, ansiosos por ampliação dos valores democráticos, portanto, cidadãos. Partimos do pressuposto que a comunicação pode ter tanto um poder simbólico (capacidade de colocar discussões em pauta, agendar e enquadrar temas diversos, publicitar discussões, entre outros), quanto um poder “de fato” (capacidade de articulação e mobilização de pessoas e grupos em torno de causas de interesse comum, possibilidade de incidência em políticas públicas, etc). Acreditamos, portanto, que a comunicação é capaz de interagir com diversas instâncias sociais, e por isso, deve ser vista como parte integrante da mesma, que pode e deve desempenhar sua função social de maneira integrada, respeitando os valores da cidadania e da democracia.

4.2 Direitos Humanos

“Toda e qualquer lei só contribui efetivamente para a melhora da humanidade quando está escrita no coração. Apenas saber que todos nascemos livres e iguais, como ensina o primeiro artigo da bela Declaração dos Direitos Humanos, ainda é pouco. É preciso viver essa igualdade dia por dia”
(Adélia Prado)

Direitos naturais, direitos do homem, garantias individuais, direitos fundamentais, valores superiores, enfim, existe um sem-número de designações que tentam conceituar aquilo que tomaremos, de maneira geral, como direitos humanos. À este assunto é conferido uma série de significados e interpretações que nem sempre são convergentes. Cada concepção atribuída aos direitos do homem está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento político-ideológico de uma sociedade em determinado contexto histórico. Por isso, não podemos tomar uma única interpretação como absoluta. Os valores considerados fundamentais em uma época podem não ser relevantes em outra. Ou seja, dependendo do contexto histórico em que se inserem, as sociedades tornam-se capazes de desenvolver um conjunto de argumentos de caráter filosófico que passa a justificar a escolha de um rol de direitos, em detrimento de outros.

Dito de outra forma: por serem fruto de um processo de lutas e conquistas humanas, os direitos humanos estão suscetíveis contínuas ressignificações e transformações. Por isso, é impossível estabelecer uma única fundamentação quanto a esses direitos. Ainda que o marco da conquista dos direitos humanos coincida com as declarações de direitos da era moderna e contemporânea, é imperativo lembrar-nos da sua dimensão histórico-social para que possamos compreendê-los mais profundamente.

Tomando como base algumas das principais correntes ideológicas desenvolvidas e consolidadas em diversos momentos históricos, podemos classificar os direitos humanos em diferentes gerações. A **primeira geração** de direitos se emerge a partir do século XVI – e mais precisamente do século XVII, justamente quando rompe-se com as justificações teológicas do poder e do direito e consagra o homem na origem das instituições. Lembrando que, na Antiguidade, os valores humanos eram formulados a partir de uma leitura religiosa. Durante o feudalismo, por exemplo, sob a égide dos valores cristãos, acreditava-se que os poderes políticos estavam subordinados às vontades divinas. O soberano era o representante do Deus na Terra e, portanto, todas as suas ações eram tidas como expressão da vontade Daquele. Essa era uma época em que prevalecia a estratificação social, ou seja, não havia noção de igualdade, a sociedade era dividida em senhores feudais, clero e nobreza e plebe.

Diante da impotência das instituições feudais e eclesiásticas, somando-se as transformações econômicas ocorridas, sobretudo na Europa durante o século XIX, o pensamento moderno restaurou a dimensão humana da política. Significa a retomada do interesse pelo clássico (Renascimento), no qual as ideias de soberania e de direito são,

agora, pautadas nos pressupostos da razão e da ciência. Essa concepção humana (em detrimento a concepção teológica) assinalou o nascimento da versão contemporânea de direitos humanos, baseada nas declarações de direito, ou seja, em uma configuração jurídica, pautada em normas desenvolvidas de acordo com as demandas e necessidades dos homens.

Esse processo significou a passagem da Idade Média, consolidada sobre princípios do feudalismo, para a Idade Moderna, sob os valores do capitalismo. Em outros termos, tratou-se da luta da burguesia revolucionária, com base na filosofia iluminista e na tradição doutrinária liberal, contra o despotismo dos antigos Estados absolutistas. Nesta fase se formulou a doutrina sobre os direitos naturais, que concebe os direitos como expressão racional do homem e não com base na autoridade divina; e a tese dos contratualistas²⁰ (Hobbes, Locke, Rousseau), baseado na ideia de que o poder político é fruto de um contrato social entre soberano e sociedade. O grande anseio da burguesia era livrar-se do poder absoluto, construindo um aparato ideológico que justificasse sua ascensão sociopolítica e impulsionasse o seu desenvolvimento econômico.

O confronto da burguesia contra o Antigo Regime absolutista culminou com Revoluções dos séculos XVII e XVIII, notadamente as Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789), e com suas respectivas declarações de direitos, que se tornaram paradigma universal na luta pela independência. Além disso, significaram a instituição de direitos que passariam a ser considerados fundamentais para os seres humanos.

Materializavam-se, os direitos civis e políticos centrados no indivíduo, enquanto ser abstrato dotado de direitos naturais. Eram consolidados os direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei e à participação política. Embora apregoados como valores universais, significavam direitos que pudessem satisfazer as necessidades da burguesia dentro do processo de constituição do livre mercado e da consolidação do modo de produção capitalista. O direito de liberdade, por exemplo,

²⁰ De modo superficial podemos sintetizar o pensamento de **Hobbes** no modelo liberal da sociedade e Estado (modelo jusnaturalista), segundo o qual o Estado é um produto da construção racional através da vontade expressa dos indivíduos. As ideias de **Locke**, por sua vez, é pautada em uma concepção individualista burguesa, na qual a liberdade é vista como natural do ser humano, mas o indivíduo deve limitar sua liberdade para proteger a propriedade como valor fundamental. Por último, **Rousseau** (iluminista) afirmava que existia uma condição natural humana de felicidade, virtude, e liberdade. Por outro lado, a civilização age como limitadora dessa condição natural. Rousseau vê o princípio da igualdade como condição essencial para o exercício da liberdade. Rousseau, portanto, introduz a concepção democrático-burguesa. Conteúdo radical-democrático do seu pensamento se enquadra nos valores apregoados na Revolução Francesa.

tinha um caráter estritamente individual, que significava livre iniciativa econômica, livre manifestação da vontade, livre-cambismo, liberdade de pensamento-expressão, mão de obra livre, etc.

O cerne da luta da burguesia era, portanto, o liberalismo político e do individualismo jurídico. Para isso era fundamental a consolidação do Estado liberal e a regulamentação constitucional dos direitos dos indivíduos. O Estado, dessa forma, assumia uma posição negativa, contingenciando-se a intervenção estatal na vida privada para não interferir nas metas políticas e econômicas da burguesia.

Desse período em diante, até a segunda metade do século XIX, assistiu-se a solidificação do Estado liberal e o grande desenvolvimento da economia industrial. O capitalismo, no entanto, começou a mostrar-se como um sistema explorador e atroz, pelo qual a classe trabalhadora (proletariados) via-se obrigada a vender sua força de trabalho para os donos dos meios de produção (burguesia). Surge, então, uma nova tensão social, não mais entre burguesia e nobreza, mas entre burguesia e proletariados, conforme vemos no fragmento a seguir:

(...) não havia horas regulares: patrões e administradores faziam conosco o que queriam. Normalmente os relógios das fábricas eram adiantados pela manhã e atrasados à tarde e em lugar de serem instrumentos de medida do tempo eram utilizados para o engano e a opressão". (Anônimo. "Capítulos na vida de um menino operário de Dundee", 1887.)

Diante desse contexto de grandes confrontos sociais emergiram os ideais socialistas baseados, sobretudo no marxismo e na doutrina social da Igreja, que fundamentaram a organização sindical e política da classe operária e dos demais setores populares. A crítica social baseava-se na contradição existente entre as declarações de direitos e a realidade da vida dos trabalhadores. Questionava-se a limitação dos princípios liberais e individualistas dos direitos humanos, que eram enunciados como universais e inerentes ao homem, mas na realidade atendiam apenas aos interesses da classe dominante. Demandava-se uma postura mais ativa do Estado como garantidor de meios estruturais para ampliação dos direitos do homem à todas as classes sociais.

Somado-se a isso, o liberalismo econômico possibilitou a formação de grandes conglomerados econômicos com base no capital monopolista que ameaçavam a livre concorrência de mercado (princípio básico do capitalismo liberal clássico). Assim, paralelamente à questão social, o fator econômico também requeria uma postura de Estado intervencionista.

Nas primeiras décadas do século XX, a Revolução Mexicana (1910), a Revolução Russa (1917) e a Constituição da República de Weimar na Alemanha (1919) evidenciam a necessidade de reformulações no constitucionalismo liberal que devem incorporar as ideias dos direitos coletivos de natureza social. As Constituições desses países visavam agregar valores éticos ao capitalismo, incorporando o direito às melhorias nas condições materiais de vida da população. Para dar conta da expansão do conteúdo conceitual presente nesses textos, dava-se início à **segunda geração** de direitos, na qual se utilizou a expressão “direitos sociais, econômicos e culturais”, os quais se referem ao direito à saúde, à moradia, à alimentação, à educação, à previdência, etc. São direitos que exigem uma posição positiva do poder estatal que crie condições institucionais para sua exequibilidade.

Trata-se, portanto, não apenas de enunciar direitos nos textos constitucionais, mas também de elaborar mecanismos adequados para a viabilização das suas condições de satisfação. Assim, diferentemente do Estado liberal (postura negativa, não-intervencionista) inicia-se a fase do Estado do Bem-Estar Social (postura positiva, intervencionista) como promotor das garantias e direitos sociais.

A partir da segunda metade do século XX, contudo, o contexto histórico inaugurado com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) tornou de difícil explicação as graves violações aos direitos humanos que as atrocidades do conflito evidenciaram para toda a humanidade:

[o nazismo] lançou uma conflagração mundial que matou cerca de 50 milhões de pessoas, e perpetrou atrocidades – culminando no assassinato mecanizado em massa de milhões de judeus – de uma natureza e escala que desafiam a imaginação. Diante de Auschwitz, os poderes de explicação do historiador parecem deveras insignificantes. (Ian Kershaw, 1993. In HOBSEBAWN, 1995, P. 113)

Além das crueldades cometidas pelos regimes fascistas e nazistas, testemunhadas por toda a humanidade, as bombas atômicas de Hiroxima e Nagasaki, que colocaram fim ao conflito em 1945, mostraram, pela primeira vez, como o conhecimento e a ciência podem ser utilizados para o exercício ilimitado do poder, sob o signo da destruição completa da humanidade. A nova dimensão impessoal da guerra tornava a matança de milhões de pessoas algo mecanizado, automático. Nas palavras de HOBSEBAWN (1995):

A tecnologia tornava suas vítimas invisíveis, como não podiam fazer as pessoas evisceradas por baionetas ou vistas pelas miras de armas de fogo. (...) lá em baixo dos bombardeios aéreos estavam não as pessoas

que iam ser queimadas e evisceradas, mas somente alvos. Rapazes delicados, que certamente não teriam desejado enfiar uma baioneta na barriga de uma jovem aldeã grávida, podiam com muito mais facilidade jogar altos explosivos sobre Londres ou Berlim, ou bombas nucleares em Nagasaki. Diligentes burocratas alemães, que certamente teriam achado repugnante tanger eles próprios judeus mortos de fome para batedouros, podiam organizar os horários de trem para o abastecimento regular de comboios da morte para os campos de extermínio poloneses, com menos senso de envolvimento pessoal. As maiores crueldades de nosso século foram as crueldades impessoais decididas a distância, de sistema de rotina, sobretudo quando podiam ser justificadas como lamentáveis necessidades operacionais. Assim, o mundo acostumou-se à expulsão e matança compulsórias em escala astronômica, fenômenos tão conhecidos que foi preciso inventar novas palavras para eles: “sem Estado” (“apátrida”) ou “genocídio”(HOBSBAWAN, 1955, P. 57)

Logo após o término do conflito bélico e com o colapso dos regimes fascistas, o mundo se dividiu em dois blocos de poder (EUA x URSS), dando início à Guerra Fria. Nesse período, as duas superpotências mergulharam em uma corrida armamentista insana com o objetivo de destruição mútua. Os blocos inimigos investiram em arsenais bélicos excedendo os limites de sua capacidade, buscando armar também aliados com vistas a ampliar seus mercados de exportação. O monopólio nuclear, entretanto, ficou restrito às grandes potências.

Vale lembrar também que a partir de 1945 iniciou-se a consolidação e propagação das empresas multinacionais. Essa época foi marcada pela exploração intensiva de fontes de energia e dos recursos naturais de todas as regiões do mundo, que ampliou a níveis inimagináveis o quadro de destruição ambiental, afetando principalmente os países de Terceiro Mundo.

Fundamentados nessas ambivalências e nas experiências vivenciadas nos períodos bélicos, os direitos do homem incorporaram inúmeras reivindicações democráticas e deram início a sua **terceira geração** com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (1948). Trata-se de um momento de definição de garantias individuais e coletivas com vistas a englobar toda humanidade, por isso, esses direitos ficaram conhecidos como “direitos dos povos”, ou ainda, “direitos da solidariedade”. Dentre eles, destacam-se o direito à paz (diante da ameaça de guerra nuclear e guerras localizadas, ex: Vietnã), direito ao desenvolvimento e o direito à autodeterminação dos povos (redefinição de padrões de desenvolvimento alternativos aos impostos pelos países desenvolvidos, visando diminuir o hiato existente entre países

desenvolvidos e subdesenvolvidos), direito a um meio ambiente saudável e equilibrado (questiona o modelo de desenvolvimento adotado), direito à utilização do patrimônio comum da humanidade (convivência internacional solidária entre os povos, todos com direito a utilizar o fundo do mar, o espaço extra-atmosférico e a Antártida), direito à comunicação (importância dos meios e do acesso à informação), entre outros.

Nota-se que o enfoque está no nas relações entre os homens, ou seja, no ser humano como espécie, sem distinções. Assim, os direitos humanos ganham proporções globais e, por isso, precisam ser garantidos tanto nacional quanto internacionalmente. Paralelamente a isso, o Estado - ultrapassando as concepções anteriores- parte, agora, para um novo paradigma: o do Estado Democrático de Direito. Impõe-se, à atividade estatal não mais apenas o reconhecimento desses direitos, mas a sua garantia efetiva, até mesmo contra o próprio Estado, caso os viole. De acordo com BOBBIO (1995), referem-se aos “*direitos do homem enquanto direitos do cidadão do mundo*” (P. 30). No entanto, isto não quer dizer que a problemática dos direitos humanos tenha sido resolvida.

Em 1989, o fim da Guerra Fria marcou não só o final de um conflito internacional, mas também o fim de uma era, na qual novas contradições vieram à tona. As décadas de 1970 e 1980, que deu início ao neoliberalismo, foram marcadas por um grande avanço tecnológico e ao mesmo tempo assistiram à perpetuação da fome endêmica, com “*a imagem clássica da criança exótica morrendo de inanição, vista após o jantar em toda tela de TV do Ocidente*” (HOBSBAWN, 1995, p.225,).

No que toca à questão dos direitos humanos, BOBBIO (1995) também chama atenção para esse paradoxo:

Não se pode pôr o problema dos direitos do homem abstraindo- dos dois grandes problemas de nosso tempo, que são os problemas da guerra e da miséria, do absurdo contraste entre o excesso de *potência* que criou as condições para uma guerra exterminadora e o excesso de *impotência* que condena grandes massas humanas à fome. Sé nesse contexto é que podemos nos aproximar do problema dos direitos com senso de realismo. Não devemos ser pessimistas a ponto de nos abandonarmos ao desespero, mas também não devemos ser tão otimistas que nos tornemos presunçosos. (BOBBIO, 1995,P. 45)

Sendo assim, entendemos que a Declaração Universal representa um marco na consciência histórica da humanidade adquirida na segunda metade do século XX. Significa uma síntese de valores do passado e perspectivas para o futuro, entretanto, não é um processo acabado. Trata-se de um desenvolvimento contínuo de amadurecimento

da humanidade que já produziu alguns desdobramentos em outros documentos complementares, a saber: Declaração dos Direitos da Criança (1959), Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais (1960), O Pacto sobre os direitos econômicos, sociais e culturais (1966), Pacto sobre os direitos civis e políticos (1966), Declaração dos Direitos da Mulher (1967), Declaração dos direitos do Deficiente Mental (1971), entre outros.

Bobbio sintetiza a trajetória, até aqui exposta, da seguinte maneira:

(...) os direitos do homem nascem como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares, para finalmente encontrarem sua plena realização como direitos positivos universais. A Declaração Universal contém em germe a síntese de um movimento dialético, que começa pela universalidade abstrata dos direitos naturais, transfigura-se na particularidade concreta dos direitos positivos, e termina na universalidade não mais abstrata, mas também ela concreta, dos direitos positivos universais. (BOBBIO, 1995, P. 30)

Como dito anteriormente, a Declaração Universal não fechou questão a respeito da trajetória dos direitos humanos. Mais recentemente – embora ainda não haja consenso a respeito – o autor também afirma a existência de uma **quarta geração** de direitos fundamentais ligada aos desdobramentos técnicos e éticos decorrentes dos profundos avanços da ciência contemporânea. Segundo o BOBBIO (1995), essa geração está vinculada às novas exigências “*referentes aos efeitos cada vez mais traumáticos da pesquisa biológica, que permitirá manipulações do patrimônio genético de cada indivíduo*” (P.6).

Sendo assim, notamos que as transformações das condições econômicas e sociais, os avanços tecnológicos, a ampliação dos conhecimentos, a intensificação dos meios de comunicação, entre outros fatores, podem produzir mudanças significativas nas relações humanas, podendo gerar novas demandas e novas definições dos direitos fundamentais. Ademais, concordamos com BOBBIO (1995) sobre o “*signal premonitório*” do progresso moral da humanidade que a ampliação e a intensificação do debate a respeito dos direitos humanos, em importantes seminários de estudo, conferências governamentais e assembleias internacionais podem significar.

No entanto, também reconhecemos que a questão dos direitos fundamentais ainda sofre algumas limitações, visto que as declarações de direitos não tem nenhuma garantia efetiva de realização além da disposição dos Estados, e sem outros meios de pressão além da opinião pública internacional ou de organizações mundiais, como Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT),

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). No que toca o direito internacional, o maior empecilho para sua concretização é que a falta de poder coercitivo, limitando-se a ações pautadas em um caráter moral, sem a prerrogativa de exigibilidade sobre as ações violadoras de um Estado.

Feitas essas explanações gerais, é válido esboçar a trajetória dos direitos humanos no Brasil. Aqui, bem como em outros países da América Latina, não existe uma tradição cultural de valorização dos direitos humanos. Esse tema, só será abordado como tal após o golpe militar de 1964.

A doutrina de Segurança Nacional das décadas de 50 e 60, desenvolvida durante a Guerra Fria, ressoou no país através das experiências políticas autoritárias. As lideranças conservadoras aderiam a essa concepção de segurança que tem por base a manutenção da ordem social estabelecida com um tipo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda e elitista. Segundo CHAUÍ (1994), no Brasil, os traços do autoritarismo foram reforçados como golpe de Estado de 1964, mas permanecem perceptíveis na sociedade na medida em que

(...) até o limiar do século XXI, [não consegue] concretizar sequer os princípios (velhos de três séculos) do liberalismo e do republicanismo. Indistinação entre o público e o privado, incapacidade para tolerar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, combate da classe dominante às ideias gerais contidas na Declaração do Homem e do Cidadão, repressão às formas de luta e de organização sociais e populares, discriminação racial, sexual e de classe, a sociedade brasileira sob a aparência de fluidez (pois as categorias sociológicas, válidas para a descrição das sociedades europeias e norte-americanas, não apreendem alcançar a realidade social brasileira), estrutura-se de modo fortemente hierárquico, e, nela, não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas as relações sociais se efetuam sob a forma da tutela do favor (jamais do direito) e a legalidade se constitui como círculo fatal do arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados) e, desta, ao arbítrio (dos dominantes). (CHAUI, 1994, P.47/48)

O golpe militar de 1964 significou uma ruptura com processo de mobilização social que surgia no período anterior (durante o governo de João Goulart), passando a reprimi-los severamente. O regime favorecia o grande empresariado em detrimento da massa da população. Quaisquer contestações feitas ao regime militar eram sufocadas de forma brusca e violenta. Legitimou-se a tortura e a pena de morte para os “inimigos” do poder. Foi um período truculento da história do país, no qual os direitos econômicos, sociais e políticos eram violados sumariamente e de maneira jamais vista.

A ditadura militar fez com que a sociedade se mobilizasse pelo combate ao regime autoritário e pelas liberdades democráticas. Nesse momento, o tema dos direitos fundamentais aparecem como um meio de questionar a ilegalidade das práticas governamentais e, também, do próprio exercício do poder, ganhando a conotação que têm hoje. Novas organizações sociais também vão surgindo como os centros de defesa de Direitos Humanos, Comitês de Anistia, entidades de familiares de desaparecidos, Comissões de Justiça e Paz, etc.

Paralelamente a esse processo de luta, amplia-se também a definição dos direitos humanos, incorporando uma pluralidade de demandas sociais, colaborando para a percepção do vínculo e integração de todos os direitos do homem. É imprescindível lembrar que a questão democrática é um ponto nevrálgico para a garantia e realização dos direitos humanos. Parafraseando BOBBIO (1995): *“sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos”* (P.1)

É por isso que, com o fim da ditadura militar e a consolidação do processo de redemocratização do país, instaurou-se a Constituição de 1988, que ficou conhecida como “Constituição Cidadã”. Nessa carta, uma série de direitos que haviam sido suprimidos durante os governos militares foram reincorporados e outros passaram a ser reconhecidos por lei. No entanto, a enunciação desses direitos no texto constitucional não correspondeu a sua garantia real. Com relação à época anterior, apesar do avanço na área política, não houve nenhuma reforma estrutural significativa nos âmbitos econômico e social que pudessem dar um caráter mais profundo à democratização.

Sendo assim, alguns importantes direitos continuaram a ser violados, revelando a incapacidade das democracias representativas de dar respostas adequadas a alguns direitos fundamentais. O elenco de violações dos direitos humanos é enorme, como exemplo significativo do desrespeito histórico dado aos direitos humanos no Brasil, podemos destacar a profunda desigualdade social, a destruição ambiental, a violência policial, entre outros.

Cabe destacar, também, que a globalização e o neoliberalismo colocam novos desafios para a garantia dos direitos humanos. O modelo neoliberal, privilegiando os mecanismos de mercado e a defesa do Estado mínimo, dificulta a implementação de políticas públicas para assegurar os direitos do homem, sobretudo os do âmbito social.

Essa prática “*busca substituir o conceito de direitos pelo de oportunidades, que joga na competição selvagem do mercado o destino de milhões de pessoas*” (SADER, P.80).

As leis enunciam a igualdade entre os homens e a garantia de seus direitos fundamentais. No entanto, conforme o exposto nas páginas anteriores, apesar de os direitos humanos terem alcançado uma dimensão importante na atualidade e de mostrarem-se em um processo de desenvolvimento e expansão; é fundamental que se conquiste mais espaços democráticos para que os princípios desses direitos sejam consolidados. Nesse sentido, a comunicação apresenta-se como um dos espaços possíveis para o respeito, valorização e fomentação desses princípios.

Contudo, uma das maiores críticas que recai sobre a comunicação está no fato de que muitos canais midiáticos apresentam uma verdadeira cultura da violência, sendo constituídos de caráter sensacionalista e forte impulso repressivo, que atinge sensivelmente a consciência sobre os valores democráticos e a defesa dos direitos humanos. A lógica hegemônica da mídia trata a pobreza como uma questão de lei e ordem, bem como justifica a miséria como crime individual, como se fossem fruto de escolhas individuais (BAUMAN, P.162-173).

Além disso, percebemos, muitas vezes, que há uma verdadeira criminalização dos direitos humanos, os quais são estigmatizados como “direito dos bandidos”, complacentes com os “criminosos”. São discursos fragmentados que desqualificam os debates sobre os direitos humanos. Os defensores dos direitos humanos devem se preocupar com essa população, bem como de toda a coletividade humana.

A imprensa, dessa forma, corrobora a construção de uma visão maniqueísta da realidade, pela qual, de um lado consistem as pessoas boas, os valores morais, a ordem; e de outro, estão a violência, a criminalidade, a promiscuidade, o caos. Essa imagem, além de estimular atitudes violentas, contribui para a legitimação de práticas autoritárias e justificação de ações impetuosas. Dessa forma, é construída uma visão errônea que associa as organizações de defesa dos direitos humanos como defensoras de valores imorais, ligadas ao “lado ruim” da sociedade.

No entanto, esse tipo de visão é demasiadamente superficial e não é capaz de aprofundar o olhar no quadro histórico de violações dos direitos mais primários. Não consegue ver as raízes dos problemas que afetam a sociedade e apresentam como solução, medidas de “vingança” contra todos os segmentos da sociedade considerados indesejáveis e perigosos. Esquece-se que a própria violência do criminoso é resultado de uma série de violações de direitos humanos, como resultado da ineficácia do Estado.

Ademais, como bem observou DORNELLES:

É interessante notar que entre as vítimas da violência não aparecem, na versão oficial. As vítimas dos acidentes de trabalho, as vítimas dos escândalos financeiros, as vítimas do salário mínimo, as vítimas assalariadas do “leão do imposto de renda”, as vítimas dos crimes ecológicos e nucleares, as vítimas da violência policial, as vítimas do Esquadrão da Morte, as vítimas do sistema penitenciário, as vítimas do sistema de saúde, as vítimas do latifúndio, enfim, as vítimas de todas as misérias genuinamente brasileiras. (DORNELLES, 2007,P.58)

Assim, fica claro que embora o país tenha apresentado melhorias gradativas com relação aos direitos humanos, a compreensão destes direitos por parte da sociedade ainda está muito atrasada. Questões como emprego, educação, saúde, transportes não são percebidos como parte de um universo de direitos fundamentais, o que fortalece, mesmo que indiretamente, o senso comum de que os direitos humanos são “*direitos de minorias*”.

Somado-se a isso, a imprensa também passa a ideia de que não há o que ser feito com relação à violação desses direitos, esvaziando seu conteúdo de desenvolvimento humano e omitindo a existência de inúmeras entidades e movimentos sociais que trabalham pela promoção desses valores. O discurso hegemônico, muitas vezes, limita-se em tratar a problemática dos direitos humanos apenas como formalidades jurídicas ou problemas administrativos. De acordo com as informações contidas na cartilha Mídia & Direitos Humanos desenvolvida pela UNESCO:

Ao cobrir Direitos Humanos, a mídia impressa brasileira está, antes de tudo, cobrindo as ações, projetos, acertos, equívocos e discursos dos governos. Segundo a pesquisa realizada pela ANDI com o apoio da SEDH e da Unesco, 54% do material aborda centralmente a perspectiva governamental. Desse total, 59% referem-se a questões relativas à administração federal. (UNESCO, P.146)

Assim, apesar dos limites apresentados e de toda complexidade de definições e abordagens, podemos também vislumbrar algumas possibilidades para a comunicação que, ao desvincular-se do grande capital pode estar livre para se comprometer com a garantia dos direitos humanos e dos valores democráticos. Alguns avanços são percebidos desde que a ditadura militar abriu o caminho para que o tema fosse tratado por camadas maiores da sociedade, incluindo os órgãos de imprensa conservadores.

Com o tempo, suas abordagens a cerca das repressões políticas foram ampliadas e, hoje, envolve um grande numero de denúncias da condição de vida da população.

As possibilidades, ainda que existentes, muitas vezes não são exploradas suficientemente. O primeiro passo é a reflexão acerca das formas diferentes formas de repressão – incluindo-se as simbólicas - que naturalizam as diversas violações dos direitos humanos. É preciso também buscar condições de inserção da perspectiva de direitos humanos na suas abordagens para que se construa uma “cultura de direitos humanos”, a qual deve estar pautada no respeito pela pluralidade de pensamento, valorizando a convivência pacífica e buscando a sensibilidade quanto à presença do outro, tendo em vista que o estímulo medidas repressivas são paliativas e apenas atendem às consciências conservadoras, sem alcançar eficácia alguma na construção de uma sociedade mais justa.

A comunicação precisa ser vista como uma ferramenta estratégica, capaz de contribuir na mobilização da opinião pública e na pressão sobre os gestores públicos. Apesar de inúmeros desafios a serem enfrentados, os meios de comunicação podem tornar-se veículos essenciais para a promoção e valorização dos direitos humanos. Diante dessa possibilidade é que entendemos a inclusão da mídia como uma das cinco grandes áreas de atuação contempladas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Para dar conta dessa demanda os meios de comunicação devem buscar a construção de abordagens mais fundamentadas sobre os direitos humanos, buscando conceituá-los, contextualizá-los e tratá-los sob uma perspectiva histórica. Dessa forma, não deixando limitar-se à superficialidade e aos reducionismos, os meios de comunicação podem contribuir para ampliação do debate sobre essa questão, buscando incluir novos atores e questões na pauta de discussões. Além disso, podem atuar como fortalecedores do diálogo entre as diversas organizações, objetivando transformar a mobilização da sociedade em políticas e práticas para a garantia dos direitos.

Diante disso, é preciso lembrar-nos que a defesa dos humanos é responsabilidade de todo o conjunto da sociedade, e a comunicação é apenas uma delas. Faz-se necessário o trabalho conjunto de organizações, população, governos para que o assunto tenha o tratamento adequado. Para se resolver problemas crônicos de nosso país, necessita-se a ampliação do debate medidas estruturantes de longo prazo. Portanto, é imprescindível darmos continuidade à luta e defesa pelos direitos humanos, levando em conta que a sua consolidação é fruto de um esforço coletivo e consciente.

4.3 Movimentos Sociais

Dizem: “Que o tempo muda tudo”.
Não é verdade. Fazer coisas é o que
muda algo. Não fazer nada, deixa as
coisas do jeito que eram.
(Caio Fernando de Abreu)

A temática da participação popular é expressa pela pluralidade associativa, tendo como protagonistas atores coletivos, isto é, segmentos da sociedade que se organizam para defender seus interesses. Nessa perspectiva, podemos englobar os chamados “movimentos sociais”, entendidos como formas organizadas de ação coletiva. Entretanto, devido aos diferentes contextos históricos em que surgem e às particularidades de atuação, torna-se difícil a classificação única do que significa esses movimentos. Dentre a variada tipologia e as inúmeras classificações, podemos classificar os movimentos sociais em função do meio em que se manifestam (rural ou urbano), abrangência (local, regional, nacional ou global), classe (popular, elite), categorias (estudantes, trabalhadores), gênero (mulheres, LGBT), além de outras causas como aquelas ligadas a cultura, ideologia, religião, etc. (GOHN, 1997a; KAUCHAKJE, 1997 e 2007a).

De maneira geral, existem duas visões predominantes quanto à atuação desses movimentos: a primeira os percebe como consequência das contradições do desenvolvimento capitalista, tornando as questões sociais – entendidas, sobretudo, pela limitação de acesso aos direitos fundamentais, como educação, saúde, trabalho, habitação, dentre outros - um embate público e político. A segunda acredita que os movimentos sociais constituem o cerne da transformação social, ou seja, uma vez que representam lutas pela manutenção ou mudança de orientações da sociedade, os movimentos influenciam não só quando conquistam seus objetivos, mas também em virtude dos seus discursos, práticas e valores com os processos sociais aos quais estão ligados.

Nesse sentido, Alain Touraine (apud GOHN, 1997) afirma que os movimentos constituem parte do sistema de forças sociais, ou seja, o autor “*vê os movimentos não como fatos excepcionais ou anormais, mas como criadores de vida social, por meio de suas práticas, normas e instituições*” (p.149). De maneira mais abrangente, Castells (2001) delega que um movimento social pode ser interpretado nos termos de sua

“*própria dinâmica específica*” e de sua interação com aquilo que sustenta sua existência. Nas palavras do autor:

(...) eles são o que dizem ser. Suas práticas (e sobretudo as práticas discursivas) são sua autodefinição. Tal enfoque nos afasta da pretensão de interpretar a “verdadeira” consciência dos movimentos como se somente pudesse existir revelando as contradições estruturais “reais” (CASTELLES, 2001,p. 94)

Diante dos esforços para delimitar a conceituação de tais movimentos, uma possível noção geral é construída por Samira Kauchakje:

(...) movimentos sociais são formas de ação coletiva com algum grau de organização e representam o conflito ou a contradição entre setores da população pela conquista e/ou administração de recursos e bens econômicos, culturais e políticos e, também, para promover modificações e transformações das relações instituídas de uma sociedade, havendo, igualmente, movimentos sociais que almejam a manutenção das instituições sociais. Movimentos sociais emergem das contradições fundamentais da sociedade e/ou de demandas conjunturais decorrentes de carências econômico-culturais. (KAUCHAKJE, 2008, P.675)

Dentre as teorias existentes quanto a esse tema, destacamos a categorização entre aqueles ditos “movimentos sociais clássicos” e “novos movimentos sociais”. A diferença entre essas duas abordagens consiste, sobretudo, no enfoque dado às questões de classe.

A teoria clássica dos movimentos sociais ressalta o caráter materialista das lutas sociais, o qual é evidenciado pela idéia de revolução, pela qual as instituições e o arranjo econômico (por serem os pilares da opressão) são os elementos a serem superados para que, posteriormente, as questões morais e culturais (subjetivas) sejam ponderadas. Muitos estudiosos²¹ dessa teoria evidenciam o aspecto classista das mobilizações, colocando a divisão de classes como principal propulsor das lutas sociais.

Vale ressaltar que - embora haja forte vínculo dessas teorias com os conceitos marxistas - essas ações não significam especificamente um embate contra o modo de produção capitalista ou o Estado. Os movimentos sociais lutam por mudanças nas estruturas e orientações da sociedade civil, sendo a questão de classes uma das estruturas questionadas, muito embora esta seja considerada um elemento estruturante de determinadas ações coletivas.

²¹ Especialmente: GHON (1997), SCHERER-WARREN (2006) e VALLES (2008).

Outros autores (Touraine, 1977) (Alexander, 1998), por sua vez, acreditam que as relações sociais não se limitam a um caráter classista, visto que as lutas de classe só existem dentro de um campo cultural. Enxergam, portanto, os movimentos operários do século XIX não apenas como uma estratégia voltada para os aspectos materiais, mas como um ato de interpretação coletiva da realidade baseado, fundamentalmente, na cultura. A cultura, aqui compreendida, como um âmbito que apresenta certos valores comuns entre as diferentes classes sociais e, por isso, permite que as contradições/conflitos tornem-se assimiláveis.

Por outro lado, nas teorias modernas sobre os “novos movimentos sociais”, as classes não aparecem como elemento estruturante. A partir da segunda metade do século XX, esses movimentos ganharam novas características, principalmente por conta das relações sociais criadas pela reestruturação produtiva e pela nova divisão internacional do trabalho como reflexo da globalização. Foi meados do século XX que os chamados novos movimentos ampliaram suas temáticas, abarcando uma maior pluralidade temática, como exposto anteriormente. Passam a enfatizar mais a diversidade étnica, cultural, ideológica, geracional e ambientalista, por exemplo, do que as questões de classe social. Vale lembrar que, no início do século XXI, com o advento da internet, as redes sociais ganham destaque nos estudos sobre os movimentos sociais.

TOURAINÉ (1994) afirma que, em virtude dessa nova configuração, o aspecto revolucionário dos movimentos sociais foi solapado. Em suas palavras:

As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, menos ainda libertar as forças de progresso e de futuro, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida dos que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais (Touraine, 1994 *apud* GOHN, 1997, p. 152)

O autor acredita que os novos movimentos sociais perderam sua força, a partir do momento em que as relações de produção não são mais capazes de estruturar as lutas sociais. De acordo com o autor, os movimentos atuais são frágeis e fragmentários devido à lógica efêmera das relações sociais impostas pela globalização. Além disso, as sustentações da luta dos movimentos sociais estariam sendo esvaziadas de sentido em uma cultura cada vez mais individualista (Touraine, 1983 *apud* Alexander, 1998).

Entretanto, Samira Kauchakje (2008) faz a ressalva de que, muito embora esses novos movimentos tenham ampliado seu rol de contestação – “*parecendo superar os movimentos de caráter classista e/ou religioso*” (p. 676) - ainda há evidências de que as

lutas sociais contêm alguns elementos da luta de classes. Segundo a autora, a relação dos movimentos sociais com a questão do trabalho é ainda pertinente. Cita como exemplo o Brasil, onde o movimento dos negros, das mulheres, dos índios e o ecológico, por exemplo, são conjugados aos de trabalhadores, principalmente os sem-terra:

Uma das razões para a existência, neste país, do agregado identitário dos movimentos ligados às diferenças e à universalidade de demandas com os movimentos mais tradicionais seria a perenidade do conflito referente à terra e ao trabalho no campo, associada à persistente desigualdade socioeconômica e à segregação urbana. (KAUCHAKJE, 2008, P. 677)

Sendo assim, notamos que - em uma sociedade globalizada, bem como em uma ambiente que tona-se cada vez mais interconectado (rede) - as identidades e as lutas sociais tendem a ser mais amplas e diversificadas, ocorrendo muitas vezes uma convergência entre temáticas particularistas (gênero, etnia) e aquelas mais abrangentes (classes) e valores (igualdade, liberdade, paz, etc.). Isso não significa, contudo, que alguns temas considerados “clássicos” sejam superados ou que inexistam. Eles podem ser identificados em maior ou menor grau nos discursos e características desses novos movimentos sociais.

Por outro lado, quanto à fragilidade dos movimentos sociais afirmada por Touraine, concordamos que a globalização e a adoção do modelo neoliberal provocaram certo enfraquecimento dos Estados Nacionais e da sociedade, em geral. Sendo assim, a sociedade buscou outros dispositivos de ações coletivas diante do Estado, os quais significaram a criação de vínculos com Organizações Não Governamentais (ONGs), Conselhos Gestores, além da tentativa de incidência em políticas públicas e orçamento participativo, por exemplo.

No Brasil, a trajetória dos movimentos sociais também pode ser entendida, pela sua relação com o Estado e pela diversidade de formas reivindicativas nos diferentes contextos históricos. Portanto, feito esse panorama geral, cabe voltar-nos para a realidade nacional, para entendermos como foi delineada a dinâmica dos movimentos sociais brasileiros. Aqui, a compreensão dos movimentos sociais e de sua relação com o poder público precisa incorporar a noção de cidadania que tem se fortalecido nos últimos anos e verificar os elementos que influenciam na sua atuação.

No decorrer da história do país a participação social foi marcada pela grande intervenção do Estado que, desde os tempos da Colônia, de Império ou na República,

mostravam-se ora como repressores, ora como incorporadores - ainda que de desfiguradamente - das reivindicações (DURIGUETTO, 2009; SOUZA, 2009; SILVA, 2009). Este papel do Estado de cooptação dos movimentos sociais ficou mais evidente a partir de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, o qual procurava tutelar os movimentos sociais a partir da incorporação de alguns direitos, o mais notório sendo o Conjunto de Leis Trabalhistas (CLT).

Entretanto, principalmente a partir de 1970, com a proliferação de novos movimentos e organizações sociais, essa ideia de direitos como “favor” passou a ser refutada. Esses movimentos – especialmente os movimentos sociais populares urbanos - assumiam uma posição antagônica e de oposição ao Estado, eram articulados à Igreja Católica e a Teologia da Libertação em termos de apoio ou de matriz formadora das novas forças sociais. Buscavam suprir carências materiais básicas, exigindo direitos sociais, políticos, econômicos e culturais de forma mais abrangente.

Segundo Maria da Glória Gohn (2000), valorizava-se o perfil extra-institucional das práticas populares e sua autonomia diante dos partidos e dos aparelhos do Estado. Na década de 80, diante o contexto de redemocratização político-econômica, surgiram questionamentos a respeito do caráter dos novos movimentos populares:

No campo das práticas não exclusivamente populares, iniciou-se o interesse, por parte dos pesquisadores, por outros tipos de movimentos sociais, tais como o das mulheres, os ecológicos, os dos negros, índios, etc. Foram movimentos que ganharam expressão naquela década, embora fossem lutas já antigas que ressurgiram no Brasil no final dos anos 70. Em alguns casos, estiveram articulados à luta popular, como no caso das creches e de algumas alas do movimento feminino. (GOHN, 2000, P.283)

Ainda de acordo com a mesma autora, esses novos movimentos divergiam dos movimentos sociais clássicos, como aqueles relacionados à classe operária; bem como dos movimentos sociais populares e não-populares, surgidos da década de 70. No final dos anos 80, questões que permeiam o campo da moral e da ética política ganharam destaque. Alguns movimentos como o das “Diretas Já”, na luta pela mudança de regime político do Brasil; e dos desempregados, contestando a ausência do trabalho; desempenharam um importante papel na política brasileira.

Entretanto, ao longo dos anos 80, os movimentos sociais brasileiros perderam o otimismo e a crença da atuação concreta. Inúmeros fatores colaboraram para essa mudança, dentre eles, a decepção da sociedade civil com a política em geral, tanto no

que diz respeito à atuação das elites dirigentes quanto dos partidos políticos; e, sobretudo, o surgimento e a consolidação das ONGs, que se tornaram, em alguns momentos, quase uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90.

Por isso, GOHN (2000) afirma que *“a consolidação dos movimentos enquanto estruturas da sociedade civil foi um projeto que, nos anos 90, será reconhecido como não-realizado, embora seja apontado não como um fracasso, mas sim como um projeto utópico”* (P.286). Na década de 90, a fragmentação da visão macro da sociedade enfraquece a militância coletiva. Além disso, concomitantemente a esse processo, alguns desses movimentos passaram por crises que colaboraram para a redefinição do cenário de lutas no país:

Alguns entraram em crise interna: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas e de confiabilidade e legitimidade junto a própria população. Sem falar nas crises externas – decorrentes da redefinição dos termos do conflito social entre os diferentes atores sociais e entre a sociedade civil e a sociedade política, tanto em termos nacionais como em termos dos referenciais internacionais: queda do muro de Berlim, fim da União Soviética, crise das utopias, ideologias etc. (GOHN, 2000, P.304).

O Estado, nesse momento, não era mais visto como o adversário dos movimentos sociais - mesmo incentivando o setor privado e o terceiro setor à oferta de serviços que seriam de sua competência, despolitizando as reivindicações -, como a visão típica dos anos 70 e 80, mas transformou-se no principal interlocutor desses movimentos. As ONGs, por sua vez, se tornaram espaços de mediação entre aqueles coletivos organizados intencionados a participar das políticas públicas e o sistema de poder governamental, como também entre grupos privados e instituições governamentais. *“Isso resultou na construção de uma nova esfera, ou subesfera, entre o público e o privado, que é público não-estatal, e no surgimento de uma ponte de articulação entre estas duas esferas, dadas pelas políticas de parceria”*. (GOHN, 2000, P.301).

Sendo assim, para a compreensão dos movimentos sociais brasileiros, na atualidade, faz-se necessário levar em conta a articulação e envolvimento destes com as diferentes ONGs. Contudo, quanto a essa relação de mediação, é importante destacar que algumas organizações do terceiro setor – principalmente aquelas de caráter empresarial e assistencialista – acabam por desfigurar as práticas sociais. Tentam transformar, mais uma vez, os direitos sociais em benesses advindas da boa vontade e

da responsabilidade de tais empresas. Ou seja, a despolitização das práticas sociais, antes característica do Estado, agora é também percebida em algumas ONGs e empresas que atuam no terceiro setor.

Em virtude dessa conjuntura, os novos movimentos sociais, no Brasil, também perdem seu caráter militante, pois suas ações tornam-se mais propositivas do que reivindicatórias. Além disso, essa lógica de privatização da questão social pode acarretar na subalternização e subjugação dos cidadãos e movimentos sociais, vistos como meros beneficiários de subsídios organizacionais.

Por outro lado, em meio a todos esses aspectos, alguns movimentos sociais resistiram a esses fatores e permanecem atuando de maneira autônoma, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que se tornou o maior movimento popular do Brasil nos anos 90. Devido ao acirramento das lutas no campo, que teve seu ponto ápice com o massacre de Eldorado dos Carajás (1996) e a Marcha a Brasília (1997), o MST alcançou a mídia nacional e internacional e ampliou significativamente a visibilidade das suas causas, sobretudo, a da reforma agrária.

Ainda nos anos 90, novos movimentos sociais de caráter plural surgiram e se reconfiguraram, voltados para problemáticas diversas, ocasionando uma expressiva ramificação de temáticas. GOHN (2000), afirma que “*a violência generalizada, a corrupção, as várias modalidades de clientelismo e corporativismo, os escândalos na vida política nacional etc., levaram a reações no plano da moral*” (P.305). São exemplos, a criação de instituições e organizações como o Movimento Ética na Política e Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida.

Outras problemáticas referem-se aos movimentos identitários e culturais, tais como movimentos de gênero; movimentos ambientalistas e ecológicos; movimentos centrados em torno da questão da idade, como Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Movimento dos Aposentados. Ou ainda movimentos pela revalorização da cidade enquanto local adequado de vivência e sociabilidade, e contra a violência, como o Movimento Viva Rio.

As novas formas de organizações sociais têm contribuído para a reconstrução dos fatores de engajamento e mobilização social a partir de uma concepção ampliada de cidadania, pela qual busca-se o reconhecimento do “outro” - aqueles que historicamente foram marginalizados e estigmatizados – e de suas causas e valores legítimos. Portanto,

a construção de novos paradigmas de mobilização social é o resultado das lutas empreendidas nas décadas anteriores, que reivindicaram direitos e espaços de participação social para diferentes grupos:

(...) o conflito social deixa de ser simplesmente reprimido ou ignorado e passa a ser reconhecido, posto e repostado continuamente em pauta nas agendas de negociações. (...) resgatam-se as regras de civilidade e de reciprocidade ao se reconhecer como detentores de direitos legítimos os novos interlocutores: grupos de favelados, de mulheres discriminadas, de sem-terra e/ou sem-teto, entre outros. (GOHN, 2000, P.302)

Quanto a essa luta por reconhecimento e espaço na agenda de negociações, acrescenta-se a perda de visibilidade na mídia sofrida por tais movimentos. Isso ocorre, dentre outros motivos, devido à diminuição das manifestações e protestos públicos - muito embora, as lutas rurais, sobretudo sob aquelas empreendidas pelo MST, sejam significativas.

Para conquistar algum enfoque da grande mídia, esses movimentos precisam “tornar-se” notícias. Ou seja, geralmente, a partir de manifestações públicas, passeatas, ocupações, são capazes de despertar alguma surpresa e/ou interesse coletivo, tornando a ação atraente para os meios de comunicação, porque vendável para o público. Quando conseguem algum espaço na mídia, são capazes de introduzir seus temas na esfera pública.

No entanto, outro problema consiste na representação dada por muitos dos grandes meios de comunicação a tais movimentos, que criminalizam essas ações ou as retratam de maneira errônea (desprezando seu conteúdo político ou tratando-os como “espetáculo”). De acordo com CANCLINI (2006) “*a subordinação da ação política à sua espetacularização pela mídia reduz a importância dos partidos, dos sindicatos, das greves, das manifestações, públicas da massa, enfim, das instâncias em que as negociações podem ser efetuadas*” P.19.

Diante disso, fica evidente a função social da comunicação, que deve ter responsabilidade com a sociedade e estar à serviço das funções democráticas. Sendo apta a visibilidade às questões sociais de maneira ética e coerente. Quando adquirem espaço na mídia e são bem representados, esses movimentos podem contribuir para a ampliação do diálogo sobre inúmeras problemáticas (haja vista a diversidade temática de tais movimentos) e contrapor pontos de vista hegemônicos (contestando ou propondo perspectivas alternativas). Citando mais uma vez a Samira Kauchakje (2008):

(...) a qualidade dos espaços e formas de participação sociopolítica esteja relacionada à sua articulação com movimentos sociais ou com a dinâmica social e pressão decorrente da existência desses movimentos na sociedade. Ao contrário, a ausência, deslegitimação ou opacidade de movimentos sociais pode trazer uma formalização e baixa qualidade da participação considerada como exigência formal/legal nas políticas e no Estado ou de cumprimento de regras para angariar financiamento para projetos sociais. (KAUCHAKJE, 2008,P.688)

Dessa maneira, considerando que a comunicação tem a possibilidade de dar visibilidade às diversas causas sociais e colocá-las em pauta no debate público, acreditamos que ela pode atuar em função da necessidade de politizar as questões sociais, pressionando os governos no aperfeiçoamento e extensão da cidadania levando em consideração as demandas dos movimentos sociais.

5. METODOLOGIA

Nos capítulos anteriores nos preocupamos em expor uma discussão teórica a cerca dos conceitos que norteiam este trabalho. Tratamos da questão das relações públicas e produção jornalística; apresentamos o jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, que será nosso objeto de estudo, bem como procuramos conceituar os temas que serão abordados nesta pesquisa. Acreditamos que essa etapa teórica é imprescindível para a compreensão geral do trabalho e servirá de base para a análise a ser desenvolvida neste capítulo.

Nessa parte da pesquisa analisaremos o conteúdo veiculado pelo *Le Monde Diplomatique* entre os meses de junho e novembro de 2010 notadamente as matérias relacionadas com os movimentos sociais, direitos humanos e cidadania. O tempo escolhido, 2010, se justifica por ser o período eleitoral no Brasil momento no qual os temas sociais sempre se destacam. A intenção é, justamente, verificar como o *Le Monde Diplomatique* se posicionou em relação a esses temas. É válido ressaltar que vamos nos voltar para as publicações que tratem especificamente dessas questões e não apenas as que citem algum desses termos em algum momento pontual. Além disso, nosso foco será apenas as matérias relacionadas com Brasil, visto que a análise desses temas no contexto de outros países, demandaria um conhecimento mais profundo sobre a realidade histórica de cada um deles, o que não seria viável realizar durante as etapas deste trabalho.

Outro fator importante é que, como já dito anteriormente, os temas escolhidos são de difícil classificação, visto que faltam consensos teóricos sobre suas definições e “limites”. As três categorias escolhidas “cidadania”, “direitos humanos” e “movimentos sociais” possuem fronteiras tênues e, muitas vezes, permeiam umas as outras. No entanto, para classificar cada análise, procuramos escolher o tema que apresenta maior relevância, embora o mesmo possa tangenciar outros temas subjacentes. Além disso, gostaríamos de deixar claro que nossa análise se baseará apenas no conteúdo desses textos. Logo, não vamos nos ater a detalhes de cada texto como título, olho, imagem ou a forma da diagramação. Também não vamos nos focar ao estudo da recepção dessas mensagens. Destacaremos apenas as características consideradas mais relevantes para o atual trabalho e realizaremos uma análise descritiva e interpretativa dos resultados, através da elaboração de um texto dissertativo e analítico.

Quanto ao método para coleta e análise de dados, serão utilizados a Análise de Conteúdo e a Análise de Enquadramento. A utilização de uma análise quantitativa de matérias (Análise do Conteúdo), para compor uma visão a respeito da presença, no período selecionado, do conjunto dos temas tratados anteriormente. Em seguida, aprofundar-se-á a análise por meio de um estudo qualitativo (Análise do Enquadramento), não se restringindo à superficialidade de “quanto” os temas em questão aparecem no jornal, mas sim “como” são abordados. Acreditamos que por meio desta metodologia - devido às suas características de agregar análise quantitativa e qualitativa e de valorizar as inferências - poderemos atingir nosso objetivo de determinar como o *Le Monde Diplomatique Brasil* trata os temas sociais.

A pesquisa quantitativa consistirá na decodificação do número de vezes que os temas destacados foram publicados no *Le Monde Diplomatique*. Considerando o resultado obtido pretendemos identificar quais temas foram os privilegiados pelo jornal estudado. Com relação à abordagem qualitativa, utilizaremos como indicadores se as notícias são favoráveis ou não aos temas destacados. Esta etapa da pesquisa se pautará em coletar observações, tabular os resultados, realizar a interpretação e as inferências das análises. O objetivo final do estudo é sistematizar as interpretações realizadas de modo a formular proposições a respeito dos conhecimentos analisados como um todo.

Esses procedimentos possibilitarão uma interpretação crítica do objeto de estudo e ajudarão na confirmação, ou não, da hipótese desta pesquisa na qual se aceita o *Le Monde Diplomatique* como órgão independente, no âmbito da comunicação,

constituindo-se num instrumento eficaz para rever o conceito de comunicação e para ampliar o posicionamento do relações-públicas como agente de transformação social.

5.1 Análise Quantitativa

Nesse momento realizamos uma análise quantitativa do espaço destinado aos temas de “cidadania”, “direitos humanos” e “movimentos sociais” dentro do escopo de nosso estudo. Ao termino do levantamento de dados das matérias publicadas no *Le Monde Diplomatique Brasil*, percebemos a necessidade de utilizar algumas subcategorias quanto referentes ao tema da “cidadania”, a saber: “cidadania e sociedade”; “cidadania e diversidade”; “cidadania e política”; “cidadania e meio ambiente”; “cidadania e desigualdade econômica”. Destacamos ainda a subcategoria “cidadania e movimentos sociais” tendo em vista a presença marcante e imbricada dos dois temas (“cidadania” e “movimentos sociais”) nas matérias analisadas. Vale a pena salientar que tais subdivisões são necessárias em função do volume de matérias relacionadas com essa temática. A finalidade principal essa medida diz respeito a facilitar as análises e ajudar na compreensão do item cidadania em suas diversas dimensões.

Para quantificar o espaço desses temas no interior do jornal, contabilizamos os textos que tratavam de tais assuntos como cerne da questão, bem como aqueles que tangenciavam – mas não de maneira pontual - a temática de interesse. Ao todo, foram identificados **30 textos** que correspondem a esse critério, uma média de cinco por edição.

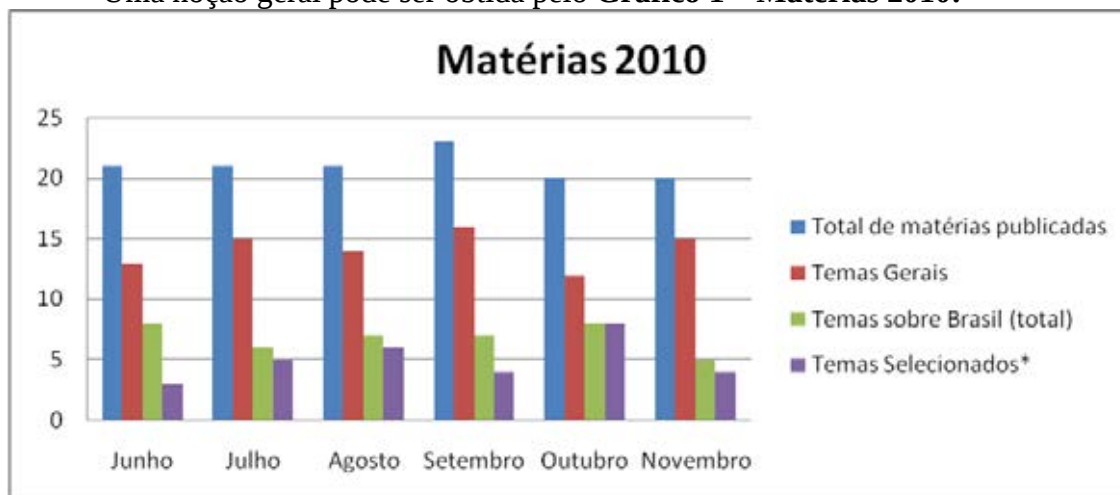
Os resultados gerais podem ser analisados de acordo com a **Tabela 1 – Matérias 2010:**

MÊS	Total de matérias publicadas	Temas Gerais	Temas sobre Brasil (total)	Temas Selecionados*
Junho	21	13	8	3
Julho	21	15	6	5
Agosto	21	14	7	6
Setembro	23	16	7	4
Outubro	20	12	8	8

Novembro	20	15	5	4
-----------------	-----------	----	---	---

*Matéria que abordam especificamente os temas “cidadania”, “direitos humanos” e “movimentos sociais”.

Uma noção geral pode ser obtida pelo **Gráfico 1 – Matérias 2010:**



Na **Tabela 2 – Matérias Específicas** temos uma análise mais específica das classificações de cada matéria, levando em conta as subcategorias que criamos para embasar a análise:

MATÉRIA	MÊS	CLASSIFICAÇÃO
1 Corrupção, ficha limpa e reforma política	Junho	Cidadania e Movimentos Sociais
2 Caminhos para uma agenda sustentável	Junho	Direitos Humanos
3 Por uma política pró-homossexuais	Junho	Cidadania e Diversidade
4 Uma eleição de manutenção do status quo	Julho	Cidadania e Política
5 O papel das pesquisas no processo democrático	Julho	Cidadania e Política
6 Impactos da mineração	Julho	Cidadania e Meio Ambiente
7 O modo de viver caipira	Julho	Cidadania e Diversidade
8 Abrindo a porteira do desmatamento	Julho	Cidadania e Meio Ambiente
9 Crime e preconceito	Agosto	Direitos Humanos
10 Em briga de marido e mulher, se mete a colher	Agosto	Direitos Humanos

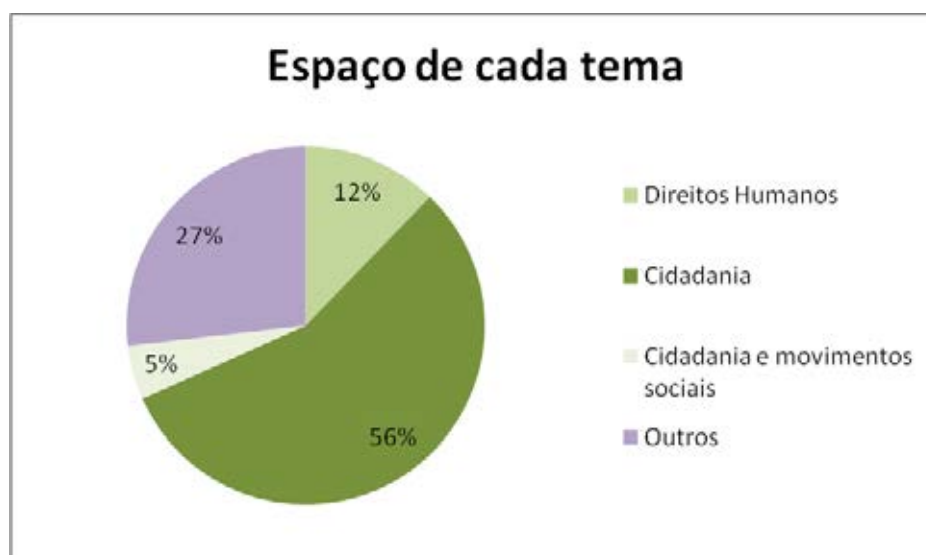
11 Estatuto do estrangeiro ou lei de imigração?	Agosto	Direitos Humanos
12 Mobilização pela paz	Agosto	Cidadania e Movimentos Sociais
13 Cidades amigáveis	Agosto	Cidadania e Meio Ambiente
14 Transgênicos: crescimento sem limites	Agosto	Cidadania e Meio Ambiente
15 Qual reforma política?	Setembro	Cidadania e Política
16 Um limite para os mandatos	Setembro	Cidadania e Política
17 O dilema democrático das medidas provisórias	Setembro	Cidadania e Política
18 O futuro da política de resíduos sólidos	Setembro	Cidadania e Meio Ambiente
19 Abrindo a caixa preta	Outubro	Cidadania e Desigualdade Econômica
20 Política externa e estratégia de desenvolvimento	Outubro	Cidadania e Política
21 Tributação e desigualdade	Outubro	Cidadania e Desigualdade Econômica
22 Impostos e cidadania	Outubro	Cidadania e Desigualdade Econômica
23 Mudar as mentes, mudar o mundo	Outubro	Cidadania e Meio Ambiente
24 Democracia 2.0	Outubro	Cidadania e Política
25 Vale, a multinacional dos conflitos	Outubro	Direitos Humanos
26 Biosfera ameaçada	Outubro	Cidadania e Meio Ambiente
27 Por uma nova concepção de desenvolvimento	Novembro	Cidadania e Meio Ambiente
28 Uma nova classe social	Novembro	Cidadania e Sociedade
29 Brasil: um país de classe média?	Novembro	Cidadania e Sociedade
30 Democracia é convivência	Novembro	Cidadania e Diversidade

Para analisar o espaço que cada um desses temas possui no jornal realizamos uma análise comparativa entre eles. O resultado está explicitado no **Gráfico 2-Matérias Específicas**, a baixo:



No intuito de especificar o que estes 30 textos representam, juntos, em termos de espaço dentro da publicação, os analisamos comparativamente em relação ao número total de matérias publicadas nas 6 edições do *Le Monde Diplomatique*. De acordo com os dados obtidos, no período analisado, foram publicadas 41 matérias referentes ao tema Brasil, sendo 5 direitos humanos, 23 sobre cidadania, 2 cidadania e movimentos sociais. Juntas, as matérias de nosso interesse representam aproximadamente 73% de todo o conteúdo publicado no jornal com relação aos temas nacionais.

Gráfico 3 - Espaço de cada tema:



É importante ressaltar que as matérias relacionadas aos temas gerais e a outros países do mundo, em sua grande maioria, também dão enfoque para as temáticas de “direitos humanos”, “movimentos sociais” e, sobretudo, “cidadania”. Além disso,

notamos que há uma equidade entre as publicações, notada pelo espaço destinado aos temas referentes a diversos países da América Latina, Europa, Ásia, Oriente Médio e África. No entanto, como dito anteriormente, as matérias que não se enquadram no contexto nacional não são objetivos de análise no presente trabalho.

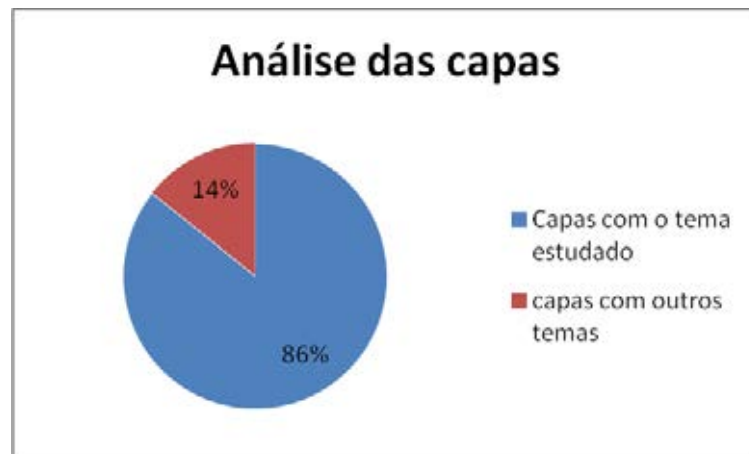
Por último, avaliamos o espaço destinado a esses temas nas capas do *Le Monde Diplomatique*. Tendo em vista que as capas são um elemento significativo de atenção dos leitores, consideramos importante averiguar se esses temas recebem destaque nas capas do jornal em questão. Ao analisarmos as seis capas referentes ao período de análise do projeto, percebemos que os temas estudados tiveram destaque em todas as capas, exceto a do mês de junho, cujo tema principal foi a Copa do Mundo.

Tabela 3 - Capas:

Mês	Manchete	Capa
Junho	O negócio da Copa	
Julho	A manipulação do voto	
Agosto	Não matará, ...	

Setembro	Democratizar a política	
Outubro	A social democracia do sul	
Novembro	A nova classe média	

O espaço representado pelos temas estudados no *Le Monde Diplomatique* pode ser verificado no **Gráfico 4 – Análise das Capas:**



5.2. Análise Qualitativa

O presente capítulo será dividido em itens correspondentes a cada um dos critérios de análise estabelecidos, com o intuito de examinar como os temas de interesse do atual trabalho são tratados pelo *Le Monde Diplomatique*. Os critérios da abordagem escolhidos foram: a) **Linguagem:** verificaremos que tipo de texto jornalístico é utilizado e como é elaborada a construção textual. A partir disso discutiremos qual é o papel desse fator diante do posicionamento proposto pelo jornal; b) **Autores:** elencaremos os autores de todos os textos, destacando sua atuação e/ou qualificação. Assim, poderemos identificar quem dá voz às questões veiculadas pelo jornal e se o *Le Monde Diplomatique* possui um caráter participativo; c) **Temas:** analisaremos as temáticas gerais, bem como as subjacentes que impulsionaram a formulação de novas categorias de análise. Nesse momento, tentaremos identificar se há uma pluralidade de temas e quais deles se destacam na abordagem do jornal e o significado da conjuntura encontrada.

a) Linguagem:

Em todas as edições consideradas do *Le Monde Diplomatique*, o gênero opinativo marca sobremaneira o conteúdo do jornal. Para chegar a essa conclusão, partimos da análise de dois gêneros jornalísticos principais: o informativo e o opinativo. De maneira geral, podemos caracterizá-los de acordo com a sistematização proposta por José Marques de Melo (2003), segundo o qual o gênero informativo visa descrever e narrar fatos. Seus elementos principais são a nota, notícia, reportagem e entrevista. Por

outro lado, o gênero opinativo é caracterizado pela exposição de comentários e juízos de valor sobre determinado fato, são característicos o editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta.

No entanto, é válido ressaltar que *“nenhum dos gêneros existe em estado puro, ou seja, a maior parte dos textos jornalísticos integra características próprias dos diferentes gêneros. Caberá ao analista determinar, em cada caso, qual o gênero dominante”* (LOPES, 2010). Ademais, sabemos que, além das classificações destacadas, existem outras tipificações e subgêneros que podem ser atribuídas aos meios jornalísticos. Temos consciência também que o binômio gênero informativo/opinativo não dá conta da grande variedade de estilo de textos oriundos da evolução da imprensa e o surgimento da internet. Contudo, para os fins dessa pesquisa a estratificação proposta nos parece satisfatória.

Assim, realizando a análise dos gêneros jornalísticos – que SOUSA (2001) define como modelos de interpretação e apropriação da realidade através de linguagens (p. 706) - entre os 30 textos selecionados, encontramos quatro gêneros textuais, a saber: artigo, carta, entrevista e reportagem. Como exposto na **Tabela 4**:

Tabela 4 – Tipos de texto

Tipo de texto	Número de texto
Artigo	20
Entrevista	6
Reportagem	3
Carta	1

Através da tabela e do **Gráfico 5- Tipos de texto** a seguir, confirmamos a predominância de artigos nas abordagens do *Le Monde Diplomatique*:



Diante dessa prevalência de artigos analisados, julgamos necessário elencar algumas características desse tipo de texto. De modo geral, o artigo consiste em uma matéria jornalística em que o autor (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião. SOUSA (2001) nos fornece uma explicação ilustrativa, a saber:

(...) os artigos possuem uma natureza interpretativa, explicativa e/ou persuasiva. São, portanto, peças assumidamente subjectivas e pessoais. O articulista pretende, no entanto, compartilhar a sua visão do mundo, expressa no artigo, com o leitor. Por esta razão, o texto não pode ser elaborado de qualquer maneira, nem o tema do artigo pode ser escolhido ao acaso. A credibilidade pessoal do articulista e a pertinência do tema, em grande medida, determinam o sucesso do artigo. Assim sendo, a primeira regra para um artigo é a seguinte: deve abordar um tema de interesse não apenas para o articulista, mas também para o público. Embora os articulistas expressem um ponto de vista subjectivo sobre o mundo, todos eles, de alguma maneira, visam uma validação universal para as suas ideias. (SOUZA, 2001,P. 298-299)

De acordo com essa definição, percebemos a necessidade de avaliar os “temas” e os “autores” dos textos publicados, itens que serão tratados a seguir. Ainda com relação à linguagem, notamos que –como já esperado- os textos são redigidos de acordo com a norma culta da língua portuguesa, respeitando as regras ortográficas e gramaticais. Percebemos também que, em algumas publicações, utiliza-se palavras/expressões complexas, incluindo-se aquelas de língua estrangeira como *commodities*, *royalties*, *bullying*, *agro-business-men*, *comme il faut faire*, dentre outras. Em outros textos encontramos vasto uso de linguajar técnico como, por exemplo, àqueles que envolvem questões jurídicas e constitucionais, nos quais há menções à leis, artigos e decretos; bem como os que tratam de questões que biológicas e/ou ecológicas, nos quais encontramos

termos como “cianobactérias”, “elementos biogênicos”, “bactérias metanogênicas”, “glifosato”, “dioxinas”, dentre outros.

Além disso, consideramos também as fontes e citações utilizadas, visto que as mesmas são um importante apontamento do posicionamento do autor. Verificamos que as referências baseiam-se em instituições de credibilidade como ONU (Organização das Nações Unidas), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), OMC (Organização Mundial de Comércio), Ibama (*Instituto* Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Conselho Monetário Nacional, Ministério da Justiça, Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), MEC (Ministério da Educação) (MEC), UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), etc.

Além dessas instituições, percebemos também que os textos se apoiam em grandes pensadores como Marcel Duchamp Gastón Bachelard, Nestor G. Canclini, Antonio Cândido, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, entre outros. Concluímos que ao utilizar como fonte personalidades e/ou instituições notórias, com grande representatividade perante a sociedade, os autores desejam deixar claro que seu posicionamento – contrário ao modelo dominante e ao senso comum – possui um arcabouço teórico válido e coerente. Logo, as argumentações e as questões levantadas nos textos merecem credibilidade e devem ser objeto de reflexão dos leitores. Ou seja, trata-se de um dos recursos utilizados com o objetivo de persuadir, convencer o leitor sobre determinada interpretação e explicação de acontecimentos e problemáticas.

b) Autores

Como visto no item anterior, o artigo é o gênero textual dominante nas publicações do *Le Monde Diplomatique* e por ele estar englobado no gênero opinativo, a estrutura da mensagem é —co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas funções: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião) (MELO, 2003, P. 65). Assim, notamos que, no caso do artigo de opinião, o autor é o indicador que orienta a sintonização do receptor (MARQUES, 2003, P. 17).

Tendo em vista a importância da autoria dos textos no jornalismo opinativo, elencamos os autores de cada matéria, analisando também a sua qualificação e/ou envolvimento com o tema tratado. Percebemos que os **30 textos são escritos por 41 autores diferentes**. A diferença entre o número de autores e o número de textos acontece porque há nove textos escritos por mais de um autor, são eles: “*O papel das pesquisas no processo democrático*” (Márcia Cavallari Nunes e Silvia Cervellini); “*Impactos da mineração*” (Bruno Milanez, Danilo Chammas, Dario Bossi, Julianna Malerba e Márcia Casturino); “*Em briga de marido e mulher, se mete a colher*” (Maíra Kubík Mano e Mariana Fonseca); “*Estatuto do estrangeiro ou lei de imigração?*” (Deisy Ventura e Paulo Illes); “*Mobilização pela paz*” (Léa Maria e Celina Simões); “*O dilema democrático das medidas provisórias*” (Rubens Naves e Guilherme Amorim Campos da Silva); “*Abrindo a caixa preta*” (Dão Real e Paulo Gil); “*Tributação e desigualdade*” (Fátima Gondim e Marcelo Lettieri); “*Impostos e cidadania*” (Carlos André e Ítalo Aragão). Além disso, Chico Whitaker é autor de dois textos diferentes, a saber: “*Corrupção, ficha limpa e reforma política*” e “*Um limite para os mandatos*”.

A classificação geral dos autores de cada publicação pode ser visualizada na **Tabela 5 – Qualificação dos Autores:**

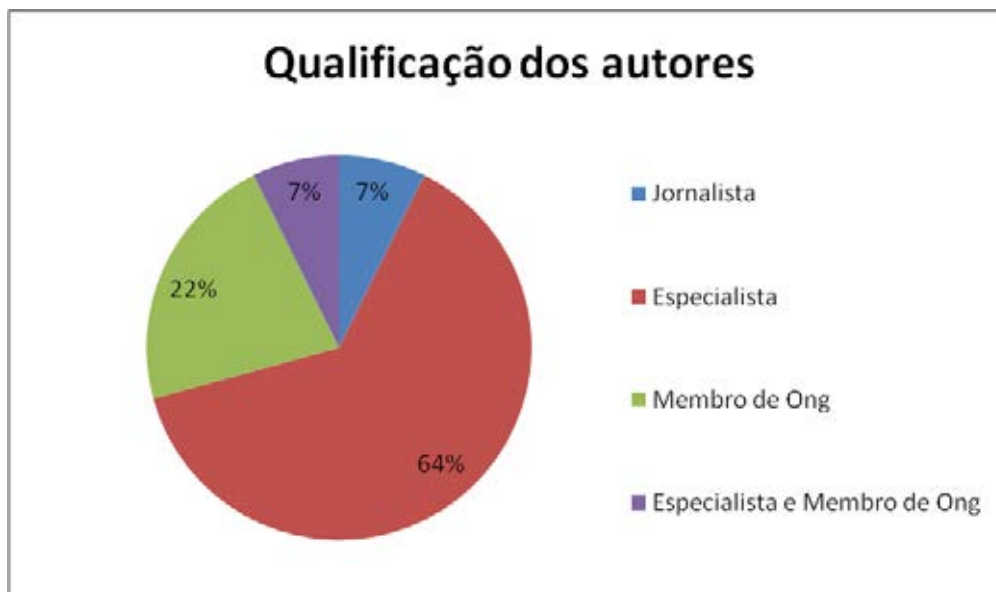
Texto	Autor (es)	Qualificação/Descrição
Corrupção, ficha limpa e reforma política	1 Chico Whitaker	Especialista/membro ONG
Caminhos para uma agenda sustentável	2 Hamilton Faria	Especialista/membro ONG
Por uma política pró-homossexuais	3 Toni Reis	Membro ONG
Uma eleição de manutenção do status quo	4 Helcimara de Souza Telles	Especialista
O papel das pesquisas no processo democrático	5 Márcia Cavallari Nunes e 6 Silvia Cervellini	Especialistas
Impactos da mineração	7 Bruno Milanez (especialista); 8 Danilo Chammas (membro ONG);	Bruno Milanez: especialista; Danilo Chammas: membro ONG

	9 Dario Bossi (membro ONG); 10 Julianna Malerba (especialista); e 11 Márcia Casturino (membro ONG)	Dario Bossi: membro ONG; Julianna Malerba: especialista; Márcia Casturino membro ONG
O modo de viver caipira	12 Luciana Chianca	Especialista
Abrindo a porteira do desmatamento	13 Rafael Cruz	Especialista
Crime e preconceito (Entrevista)	14 Luiz Eduardo Soares	Especialista
Em briga de marido e mulher, se mete a colher	15 Maíra Kubík Mano e 16 Mariana Fonseca	jornalistas
Estatuto do estrangeiro ou lei de imigração?	17 Deisy Ventura e 18 Paulo Illes	Deisy Ventura: Especialista Paulo Illes: membro ONG
Mobilização pela paz	19 Léa Maria e 20 Celina Simões	Membros ONG
Cidades amigáveis	21 Manoel Ribeiro	Especialista
Transgênicos: crescimento sem limites	22 Andrea Lazzarini Salazar	Especialista
Qual reforma política?	23 Chico Oliveira	Especialista
Um limite para os mandatos	Chico Whitaker	Especialista
O dilema democrático das medidas provisórias	24 Rubens Naves e 25 Guilherme Amorim Campos da Silva	Especialistas
O futuro da política de resíduos sólidos	26 Elisabeth Grimberg	Membro ONG
Abrindo a caixa preta	27 Dão Real e 28 Paulo Gil	Dão Real: Especialista; Paulo Gil: Membro ONG
Política externa e estratégia de desenvolvimento	29 Marco Aurélio Garcia	Especialista

(Entrevista)		
Tributação e desigualdade	30 Fátima Gondim e 31 Marcelo Lettieri	Especialistas
Impostos e cidadania	32 Carlos André e 33 Ítalo Aragão	Especialistas
Mudar as mentes, mudar o mundo (Entrevista)	34 Leonardo Boff	Especialista
Democracia 2.0	35 Denis Russo Burgierman	Especialista
Vale, a multinacional dos conflitos	36 Philippe Revelli	Jornalista
Biosfera ameaçada	37 Amâncio Friaça	Especialista
Por uma nova concepção de desenvolvimento	38 Ivo Lesbaupin	Especialista/membro ONG
Uma nova classe social (Entrevista)	39 Jessé de Souza	Especialista
Brasil: um país de classe média?	40 Waldir Quadros	Especialista
Democracia é convivência	41 Renato Janine Ribeiro	Especialista

Diante desse rol de autores, os subdividimos nas seguintes categorias: especialista (profissionais com conhecimento do tema explorado no texto, mas sem vínculos formais com os movimentos e/ou entidades em questão), jornalistas e integrantes de movimentos/instituições sociais, como ONGs, Fóruns e Sindicatos. Baseados nessas categorias encontramos 27 especialistas, 8 integrantes de movimentos/instituições sociais e 3 jornalistas. Há ainda 3 autores que são especialistas e, ao mesmo tempo, possuem vínculos formais com movimentos/instituições sociais.

A proporção representada pela qualificação dos autores consta no **Gráfico 6 – Qualificação dos autores**, conforme abaixo:



Pode-se notar, portanto, que a maior parte dos textos provém de especialistas do assunto. Isso se justifica pelo fato de que, como visto anteriormente, o *Le Monde Diplomatique* é constituído majoritariamente por artigos de opinião, nos quais a credibilidade e a autoridade do autor no assunto abordado são imprescindíveis. Vemos também que os representantes de movimentos e/ou instituições sociais também constituem grande parte das publicações. Esse fato torna-se significativo na observância de que o jornal dá espaço àqueles que estão diretamente envolvidos nas questões abordadas. Portanto, há um caráter participativo a ser destacado. Por fim, notamos que há poucas publicações de jornalistas. Acreditamos que este fato justifica-se, também, pela predominância de artigos de opinião que demandam conhecimento aprofundado do tema a ser tratado.

Ademais, é importante ressaltar que com os artigos, geralmente, o autor do texto não fica submetido a “pressões externas/internas” ou outros juízos de valores, possuindo maior liberdade de argumentação com relação ao tema e a opinião, bem como a maneira de expressá-la. Contudo, sabemos que há uma preocupação dos editores do jornal em buscar autores para contribuir com a publicação que tenham uma postura crítica quanto ao do modelo político dominante.

c) Temas

Sabemos que a importância temática é notória para o jornalismo. Com relação ao jornalismo opinativo – característica do *Le Monde Diplomatique*, como já vimos anteriormente - os temas devem ser foco de interesse público e, embora carreguem o

ponto de vista do autor, devem abordar questões de interesse coletivo. Neste momento, portanto, vamos analisar qualitativamente a distribuição temática dos 30 textos estudados dentro das categorias e subcategorias destacadas durante a análise quantitativa. Lembrando que as categorias principais são “cidadania”, “direitos humanos” e “movimentos sociais” e as subcategorias referem-se ao tema central da “cidadania”, são elas: “cidadania e sociedade”; “cidadania e diversidade”; “cidadania e política”; “cidadania e meio ambiente”; “cidadania e desigualdade econômica”. Além da subcategoria “cidadania e movimentos sociais” que criamos tendo em vista a presença marcante e imbricada desses dois temas nas matérias analisadas.

O espaço destinado a cada uma dessas categorias no jornal pode ser verificada de acordo com a **Tabela e Gráfico 6 – Espaço das Categorias:**

Temas	Número de textos
Direitos Humanos	5
Movimentos Sociais	2
Cidadania	23

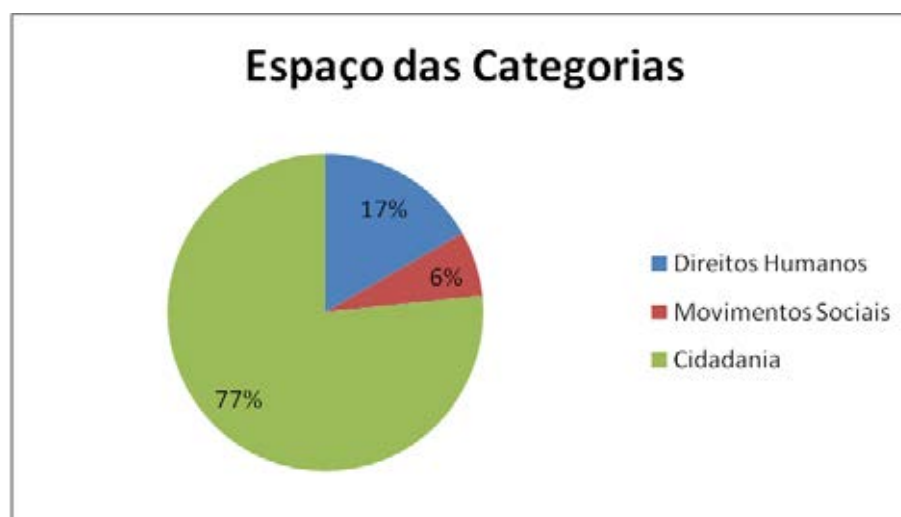
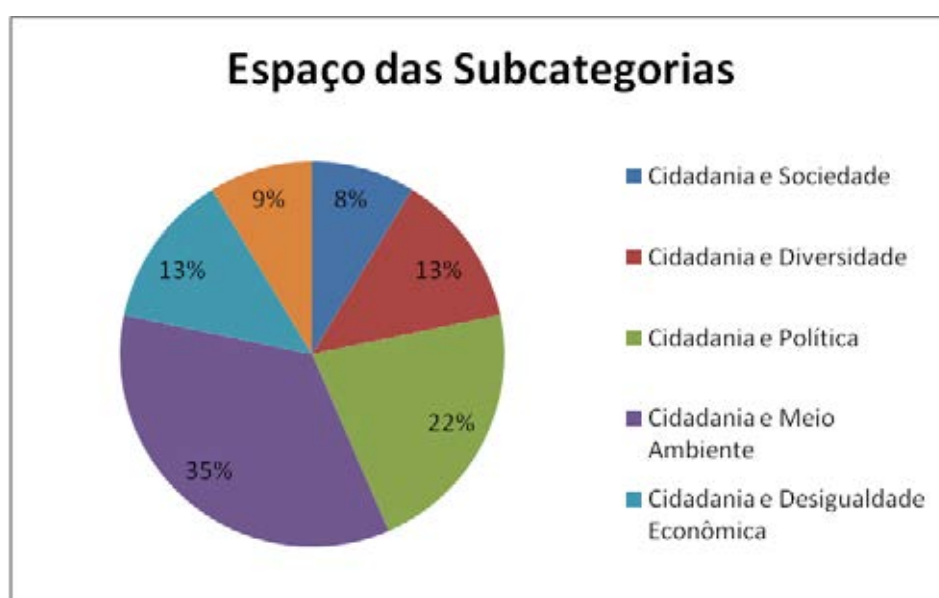


Tabela 7 – Espaço das Subcategorias:

Temas	Número de textos
--------------	-------------------------

Cidadania e Sociedade	2
Cidadania e Diversidade	3
Cidadania e Política	5
Cidadania e Meio Ambiente	8
Cidadania e Desigualdade Econômica	3
Cidadania e Movimentos sociais	2



Com base nos dados coletados, percebemos que o *Le Monde Diplomatique* possui uma pluralidade temática, cujo enfoque geral baseia-se na cidadania, visto que existe, na maioria dos casos, uma indicação explícita ou implícita da necessidade de participação social, com vistas à conquista de direitos e desenvolvimento de condições mais justas para melhoria da qualidade de vida da população. Nesse sentido, criamos as subcategorias pensando na temática que tivesse maior evidencia nos textos analisados, como a cidadania apresenta-se como a mais abrangente - pois pressupõe a conquista de direitos (que incorpora de certa forma a questão dos direitos humanos) e participação social (que pode englobar os movimentos sociais) – demos prioridade a ela e a subcategorizamos em temas mais específicos.

Reconhecendo a função informativa dos discursos jornalísticos, levamos em conta determinados enquadramentos temáticos. SOUSA (2001) destaca que — encontrar e desvelar os enquadramentos é um passo relevante para desvelar a estrutura profunda dos discursos jornalísticos (P. 683). E que os enquadramentos podem ser mais ou menos explícitos dependendo do gênero jornalístico. Nos textos interpretativos ou opinativos, os enquadramentos são, normalmente, bastante explícitos, principalmente se forem de cunho político e ideológico, pois o discurso acaba sendo moldado pela ideologia política que determina tal enquadramento. Já nos textos jornalísticos noticiosos, os enquadramentos podem ser implícitos, resultando, por exemplo, das perspectivas das fontes. Também pode se encontrar um único texto com diferentes enquadramentos, às vezes em conflito uns com os outros.

A partir disso, analisamos determinadas organizações argumentativas para verificar o direcionamento das mensagens e significados. Notamos que os enquadramentos são explícitos, o que corrobora a afirmação de SOUSA (2001) sobre a relevância política e ideológica na determinação dos discursos, que no caso do *Le Monde Diplomatique*, evidenciam um enfoque crítico diante do modelo neoliberal e as condições de violação de direitos, bem como um posicionamento em defesa da cidadania. Destacamos alguns trechos ilustrativos da composição argumentativa e da tomada de posição dos autores diante dessas problemáticas: “(...) os movimentos sociais estavam vivendo um período de baixa, sem encontrar bandeiras comuns, como as que os unificaram no passado, e tendo de enfrentar a avalanche neoliberal que vinha varrendo o mundo.” (**Mobilização pela paz**); “Nas últimas duas décadas, com o avanço da doutrina neoliberal e da globalização econômica, as instituições públicas brasileiras também passaram a sofrer os reflexos da redefinição do papel do Estado, provocada por pressões internacionais com ampla adesão do grande capital, especialmente o financeiro, e das elites nacionais. (**Abrindo a caixa preta**); “Se a política tributária brasileira é e foi condicionada à transferência de renda do conjunto da população para saciar o capital financeiro e a banca nacional e internacional, para o futuro precisa ser entendida como um instrumento imprescindível de combate à pobreza e de redução das desigualdades sociais. (...)E para que (ou quem) pagamos impostos? A resposta a esta pergunta, e sua visibilidade sempre tão questionada pelo cidadão e pela opinião pública, é fator decisivo nos caminhos da cidadania fiscal e na busca por trazer ao debate segmentos da sociedade historicamente alheios ao mundo fiscal.” (**Tributação e desigualdade**); “Ou nós superamos o capitalismo como modo de

produção, e a sua versão política que é o neoliberalismo, ou nós podemos levar ao desaparecimento da espécie humana, ao lado de outras tantas espécies.” (Leonardo Boff: mudar as mentes, mudar o mundo); Desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, como afirma a teoria econômica dominante, difundida pela grande mídia. (...) A Via Campesina, organização mundial que reúne um conjunto de movimentos de trabalhadores rurais, propõe um modelo de agricultura radicalmente diferente deste dominante: se opõe à dominação das multinacionais, ao agronegócio, aos transgênicos e à dependência dos agrotóxicos. Eles exigem a reforma agrária para que todos os trabalhadores tenham terra e condições para plantar. E propõem um modelo apoiado na agroecologia, nos alimentos orgânicos, na produção diversificada e na agricultura familiar.” (Por uma nova concepção de desenvolvimento); “Há países muito mais desiguais ou pobres do que outros com muito menos violência e crime, assim como há regiões no interior de um mesmo país que apresentam essas mesmas características, invertendo o chavão. Quem associar pobreza a violência estará, involuntária e inadvertidamente, justificando o procedimento do policial que, entre o pobre e o rico, escolhe abordar e revistar o pobre. Ou seja, uma teoria social que eleja a pobreza como causa acaba por endossar o estigma, o preconceito.” (Crime e preconceito); “O que nós devemos adotar é a consulta popular mais freqüente, que a Constituição em vigor permite e já criou os instrumentos para tal. Isso amplia o grau de socialização da política, de participação dos cidadãos na política. (Chico de Oliveira: qual reforma política?); “Se a condição de trabalhador evoca os direitos humanos – em particular, os direitos sociais, políticos e culturais –, o rótulo de estrangeiro pode trazer estranhamento ou até hostilidade. Na prática, as abissais desigualdades na distribuição da riqueza mundial, a subsistência ou o agravamento de numerosos conflitos armados, e, mais recentemente, as mudanças climáticas, fazem com que o fenômeno migratório deva-se, sobretudo, à busca de trabalho e de vida digna. Por isto, migrar é um direito humano fundamental.” (Estatuto do estrangeiro ou lei de imigração?).

Percebemos, portanto, que mesmo tratando de temas plurais como economia, meio ambiente, desigualdade social, imigração, dentre outros, prevalece um posicionamento contrário às grandes empresas e ao capital que explora os seres humanos e a natureza. Outro ponto observado foram às inúmeras menções à necessidade de (re) formulação e implementação de políticas públicas que levem em conta as demandas sociais. Percebemos isso em diversos textos, dentre os quais

destacamos algumas passagens, a saber: *“Por meio da inação e da ausência de políticas públicas que implantem de maneira eficiente um modelo agrícola baseado no ganho tecnológico e no aumento da produtividade da terra, a agropecuária brasileira adota um método autodestrutivo de crescimento, criando condições para seu fracasso no futuro próximo (...).”* (**“Abrindo a porteira do desmatamento”**); *“Nesse amadurecimento político, os eleitores passaram a perceber a continuidade de políticas públicas bem-sucedidas como fundamental para a melhoria da qualidade de vida. Em outras palavras, a continuidade de programas, ações e políticas bem-avaliadas passou a ser um valor para os eleitores, significando responsabilidade por parte dos governantes, em termos de respeito aos recursos e espírito públicos”* (**“O papel das pesquisas no processo democrático”**); *“Não podemos perder o horizonte de repor a condição humana na vida cotidiana e nas políticas públicas convergentes com uma efetiva cidadania planetária”* (**“Caminhos para uma agenda sustentável”**); *“Se políticas públicas específicas de diversificação econômica não forem colocadas em prática, muitos municípios no estado do Pará vão enfrentar uma realidade próxima àquela da região da Serra do Navio. (...) ao invés de um ciclo boom-colapso, poderia-se argumentar que eles estão passando por um ciclo colapso-colapso.* (**“Impactos da mineração”**); *“Para presidente, é essencial votar em quem se comprometa a garantir a implementação e manutenção de políticas públicas federais de promoção da cidadania LGBT. Uma vez em curso o processo eleitoral, a ABGLT fará novamente Carta de Compromisso a todos(as) os(as) candidatos(as) a presidente, divulgando quais deles/delas se comprometem com a causa e com as demandas da população LGBT”* (**“Por uma política pró-homossexuais”**); *“A sociedade brasileira vai jogar um papel estratégico para a implementação de políticas públicas com base na redução, reutilização e reciclagem, dado que a pressão dos interesses ligados aos negócios da incineração será grande”* (**“O futuro da Política de Resíduos Sólidos”**).

Assim, concluímos que - diante dos grandes problemas estruturais vivenciados pela sociedade brasileira e agravados sob a égide neoliberal - diversos autores propõem como alternativa um reposicionamento do Estado e uma repactuação do mesmo com a sociedade para que se garantam e se desenvolvam políticas públicas para solucionais tais questões. Em suma, cobram-se projetos em longo prazo e medidas estruturantes que contemplem empoderamento popular, sustentabilidade e democracia, com vistas a criar uma sociedade mais justa e igualitária.

6. Considerações finais

"Palavras sem sentimentos não vão
ao céu" (Shakespeare)

No trabalho em questão procuramos rever a trajetória da área de relações públicas apartando a emergência de seu caráter político e destacando alguns pontos que vislumbram novos paradigmas para a área. Além disso, enfatizamos a importância da interconexão entre as áreas de comunicação, bem como outras áreas do conhecimento, para que as mesmas possam cumprir sua função social.

Como objeto de estudo escolhemos o jornal *Le Monde Diplomatique*, tendo em vista que o mesmo se apresenta como um meio independente com relação aos meios de comunicação hegemônicos, assim como propõe uma visão crítica ao modelo neoliberal, valorizando as questões sociais. Pensamos que seria um ponto de convergência entre relações públicas e jornalismo e, portanto, interessante analisá-lo sob a ótica de uma comunicação "integrada". Para justificar tal escolha, fizemos uma contextualização do nascimento desse jornal como um suplemento do reconhecido *Le Monde* e o seu surgimento no Brasil sob um caráter autônomo. A apresentação de nosso objeto de estudo deixou claro que se trata de uma publicação tradicional e de credibilidade. Sua linha editorial bem definida e sua opção por textos analíticos, redigidos sobremaneira por especialistas das áreas em questão, mostraram ser extremamente pertinentes ao propósito do projeto proposto.

Diante do posicionamento do jornal e das propostas do atual trabalho escolhemos como escopo de estudo a análise das matérias relacionadas a "cidadania, "direitos humanos" e "movimentos sociais". A partir dessa delimitação, sentimos a necessidade de realizar uma conceituação teórica desses temas e relacioná-los com a comunicação. Delineamos o surgimento de cada um desses conceitos e sua evolução histórica, tanto no contexto geral quanto no nacional. Percebemos que esses temas estão intrinsecamente ligados e é difícil separá-los. Além disso, buscamos identificar a implicação deles no âmbito da comunicação e identificar como esses temas são (ou não) tratados. Mostramos que com relação à "cidadania, "direitos humanos" e "movimentos sociais a comunicação pode agir como garantidora/promotora ou violadora desses conceitos o que depende de seu compromisso ético com esses valores.

Ao concluir nossa análise, confirmamos a hipótese de que o *Le Monde Diplomatique* possui uma preocupação com esses temas, dando um enfoque mais amplo para a questão da cidadania. Além disso, o jornal estudado mostrou-se como um

produto editorial atento às problemáticas que têm implicações para a sociedade. Constatamos que o jornal analisado sustenta sua posição anti neoliberal de forma incisiva, assim, as publicações são sempre alinhadas a essa perspectiva.

Nesta etapa, encontramos subsídios para responder nossa primeira inquietação: “as relações públicas podem construir uma informação e uma formulação da realidade, a partir da mídia, sem ser influenciado pelos grandes meios de comunicação de massa?”. Percebemos que é possível encontrar em alguns meios de comunicação, como o *Le Monde Diplomatique*, informações e dados sobre importantes problemáticas atuais que, muitas vezes, não são retratadas ou são de forma fragmentária, pela grande mídia. Acreditamos que o jornal estudado fornece uma visão crítica sobre um grande rol de questões – política, meio ambiente, sociedade, dentre outros – que pode ser apreendida pelos relações-públicas na sua atuação profissional. Esses conteúdos questionam atual modelo capitalista altamente discriminatório e excludente, no qual os interesses mercadológicos assumem maior relevância que as questões sociais. Tal configuração é de suma importância para que um profissional de relações-públicas tenha acesso a uma informação diferenciada daquelas oferecidas pelos meios de comunicação de massa mais tradicionais.

Por isso, entendemos que o *Le Monde Diplomatique* se constitui como um mecanismo de construção da representação política econômica e social de um grupo independente e discordante da situação atual, no qual aparecem interpretações divergentes das oferecidas pelos tradicionais meios de comunicação de massa nas suas publicações cotidianas. Suas abordagens se mostram úteis para estudar novas possibilidades de democratização e disseminação do conhecimento, fundamental para o exercício da cidadania e função primordial das relações públicas.

Os próprios autores dos textos publicados no *Le Monde Diplomatique* – embora não fosse foco de nossa análise – deram pistas para responder a nossa segunda inquietação, a saber: “como os relações-públicas podem se posicionar diante de um contexto segregador visando agir em prol do social?”. Muitos dos caminhos apontados nas matérias analisadas indicavam a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas, com vistas a solucionar os problemas estruturais – crônicos – que vive a sociedade brasileira.

Consideramos que há grande dificuldade em compreender a importância da relação entre a conquista e gozo dos direitos e as políticas públicas. No entanto,

acreditamos ser fundamental desenvolver políticas públicas com vistas à construir uma repactuação entre Estado e sociedade, nas quais as conquistas e avanços da sociedade brasileira deixem de ser desrespeitadas e ignoradas e seus direitos passem a ser conhecidos, reconhecidos, protegidos, defendidos, reivindicados e efetivados.

Como vimos, essa tarefa converge com uma das atuações possíveis das relações públicas, cujo caráter é notadamente político. Ou seja, como explicado no decorrer do trabalho, os relações-públicas estão aptos a formular, implementar, gerir e avaliar as políticas públicas. Ademais, como um profissional de comunicação social deve estar preocupado com o caráter participativo e emancipatório das mesmas, buscando valorizar o diálogo, o empoderamento e a autonomia daqueles que são os focos das políticas públicas.

Nesse ponto acreditamos que este trabalho se encontra como um “todo”. A partir da conclusão das análises, podemos inferir que é imprescindível fomentar o diálogo entre as áreas de comunicação, especificamente o jornalismo e as relações públicas, para que estabeleçam uma relação complementar e construtiva. O jornalismo deve estar preocupado com a formulação e disseminação de informações de qualidade, que deem conta de agendar temas de interesse social, assumindo uma postura crítica diante da realidade – o *Le Monde Diplomatique* exemplifica essa função - e os relações públicas necessitam apreender esses conteúdos, com vistas a contribuir com a coletividade. Uma maneira de atuação viável para os relações-públicas é por meio das políticas públicas, as quais são um campo fértil, embora ainda quase inóspito para a comunicação.

Este pode ser um caminho possível, mas certamente há muitos a serem construídos e reconstruídos. Encarar os diversos desafios representados pela sociedade incita a busca por uma redefinição de um novo paradigma de atuação que acompanhe as transformações políticas e econômicas, fazendo com que suas reivindicações tornem-se legítimas e sejam inseridas nas agendas de negociações. Entender as problemáticas levantadas requer a busca por um pensamento que respeite a totalidade e que não seja pautado em visões fragmentárias da realidade. Por isso, surgem novas necessidades de organização e de disseminação do conhecimento, de transparência comunicacional e de difusão da informação. Faz-se necessário expandir os conceitos e práticas pluri, inter e transdisciplinares para que a comunicação assuma um papel de propiciador de discussão pública, tendo em vista suas implicações sobre o interesse geral.

Assim, o principal objetivo, ou pretensão, deste trabalho foi de chamar a atenção para a necessidade de pesquisa, de debate e reflexão crítica, para a produção de

conhecimento. Acreditamos que, para isso, o primeiro passo deva ser dado no próprio âmbito universitário, local propício para discussões e debate a cerca da reflexão teórica e da conceituação crítica da profissão. Para contribuir com os processos comunicativos com vistas aos valores sociais é imperativo que os próprios estudantes e profissionais de comunicação reavaliem as formulações deontológicas e éticas da profissão e estejam incomodados com o que está posto, mesmo que seja para reconhecer os próprios erros de interpretação e atuação, mas sempre almejando a construção de uma sociedade mais igualitária. Para isso é necessário, também, reconhecer e transpor as barreiras ainda existentes na própria área de relações públicas.

Os desafios para a ampliação da cidadania estão lançados e são continuamente (re) colocados pela própria sociedade, que luta para seus avanços e sua consolidação. Os profissionais de relações-públicas podem contribuir para superação dos embates existentes acerca da desigualdade social e da degradação humana. Essa atitude deve partir do comprometimento com aquele que deve ser o foco maior de sua atuação: o ser humano e a luta pelos seus direitos para o exercício da cidadania.

Walter Benjamin dizia que só por amor aos desesperados conservamos ainda a esperança, Eduardo Galeano afirmou que é a utopia que nos faz caminhar. Por isso acreditamos que, embora os discursos hegemônicos e as mentes conformadas nos digam que grandes transformações sejam ilusórias, precisamos nos emancipar do desencanto. Mesmo que os dados e as “notícias” nos pareçam catastróficas, não devemos pensar que, como salientou Bauman, “*nenhuma alternativa é possível*”, ao contrário, devemos buscar alternativas e cultivar valores que nos façam caminhar. É preciso tomarmos consciência que temos uma papel social a cumprir.

Não se trata de sermos ingenuamente otimistas, de acreditarmos cegamente na sociedade, nem a tratar de forma ilusória os limites do governável e do realismo do poder. Contudo, cabe a nós buscar brechas e estabelecer parâmetros de atuação no interior desse modelo que é ao mesmo tempo sedutor e alienante. Não podemos nos anestesiar com as seduições dos meios, nem nos conformar de tal forma que as desigualdades sociais abissais, a imensa violação de direitos humanos e os anseios dos movimentos sociais não sejam levados em consideração. Portanto, embora a velocidade dos acontecimentos cotidianos deixem pouco tempo para a reflexão, a comunicação - mesmo merecendo ser relativizada - emerge como um importante aliado frente ao levantamento dessas problemáticas.

Contribuir com os processos comunicativos das novas formas mediatas, mercantilizadas e espetacularizadas, pressupõe consciência política e social para interpretar e compreender a sociedade contemporânea. Ao conferir visibilidade aos sujeitos e ao processo de construção de novos direitos, os comunicadores possibilitam a constituição de um debate público e pluralista, fundamental para a construção de uma cultura que valorize os direitos humanos e para a formação de novos consensos que busquem o respeito à dignidade humana e o exercício da cidadania. Por isso, consideramos que a comunicação pode ser um elemento importante numa constelação de fatores que atuam conjuntamente no processo histórico complexo, estando imbuída de uma proposta de construção de uma sociedade mais justa. Para isso, precisamos assumir uma militância profissional, indo além das técnicas e cultivando a sensibilidade. É preciso que busquemos um reencantamento com o mundo e que acreditemos, sobretudo, que *“um outro mundo é possível”*.

7. Referências

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil. Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 13, n. 37, jun. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200001&script=sci_arttext.
- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. *Curso de relações públicas*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1988.
- _____. Cândido Teobaldo de Souza. *Panorama histórico de relações públicas*. 2ª ed. São Paulo: Com-Arte, 1973.
- _____. Cândido Teobaldo de Souza. *Para entender relações públicas*. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyla, 1983.
- AVRITZER, Leonardo; COSTA S. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol.47, n.4, p.703-728.2004.
- AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, v.14, nº 1. Campinas: CESOP, 2008.
- BARBERO, Jesus Martin. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BECK, Ulrich. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- BEZERRA, Heloisa Dias. “Atores políticos, informação e democracia” In *Opinião Pública*, Campinas, 2008. v. 14, n. 2, p.414-431.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. V1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *O poder da identidade*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- _____. *Simulacro e Poder, uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- CHAVES, Sylla M. *Aspectos de relações públicas*. D.A.S.P -Depto Imprensa Nacional. 1966.
- COHN, Amélia. As políticas sociais no governo FHC. In: *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP.*, v.11, nº2, pp183-197.
- COHN, Gabriel et al (Org.) *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Cidadania e direitos humanos*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- DAGNINO, Evelina (2004) “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel: A infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1993.
- DORNELLES, João Ricardo W. *O que são direitos humanos*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007a
- DUARTE, Jorge. *Comunicação Pública*. In: Boanerges Lopes. (Org.). *Gestão em Comunicação Empresarial: teoria e técnica*. Juiz de Fora: Multimeios, v. 1, p. 63-71. 2007b
- DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro; SILVA Karina Nogueira e. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. *Revista Katálisis*. Florianópolis, v. 12, n. 1, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000100003&lng=pt&nrm=iso
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.
- _____. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais pertences analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.
- FRANÇA, Fábio. Subsídios para o estudo do conceito de relações públicas no Brasil. In: *Revista de Comunicação e Sociedade*. São Bernardo do Campo: Umesp., Ano 24, nº. 39, 1º semestre/2003, pp.127-154.
- FRANÇA, Fábio. Relações Públicas no século XXI: relacionamento com pessoas. In: KUNSCH, Margarida M. K. *Obtendo resultados com relações públicas*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006, p. 3-20.
- FUNARI, Pedro P. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, J. e PINSKY, Carla B. (Org.) *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. P. 49-79.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 32 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários a prática educativa*. São Paulo, Brasil: Paz e Terra, 1997.
- GENTILLI, Victor. *Democracia de massas: jornalismo e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias sobre movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1997a.
- _____. *Teorias dos movimentos sociais*. 2.ed. São Paulo: Editora Loyola, 2000.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KAUCHAKJE, Samira. *Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 23, n. 3, p. 667-696, set./dez. 2008 disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v23n3/a06v23n3.pdf>
- KUNSCH, Margarida. *Relações Públicas e Modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional*. São Paulo: Summus, 1997.
- _____. Margarida Maria Krohling, KUNSCH, Waldemar Luiz (Orgs.). *Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora*. São Paulo: Summus, 2007.

_____. Margarida Maria Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo : Summus, 2003

_____. Margarida Maria Krohling. Universidade e Comunicação na Edificação da Sociedade.. 1. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1992.

_____. Obtendo Resultados com Relações Públicas. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006

LASTRES, Helena Maria Martins; ALBAGLI, Sarita (Org.). *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*. 3.^a Tiragem Rio de Janeiro: Campus Ltda., 1999

LOPES, Boanerges. *Jornalismo e Relações Públicas: ação e reação. Uma perspectiva conciliatória possível*. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

LOPES, P. C. *Gêneros literários e gêneros jornalísticos - Uma revisão teórica de conceitos*. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-generos-lopes.pdf> Acessado em 14 de julho de 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MARQUES, Francisco P. “Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil” In *Opinião Pública*, Campinas, 2006v. 12, n. 1, p. 164-187.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATTELART, Armand. *A globalização da comunicação*. Bauru: EDUSC, 2002.

_____. A Construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos. In: *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v.32, nº 1, p. 33-50, jan./jun.2009

Mídia & Direitos Humanos/ coordenado por Veet Vivarta. pesquisa Guilherme Canela. Brasília: ANDI; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; UNESCO, 2006.

NAPOLITANO, Carlo José. Direito fundamental à comunicação. In: VICENTE, Maximiliano Martin (org). *Comunicação e cidadania*. Bauru: Edusc, 2009. P. 9-27

PERUZZO, Cicília. Relações Públicas, movimentos populares e transformação social. In: *Revista Brasileira de Comunicação*, v. XVI, n.2, p.125-133. São Paulo: *Intercom*, 1993.

_____. Cecilia Krohling, *Relações Públicas no modo de produção capitalista*. São Paulo: Summus, 1986.

_____. Cecilia Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Cecilia Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org). *Comunicação Pública*. Campinas: Alínea, 2004.

PINSKY, J. e PINSKY, Carla B. (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

RAMONET, Ignácio. *Propagandas silenciosas: massas, televisão, cinema*. Petrópolis: Vozes. 2002

SADER, Emir. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: SILVEIRA, Rosa M. G. (Org.) *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, 2006., p. 109-130.

SIMÕES, Roberto Porto. *Relações Públicas: função política*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Summus, 1995.

- _____. Roberto Porto *Relações Públicas e Micropolítica*. 2. ed. São Paulo: Summus, 2001.
- SOARES, Murilo César. Análise do Enquadramento. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). *Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atla, 2009. Pág 450-465.
- _____. Jornalismo e cidadania, em duas abordagens. In: VICENTE, Maximiliano Martin (org). *Comunicação e cidadania*. Bauru: Edusc, 2009. p. 55-70.
- _____. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- SOUSA, Jorge Pedro. As notícias e os seus efeitos. As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media. 1999. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=13> Acesso em 02/07/11.
- _____. Elementos de jornalismo impresso. 2001. Disponível em <http://www.bocc.uff.br/>. Acesso em 02/07/11.
- _____. Por que as notícias são como são? – Construindo uma teoria da notícia. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2004.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- TRAQUINA, Nelson. O poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.
- VALLES, María Teresa Urreiztieta. La comprensión por el contexto: los movimientos sociales y los contextos de la acción colectiva. *Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociología* . Vol. 17 No. 1 (enero-marzo, 2008): 87 - 108
- VICENTE, M. M. (Org.) . *Comunicação e cidadania*. 1. ed. Bauru: Edusc, 2009. 176 p.
- _____. *Mídia e Sociedade. Perspectivas*. Bauru: Canal 6, 2007. v. 300. 214 p.
- VIEIRA, Roberto Fonseca. *Relações Públicas – Opção pelo cidadão*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 1996.